

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

GRAZIELA MENEZES DE JESUS

“Para todos, tudo! Para nós, nada!” O Poder
nos discursos do Exército Zapatista de
Libertação Nacional.

VITÓRIA
2007

GRAZIELA MENEZES DE JESUS

“Para todos, tudo! Para nós, nada!” O Poder nos
discursos do Exército Zapatista de Libertação
Nacional.

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós- Graduação em História Social
das Relações Políticas, da
Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos
Amador Gil

VITÓRIA
2007

Jesus, Graziela Menezes de

"Para todos, tudo! Para nós, nada!" O Poder nos discursos do Exército zapatista de Libertação Nacional / Graziela Menezes de Jesus. – Vitória: UFES, 2007.

151 f. ; 31 cm.

Orientador: Antonio Carlos Amador Gil

Dissertação (mestrado)—Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós Graduação História, 2007.

1. História da América. 2. Chiapas. 3. Exército Zapatista de Libertação Nacional. 4. Autonomia. I. Gil, Antonio Carlos Amador. II. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós- Graduação História. III. "Para todos, tudo! Para nós, nada!" O Poder nos discursos do Exército zapatista de Libertação Nacional

GRAZIELA MENEZES DE JESUS

**“Para todos, tudo! Para nós, nada!” O Poder nos discursos do Exército
Zapatista de Libertação Nacional.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 29 de junho de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profª. Drª. Celeste Ciccarone
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Fábio Muruci dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo

Profª. Drª. Vânia Maria Losada Moreira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Aunque los pasos toquen mil años este sitio,
no borrarán la sangre de los que aquí cayeron.

Y no se extinguirá la hora en que caísteis,
aunque miles de voces crucen este silencio.
La lluvia empapará las piedras de la plaza,
pero no apagará vuestros nombres de fuego.

Mil noches caerán con sus alas oscuras,
sin destruir el día que esperan estos muertos.

El día que esperamos a lo largo del mundo
tantos hombres, el día final del sufrimiento.

Un día de justicia conquistada en la lucha,
y vosotros, hermanos caídos, en silencio,
estaréis con nosotros en ese vasto día
de la lucha final, en ese día inmenso.

Pablo Neruda

Dedicado a todos os homens e mulheres rebeldes.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho de dissertação é, sem sombra de dúvidas, fruto de um esforço coletivo, nesse sentido agradeço a todas as pessoas que, ao meu lado, tornaram essa dissertação possível.

Ao meu pai e sua eterna cumplicidade silenciosa;

Ao meu irmão simplesmente por existir e ter uma presença forte e ativa na minha vida;

Ao Tom que não foi apenas um mestre, mas também amigo, psicólogo, companheiro de viagens e de lutas. Realizar esse trabalho com ele foi um privilégio;

Aos meus amigos que muito me ouviram rir e me viram chorar, sem alguns de vocês teria sido simplesmente impossível;

Aos meus colegas de pesquisa e trabalho por dividiram seus conhecimentos, críticas e idéias;

Aos meus professores, especialmente ao professores Josemar Machado de Oliveira e Vânia Maria Losada Moreira que, ao lado do Tom, me ensinaram o que é História e, mais, o que é ser um Historiador;

Por fim, gostaria de agradecer à minha mãe, que nunca me ensinou nada de História ou de pesquisa, mas me ensinou a falar, a andar, a ler, a ser criança, depois a ser adolescente e, com certeza, a ser mulher. Concluir esse trabalho só foi possível porque tive apoio, força, amor e carinho daquela que foi a testemunha mais fiel desses últimos dois anos.

Obrigada a todos.

RESUMO

O Exército Zapatista de Libertação Nacional surge no cenário nacional mexicano questionando diversos elementos políticos como o Estado, a democracia e os partidos políticos. Apresentando-se como um grupo de origem indígena, o EZLN buscou construir um movimento social pautado na multiplicação do sujeito político responsável pela ação transformadora e, ao mesmo tempo, pela tentativa de satisfazer às demandas dos grupos indígenas do México. Uma de suas principais propostas parte da negação do poder institucional e da afirmação da necessidade de construir uma sociedade mais democrática, em outras palavras, uma sociedade com diversos centros de poder. Nesse sentido, nosso trabalho tem como objetivo investigar o conceito de Poder presente nos discursos neozapatista e suas implicações com o projeto político construído pelo EZLN.

Outro ponto fundamental de nossa análise é o conceito de Autonomia, incorporado ao discurso neozapatista como um dos principais pilares para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para contemplar nossos objetivos utilizamos a análise discursiva como metodologia e, as fontes trabalhadas foram as cartas e os comunicados divulgados pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Palavras-Chaves: México, EZLN, Poder, Autonomia

ABSTRACT

The EZLN appears in the Mexican national scene questioning diverse elements politicians as the State, the democracy and the political parties. Presenting itself as a group of indigenous origin, the EZLN searched to construct to a social movement in the multiplication of the citizen responsible politician for transforming action e, at the same time, for the attempt to satisfy to the demands of the indigenous groups of Mexico. One of its main proposals has left of the negation of the institucional power and the affirmation of the necessity to construct a more democratic society, in other words, a society with diverse centers of being able. In this direction, our work has as objective to investigate the concept of Power able present in the speeches neozapatista and its implications with the project politician constructed for the EZLN. Another basic point of our analysis is the concept of Autonomy, incorporated the neozapatista speech as one of the main pillars for the construction of a society more joust. To contemplate our objectives we use the analysis as methodology and, the worked sources had been the letters and the official notices divulged for the EZLN.

Key-words: Mexico, EZLN, Power, Autonomy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: CONTEXTO GERAL DO CONFLITO EM CHIAPAS: CONSTRUÇÃO NACIONAL, EMERGÊNCIA INDÍGENA E REVOLTA.	19
1.1 Identidade nacional e identidade étnica: Aspectos da construção de um Estado Nação homogêneo.	24
1.2 A Emergência dos indígenas na América Latina.....	32
1.3 Da Selva para o mundo: As origens do Exército Zapatista de Libertação Nacional.	39
CAPÍTULO 2: A IMAGEM E OS REFLEXOS DO PODER.....	59
2.2 O poder e suas variações teóricas.....	71
CAPÍTULO 3: HÁ UM TEMPO DE PEDIR, UM DE EXIGIR E OUTRO DE EXERCER.....	86
3.1 Autonomia, soberania e estado-nação	91
3.2 A traição de San Andrés	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	128
Fontes:	128
Bibliografia:	131
Documentos Eletrônicos:	135
ANEXO I: ACUERDO DE SAN ANDRÉS.....	138
ANEXO II: REFORMA CONSTITUCIONAL FORMULADA PELA COCOPA	152

INTRODUÇÃO

México, Chiapas. 1º de janeiro de 1994. Um grupo de guerrilheiros indígenas ocupou as cidades de Altamirano, Ococingo, Las Margaritas e San Cristóbal de Las Casas. Suas principais reivindicações eram trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Autodenominavam-se Exército Zapatista de Libertação Nacional. O impacto de um levante armado em pleno reveillon suscitou inúmeros questionamentos na sociedade mexicana: Uma guerrilha? Índios armados? E mais, Zapatista? Alguma coisa deveria estar errada... Mas o quê?

Nos primeiros dias após o levante, o grupo de guerrilheiros entrou em confronto direto com o Exército Federal Mexicano e, iniciou-se, a partir daí, um intenso processo de diálogos com a sociedade mexicana que, mais tarde, foi reconhecido como uma das principais características desse movimento.

Mas voltando a nossa pergunta inicial: O que estava acontecendo de errado? Em termos de senso comum – e até mesmo para alguns dos principais intelectuais – o final da década de 80 representou não só o fim do embate ideológico entre comunistas e capitalistas, mas também, o triunfo das relações capitalistas, o fim do sonho socialista e até mesmo, o fim da História.

Depois de 1989, a demolição dos regimes do leste europeu não só significou o fim desta guerra de idéias, mas pareceu o momento adequado para fundamentar um novo e duradouro consenso que devia deixar firmemente assentada a convicção de que toda tentativa de subverter a ordem estabelecida era inútil, que toda revolução – fosse a francesa de duzentos anos atrás ou a soviética de 1917 – acabava convertendo-se num fracasso sangrento¹.

Nesse contexto de fim de expectativas revolucionárias não fica muito difícil compreender o espanto provocado por um movimento guerrilheiro, principalmente, porque na América Latina o paradigma dos movimentos de guerrilha é o caso cubano. Isso significava evocar um sentimento revolucionário e uma expectativa de governo socialista que assemelhava-se à experiência de fracasso da URSS. Cavia então aos movimentos

¹ FONTANA, Josep. **História depois do fim da História**. Tradução de Antonio Penalves Rocha. São Paulo: EDUSC, 1998. p. 17-18.

sociais rediscutir os novos caminhos para mudar o mundo, as novas vias de transformação da sociedade e, até mesmo discutir, quem seriam os atores sociais responsáveis por essa possível mudança.

Dentro dessa perspectiva é possível pensarmos na emergência de atores sociais étnicos. No México os indígenas foram transformados no grande problema nacional, suas comunidades foram consideradas sinônimas de atraso e de marginalidade. A idéia de uma revolução de índios era simplesmente possível, porém inaceitável!

E quanto a Zapata? Sabemos que no imaginário popular a figura de Zapata adquiriu uma dimensão que remete à idéia de mobilização e libertação do povo e, nesse sentido os neozapatistas utilizam o mito de Zapata para construir uma cultura política forjada na resistência e na aceitação das camadas populares. Para Enrique Rajchenberg e Catherine Héau-Lambert a peripécia neozapatista serve para ilustrar como os movimentos populares se apropriam de uma memória coletiva preexistente, de ideologias e mitos disponíveis nessa memória, para legitimar suas lutas presentes².

Podemos também afirmar que há uma necessidade de buscar dentro da história mexicana um elemento que represente valores políticos contrários aos valores que foram apresentados pela concepção ocidental de modernidade. Nesse caso, devemos destacar que a utilização da imagem de Zapata é um fenômeno que se insere na disputa simbólica em torno da figura de um dos maiores personagens da História mexicana, uma vez que Zapata não é um patrimônio simbólico evocado exclusivamente pelos setores populares.

Zapata não foi retomado como a reencarnação do indígena puro, até porque sabemos que ele era de origem mestiça, mas sim como um referencial para a rebeldia do indígena que lutava pela terra e pela manutenção dos valores democráticos e comunitários. Ainda nesse contexto, a luta pela terra se converte em uma luta pelo meio que garante a existência de um universo cultural e, o contrário, a mercantilização da terra, representa a perda dessa cultura e desses elos com o período pré-hispânico.

²HÉAU-LAMBERT, Catherine e RAJCHENBERG, Enrique. História y simbolismo en el movimiento zapatista. **Revista Chiapas**, México, n. 1. Disponível em : <<http://www.ezln.org/revistachiapas/index>>. Acesso em 16 de outubro de 2001.

Do nosso ponto de vista, Zapata é o maior ícone da tradição revolucionária do México e, nesse sentido, sua apropriação também é um resultado da necessidade do movimento de dar maior legitimidade ao seu discurso que, em termos de dominação simbólica, articula de forma coerente elementos do imaginário social com seus interesses políticos.

Os revolucionários mexicanos acreditam na tradição zapatista não como uma repetição do passado no presente, mas sim como uma forma de reconstruir o passado com o objetivo de resignificar as necessidades do presente³. Mas a pergunta ainda não foi respondida: o que poderia estar errado na informação que apontava o surgimento de um movimento que se dizia guerrilheiro, indígena e zapatista?

Composto basicamente por indígenas e camponeses o EZLN desperta o interesse por conseguir sintetizar as demandas dos chiapanecos e da população mexicana. O movimento neozapatista foi considerado inovador por mesclar elementos da política moderna com elementos indígenas e, pelo seu aspecto comunicativo estabelecido com a sociedade⁴. Nesse ponto, o EZLN beneficia-se da tecnologia pós-moderna, porque como Balandier ressalta “esta é a primeira vez na história que a realidade próxima está imersa no fluxo cotidiano das imagens e das mensagens⁵” e, de fato, os comunicados representam a arma que abriu novos horizontes ao EZLN. Os principais jornais e a Internet, que as publicaram, constituíram um meio de conjunção entre dois mundos que até então estiveram separados e incomunicáveis.

Entre os elementos do mundo indígena cabe destacar a luta pela autonomia política que não só implica em uma nova distribuição de poderes, como também significa a possibilidade de organização das comunidades indígenas de acordo com seus interesses,

³ HÉAU-LAMBERT, Catherine e RAJCHENBERG, Enrique. História y simbolismo en el movimiento zapatista. **Revista Chiapas**, México, n. 1. Disponível em : <<http://www.ezln.org/revistachiapas/index>>. Acesso em 16 de outubro de 2001.

⁴ A principal forma de comunicação do EZLN com a sociedade é a emissão de cartas e comunicados via jornais, revistas e principalmente a Internet.

⁵ BALANDIER, Georges. **A desordem : elogio do movimento**. Tradução de Suzana Martins. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997. p. 174.

servindo de base não só para contestar o indigenismo⁶, como também para construir uma perspectiva de integração nacional do indígena de acordo com sua realidade.

Além disso, o movimento busca uma mudança que não é apenas regional, mas essencialmente, uma transformação da vida nacional. Nesse sentido sua maior vitória seria conseguir juntamente com a sociedade civil, uma transformação democrática nas estruturas políticas do México. Nas palavras de Carlos Montemayor:

Sabemos que sua perspectiva é o futuro, que seu objetivo central é transitar para a democracia e que, por isso, lutam pela modificação das relações de poder, pela construção da cidadania. Sabemos que, se se levantaram, foi para se fazerem ouvir e para pertencerem à nação que os tem esquecido⁷.

Para concretizar seu ideal político de democratizar as estruturas políticas do México, o EZLN construiu uma proposta pautada em três princípios básicos: o *tudo para todos*, *nada para nós*; o *mandar obedecendo* e a *comunidade*⁸. Todos esses princípios possuem implicações com a luta pela dignidade, pela autonomia política e são aspectos centrais de uma revolução que não está voltada para a tomada do poder.

A proposta política dos neozapatistas tem como ponto central a afirmação da democracia e a negação da tomada do poder, o que já representa uma diferença significativa entre os revolucionários mexicanos e os grupos guerrilheiros tradicionais.

È importante ressaltar que o questionamento da luta pelo poder feito pelo projeto neozapatista surge a partir da análise que o movimento faz da realidade sócio-política do mundo globalizado. Para eles o neoliberalismo prega a eliminação do coletivo, uma vez que o indivíduo – dentro do jogo político da globalização – não é capaz de resistir ao atual

⁶ “O indigenismo não é uma política formulada por índios para a solução de seus próprios problemas mas a dos não-índios em relação aos grupos étnicos heterogêneos que recebem a designação geral de indígenas”. BELTRÁN, Gonzalo Aguirre, apud DÍAZ-POLANCO, Héctor. O indigenismo simulador. In: ARRELANO, Alejandro Buenrostro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). **Chiapas: reconstruindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p.161.

⁷ MONTEMAYOR, Carlos. Apud: ARRELANO, Alejandro Buenrostro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). **Chiapas: reconstruindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.14.

⁸ VILLORO, Luis. O poder e o valor. IN: ARRELANO, Alejandro Buenrostro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). **Chiapas: reconstruindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.188-189.

sistema. Essa eliminação estaria ocorrendo de três formas: através da redução da participação política a seu aspecto eleitoral, ou seja, a valorização da democracia representativa como marco de cidadania, o aumento de programas sociais que trabalham a caridade e rompem o tecido social da solidariedade e, a promoção da propriedade privada⁹.

Ao longo da nossa pesquisa buscaremos delimitar as questões do poder pertinentes ao projeto neozapatista, entretanto há outra questão fundamental ligada à luta que nega a tomada do poder: a luta pela autonomia. De acordo com Werner Altmann a luta pela autonomia revela a grande inovação do EZLN que seria o fato de articular-se politicamente com conceitos que não estão presentes nas rebeldias camponesas ou do proletariado industrial ocidental¹⁰. A autonomia é o ponto de reivindicação que está presente em diversas lutas indígenas na América Latina. De acordo com o *V Foro Estatal sobre la Realidade Indígena, Campesina y Negra* realizado em maio de 1995, autonomia é:

“(...) la capacidad de decidir no solo sobre nuestro destino, sino también sobre las cuestiones y acciones más inmediatas y diárias em las comunidades, con una identidad y conciencia próprias, com la suficiente capacidad de apertura para comunicar-se com los demas ciudadanos del país y del mundo¹¹”.

Isso quer dizer que a autonomia significa a autogestão das comunidades indígenas de acordo com seus princípios étnicos, culturais, jurídicos, econômicos e lingüísticos o que significa que as comunidades poderiam exercer amplamente os direitos que abragem o campo político e o econômico, trazendo à tona também elementos como o pluralismo étnico e o respeito pelas diversidades, convertendo o Estado Nacional Homogêneo em Estado Nacional Plural.

⁹ ELORRIAGA, J. e RODRIGUEZ, S. **Globalização e resistência: a necessidade de mudar o tabuleiro**. Disponível em: <<http://www.portoalegre2002.org>>. Acessado em 23 de abril de 2002.

¹⁰ ALTMANN, Werner. A rebelião de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico. IN: BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luís Bernardo. **América Latina: História, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998. p.189.

¹¹ SERVICIOS DEL PUEBLO MIXE, A.C. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/No2/ch2pueblomixe.html>> . Acesso em 12 de abril de 2005.

Para o EZLN e as comunidades chiapanecas a luta pela autonomia significa lutar para manter e fortalecer sua coesão étnica dentro de uma sociedade na qual o regime democrático apresenta-se como um regime excludente. Dentro do projeto político do EZLN essa luta traz também o debate da transformação do cenário político nacional uma vez que ao estabelecer mudanças internas na comunidade, a autonomia favorece paulatinamente a mudança da realidade dos que com ela se relacionam¹².

Em nosso trabalho temos como principal objetivo analisar a natureza do projeto político do EZLN de mudar o mundo sem tomar o poder . Quais são suas definições e seus limites? Suas implicações com a concepção de Estado Nacional Homogêneo? Até que ponto é possível um movimento revolucionário não almejar o poder? E se for possível, como se dá tal articulação?

Defenderemos a idéia de que a bandeira de “mudar o mundo sem tomar o poder” refere-se a um tipo de poder, o poder institucional, o poder do Estado e suas instituições políticas. Sendo assim, esse lema, em nossa interpretação, tem como desdobramento uma outra visão de poder, nesse caso o poder almejado pelos neozapatistas que passa essencialmente pela questão do reconhecimento dos direitos políticos dos sujeitos étnicos, através da implantação dos regimes de autonomia. Alguns conceitos serão fundamentais na nossa análise, entre eles o de poder, autonomia, etnicidade, conflito étnico, estado-nação e pluralismo.

O EZLN tem como característica a ampla gama de criatividade na ação, inovando na forma de linguagem utilizada pela esquerda, valendo-se de poesias, humor, ironia, contos infantis, literatura ocidental, criação de personagens, utilização de várias simbologias, referências culturais indígenas entre outras formas. Partindo dessa caracterização optamos pela metodologia de análise do discurso e teremos como fontes as cartas e os comunicados emitidos pelo EZLN e pelo Subcomandante Marcos.

Ao privilegiar a análise de discurso, entendemos que nossa principal função é a de relacionar texto e contexto, buscando a lógica entre as idéias contidas no discurso, as formas pelas quais elas são representadas, o conjunto de determinações extratextuais que

¹² DÍAZ-POLANCO, Hector. **La rebelion zapatista y la autonomia**. 3ª. Ed. México: Siglo XXI Editores, 2003.

podem determinar, ou não, a produção discursiva, a circulação e o consumo dos discursos¹³. Nesse sentido, partimos do pressuposto que os discursos referem-se ao social e suas representações.

A noção de representação ganhou espaço na teoria do signo e, ao longo da segunda metade do século XX, as associações entre signo e representação apareceram articuladas a idéia de pensamento/linguagem e, o conceito de representação passou a ser relacionado não só à função semiótica, mas também aos temas da percepção, da imaginação e da simbolização¹⁴. Sendo assim, não só os símbolos e as construções simbólicas ganham importância, mas também os aspectos que se referem ao imaginário evocado pelo discurso.

O discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estatísticos da realidade social, podem vir a ser instrumentos de constituição do poder e transformação da realidade. Concluindo, a representação do real, ou o imaginário, é, em si, elemento de transformação do real e atribuição de sentido ao mundo¹⁵.

Analisar os discursos inseridos em uma perspectiva das representações é também resgatar a forma como um grupo social constrói a sua realidade, já que nessa interpretação o imaginário também é uma evocação que dá sentido às coisas, através da via simbólica. De acordo com esse pressuposto a realização do imaginário se dá em três instâncias: a do suporte na concretude do real, a da utopia e a ideológica¹⁶. Ou seja, o imaginário não pode ser reduzido a uma única dimensão e, a nossa tarefa será a de analisar como tais imaginários constituem o social através do discurso.

Entendemos também que os discursos não se limitam às idéias, nem tampouco antecedem a organização social. Nesse sentido, devemos considerar que nenhum discurso é absoluto, pois ainda que seja hegemônico, ele não elimina os outros. Além disso, os

¹³ CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de texto. In: CARDOSO, Ciro Flamarions e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 378

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim e DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir. **Representação: contribuição a um debate transdisciplinar**. São Paulo: Papirus, 2000. p.228

¹⁵ PESAVENTO, S. J. . Em Busca de Uma Outra História: Imaginando O Imaginário. **Revista brasileira de História**, São Paulo: v. 15, n. 29, 1995. p. 18

¹⁶ Ibid, p.23

discursos não são autônomos, uma vez que surge a partir de outros e também pode sofrer interferência deles. Numa mesma sociedade há múltiplos discursos, com interpretações e objetivos diferentes.

Outro ponto que devemos ressaltar reside no fato que no discurso o locutor se revela tal “como quer aparecer ou, tal como se vê em função do seu sistema de representações e, não diretamente tal como sua prática política e como a significação, a função social de sua prática política o define¹⁷”. Ou seja, a palavra não pode ser considerada sinônima do comportamento político e, o vocabulário de um grupo não deve ser interpretado como algo transparente porque se é verdade que os discursos não são autônomos, é também verdade que um grupo pode utilizar o vocabulário político produzido por outros para referenciar seu discurso.

Utilizaremos a técnica de análise semântica que se refere ao estudo do sentido das palavras empregadas pelo autor do texto como indícios do seu discurso. O método consiste basicamente na escolha de unidades de análise e da associação entre essas unidades e a realidade a qual ela se refere. A análise da semântica histórica é uma abordagem que prioriza a história dos signos: de como eles se materializam nas palavras, do contexto em que eles ganham sentidos, das suas equivalências, das oposições e concordâncias, dos estereótipos e do poder de conotação¹⁸.

Longe de esgotar a discussão a respeito do projeto político neozapatista, o nosso trabalho pretende apresentar uma discussão em torno dos primeiros eventos que marcaram a trajetória histórica do EZLN. Para contemplar nossos objetivos, apresentamos o trabalho dividido em três capítulos, no qual o primeiro aborda a construção do Estado-nação no México e suas implicações com a realidade indígena e, a questão do contexto de surgimento do EZLN. No segundo capítulo, nos propusemos a mostrar qual o conceito de Poder na visão do EZLN, nesse caso, o poder institucional. No último capítulo apresentamos os *Diálogos e Acuerdos de San Andrés* e, principalmente qual a forma de poder defendida no projeto neozapatista nos seus primeiros anos.

¹⁷ ROBIN, Regine. **História e Linguística**. São Paulo: Editora Cultrix, 1977. p. 47

¹⁸ Ibid, p. 79.

Nossa documentação encontra-se disponível na home page do EZLN e nosso *corpus documental* será constituído pelos documentos que têm como tema o poder e a autonomia, principalmente as fontes do período compreendido entre 1995 até 1996, por ocasião dos *Acuerdos de San Andrés* e, as fontes a partir de 2003 em função da implementação dos *Caracoles*.

O EZLN enfatiza e remete-se, em seu discurso, aos homossexuais, à liberdade das mulheres, aos negros, aos camponeses, entre outras minorias. A linguagem sincrética utilizada pelo movimento, ao mesmo tempo em que busca uma identificação nas figuras revolucionárias políticas do México como Emiliano Zapata, deita raízes em mitologias da cultura maia para passar os fundamentos e ideais políticos de uma sociedade multicultural.

Os neozapatistas buscam a construção de algo mais partindo da concepção de que a sociedade civil não é composta por meros receptores de informação, mas por sujeitos políticos, resultando na criação de uma extensa e atuante rede internacional de solidariedade, articulada principalmente pela Internet, com capacidade de mobilizar diversas organizações, primordialmente nos momentos mais críticos do conflito. Eles inovam, portanto, na linguagem¹⁹, mas também nos métodos de luta, nos objetivos da luta, buscando novas formas de se fazer política.

¹⁹ Vale lembrar que o EZLN se utiliza tanto da palavra como da falta de palavras, isto é, do silêncio como uma arma no conflito com o governo federal (os zapatistas por algumas vezes se silenciaram como forma de demonstrar a falta de diálogo sincero por parte do governo, como no não cumprimento dos “Acordos de San Andrés”, que tentava delimitar uma série de leis indígenas).

CAPÍTULO 1: CONTEXTO GERAL DO CONFLITO EM CHIAPAS: CONSTRUÇÃO NACIONAL, EMERGÊNCIA INDÍGENA E REVOLTA.

Atualmente, quando pensamos em história política e nas suas definições, é recorrente a afirmação de Pierre Rosanvallon de que o campo político é o “lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo²⁰”, sendo que a modernidade seria o ponto de partida para as nossas reflexões. Um dos temas que se apresenta no campo político como uma das formas de organização coletiva e que é um dos grandes destaques da modernidade é o tema Nação.

O que é uma Nação? Essa pergunta vem sendo respondida desde o século XIX pelas ciências sociais com uma imensa bibliografia. Discutir a Nação, seu processo de formação e suas teorias é algo que se torna muito complexo, tendo em vista os diferentes processos históricos que levam ao surgimento de uma Nação e os critérios que podem ser utilizados para definir a mesma. Nas palavras de Eric Hobsbawm:

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram ‘nações’ e outros não, freqüentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. (...) Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como ‘nações’, sempre é possível descobrir exceções²¹.

Por outro lado, a tentativa de explicar as nações com critérios exclusivamente subjetivos também pode se apresentar falha, uma vez que a relação entre os critérios que formam uma nação são complexos. Uma determinada conjunção de critérios que em um determinado local forma uma nação, pode existir em outra região sem que a nação esteja sequer em processo de formação, fazendo com que a resposta para nossa pergunta se torne cada vez mais complexa e repleta de significados históricos, demonstrando que qualquer

²⁰ ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Contexto, v.15, n. 30, 1995. Dossiê Historiografia: propostas e práticas. p. 12.

²¹ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 15.

tentativa de explicar a Nação dentro de uma perspectiva universalista, via de regra, vai demonstrar-se falha.

Uma das explicações mais clássicas do que vem a ser a Nação, foi formulada no século XIX por Ernest Renan. Em seu texto *Qu'est-ce qu'une nation?*, o francês Renan formula uma concepção de Nação à luz do liberalismo clássico, entendendo a Nação como o resultado de um processo de esquecimentos e lembranças. Renan em sua argumentação refuta critérios como dinastia, língua, raça, religiosidade e aspectos geográficos como elementos constitutivos da nação, afirmando que essa surge de dois elementos: um do passado, quer dizer o passado histórico comum e outro do presente, que seria o consentimento, a vontade dos membros que compartilham uma história comum de se manterem unidos²².

Una nación es, pues, una grand solidaridad constituída por el sentimiento de los sacrificios que se han hecho y de los que aún se está dispuesto a hacer. Supone un pasado, pero se resume, sin embargo, en el presente por un hecho tangible: el consentimiento, el deseo claramente expresado de continuar la vida común. La existencia de una nación es (perdonenme esta metáfora) un plebiscito de todos los días, como la existencia del individuo es una afirmación perpetua de vida²³.

Como podemos observar a concepção de Renan é um pouco voluntarista e desconsidera o papel do Estado enquanto agente unificador/formador da nação. O debate mais atual em torno dessa questão passa por duas concepções: a modernista e a histórico-culturalista. Entre os modernistas Ernest Gellner é um destaque, já entre os culturalistas destacam-se as concepções de Anthony Smith.

A perspectiva modernista identifica o Estado enquanto um agente promotor da integração através do sistema educacional. O ponto central da argumentação de Gellner reside em diferenciar as sociedades rurais das sociedades industrializadas, afirmando que é a partir da industrialização e da divisão do trabalho que surgem as condições objetivas de formação do nacionalismo, que é o elemento definidor da nação.

Nas sociedades industriais as relações de trabalho se tornam mais complexas, sendo necessário preparar o indivíduo para o trabalho, para exercer novas funções que exigem do

²² RENAN, Ernest. ¿Qué es una nación? In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). **La invención de la nación. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha**. Buenos Aires: Manantial, 2000. p.65.

²³ Ibid, p. 65.

trabalhador mais do que força física. Gellner entende que esse processo faz com que pela primeira vez na história a cultura superior seja difundida, para que a própria sociedade funcione²⁴. Há uma tendência a uniformizar as formas de comunicação. Sendo assim, o nacionalismo surge desse esforço de homogeneizar a comunicação/ cultura através da educação monopolizada e disponibilizada pelo Estado. O nacionalismo surge então como uma construção do Estado industrial, como uma necessidade de uniformizar as formas de comunicação.

A sociedade moderna portadora de uma cultura homogênea, de alfabetização, e de mobilidade social cria seus próprios limites, dentro de suas possibilidades de emprego e cidadania, fazendo com que os indivíduos se percebam como um ponto fundamental dessa cultura e mais, fazendo com que eles percebam os outros, os estrangeiros²⁵. De acordo com essa concepção cabe ao Estado não só disseminar e manter o padrão cultural desenvolvido, mas também proteger suas fronteiras. Gellner nos diz que nas sociedades pré-modernas cultura e poder se entrelaçam, mas não formam uma unidade suficiente para gerar fronteiras político-nacionais. O processo é diferente após a industrialização:

No industrialismo, cultura e poder são padronizados, subscrevem um ao outro e podem convergir. As unidades políticas adquirem fronteiras nitidamente definidas, que são também as fronteiras das culturas. Cada cultura precisa de sua própria cobertura política, e os Estados se legitimam, primordialmente, como protetores da cultura (e fiadores do crescimento econômico). Esse é o padrão geral²⁶.

Em suma, Gellner entende que o nacionalismo é o movimento unificador produzido pela modernidade e difundido pela educação. Em sua análise prioriza-se o papel do Estado em detrimento de outros elementos como consciência étnica e tradição cultural. Gellner é muito criticado por valorizar o nacionalismo como algo que foi resultado de uma construção política. Entre os críticos da abordagem modernista de Gellner, podemos destacar Smith que entende a abordagem modernista como produtora de um

²⁴ GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos de nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 117.

²⁵ GELLNER, Ernest. El nacionalismo y las dos formas de cohesión en sociedades complejas. In: **Cultura, identidad y política. El nacionalismo y los nuevos cambios sociales**. Barcelona: Gedisa, 1993. p.27.

²⁶ Ibid, p. 153.

“superficialismo histórico” incapaz de explicar como as nações equilibram o passado étnico com as continuidades sentidas²⁷.

A abordagem histórico-culturalista não descarta o papel do Estado, da industrialização e da educação, entretanto, considera que esses elementos por si sós não são responsáveis pelo sentimento nacional. Essa abordagem considera fundamental a questão do passado cultural – mitos, símbolos, origem étnica – como elementos igualmente importantes no processo de constituição do nacionalismo. Diz Smith: “Construir la nación es más una cuestión de diseminar representaciones simbólicas que de forjar instituciones culturales o redes sociales²⁸”.

Smith entende que nenhuma nação sustenta-se apenas por “invenções”, pelo contrário, todo nacionalismo necessita de um núcleo a ser fornecido pela etnohistória. São os chamados mitos de descendência e origem, a memória histórico-coletiva, o passado étnico e a cultura comum que geram o sentimento de unidade e pertença.

Os processos que constituem uma nação passam pela disseminação de elementos, muitas vezes ligados ao passado étnico, que remontam a uma memória coletiva. Esses elementos podem ser manipulados ou não pelo Estado, e são eficazes enquanto um instrumento de coesão social, pois fazem parte da história de uma determinada sociedade. Não devemos deixar de ressaltar, como o fez Natividad Gutierrez Chong²⁹, que a teoria de Smith se refere a casos em que há uma identidade étnica dominante e cabe aos pequenos grupos étnicos a desapareição ou assimilação, sendo que em alguns casos, esses grupos tornam-se um problema para o Estado-nação.

Para nossa pesquisa, entendemos ser necessário seguir o pressuposto teórico de Gutierrez Chong³⁰, entendendo que as concepções modernista e histórico-culturalista não são antagônicas entre si, mas complementares no sentido que uma indica o Estado enquanto órgão responsável pela unificação, mediante a educação e a outra concepção oferece um

²⁷ SMITH, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.205.

²⁸ SMITH, Anthony. ¿Gastronomía o geología? El rol del nacionalismo en la reconstrucción de las naciones. In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). **La invención de la nación. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha**. Buenos Aires: Manantial, 2000. p.190

²⁹ CHONG, Natividad Gutiérrez. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**. México: PYV, 2001. p.50

³⁰ Ibid, p.50

processo seletivo de utilização e (re)significação de elementos étnico-culturais que incitam a integração nacional.

A abordagem teórica que leva em consideração a conjunção dos modernistas e histórico-culturalistas estará presente na nossa pesquisa com o objetivo de analisar a realidade mexicana, tendo em vista, que essas concepções em isolado são insuficientes para compreender a formação da consciência nacional na América Latina.

1.1 Identidade nacional e identidade étnica: Aspectos da construção de um Estado Nação homogêneo.

O México é um país com aproximadamente 97 milhões de habitantes sendo que cerca de 6 milhões de habitantes se declaram falantes de alguma língua indígena³¹, numa variedade de mais ou menos 60 idiomas distintos³², em um território composto por 56 grupos étnicos³³. Esse quadro foi composto a partir de informações recentes, ou seja, é um quadro que relata a diversidade dentro de um Estado Nacional, sendo que a complexidade era muito maior no pós-independência resultando em uma pergunta óbvia: Como foi forjado o sentimento nacional em uma sociedade tão diversificada? Como foi possível organizar e integrar grupos sociais tão distintos sob uma mesma perspectiva cultural e histórica? Quais foram os elementos de amálgama? E mais, será que uma sociedade que ainda hoje é composta por diferentes grupos étnicos é, de fato, formadora de um Estado Nação?

O nacionalismo oficial implementado pelo governo mexicano tem como características a construção de uma nação soberana, uniformizada em termos culturais e lingüísticos através de políticas de integração – em especial o indigenismo, uma ordem legal única e um sistema educacional comum, visando mostrar a nação como um projeto coletivo e homogêneo.

Los regímenes de gobierno surgidos de la revolución de 1910 heredaron el planteamiento de que para forjar una nación en el contexto de una sociedad de matriz colonial como la mexicana, era indispensable una política integrativa, homogeneizadora de la población en torno a un proyecto llamado México. Este aspecto es clave para comprender que la política indigenista es un diseño de Estado, puesto en práctica por los gobiernos sucesivos del país en busca de la modificación de las formas de sociedad y de cultura de los pueblos indios, de sus hábitos económicos, para hacerlos congruentes con los patrones del desarrollo concreto de México. Las luchas contracolonias que han forjado la nación (y el movimiento de 1910 tuvo

³¹ Dados fornecidos pelo INEGI. Disponível em: <<http://www.inegi.gob.mx>>. Acesso em 16 de dezembro de 2005.

³² NAVARRETE, Frederico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. p. 8.

³³ CHONG, Natividad Gutiérrez. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**. México: PYV, 2001. p.21.

también su dosis anticolonialista) alimentaron el planteamiento de la necesaria homogeneización del país, e hicieron sinónimos integración y unicidad cultural³⁴.

Valendo-se de aspectos da etnohistória, o nacionalismo oficial utiliza-se do sistema educativo para dar aos mexicanos, índios ou não, o conteúdo que os define. Natividad Gutierrez Chong, analisando os livros didáticos do ensino público³⁵ demonstra como o ensino está comprometido com a formação da consciência nacional. A autora selecionou cinco temas: o ensino do passado étnico; a maneira como se explicam as narrativas étnicas, incluindo o mito de fundação e o de descendência; os símbolos da cultura cívica; a descrição das culturas e dos povos indígenas nos textos escolares e, o legado de Benito Juárez³⁶.

A história oficial conta que o México sempre foi um país indígena. A historiografia nacional ensina que no período pré-hispânico, os astecas desenvolveram a maior civilização das Américas e a data de fundação de Tenochtitlán - capital asteca - em 1325 é incorporada como o mito de fundação da sociedade mexicana em uma narrativa composta por elementos como o heroísmo e a originalidade. O mito dizia que a cidade deveria ser construída no local em que os astecas – em seu período de migração – avistassem uma águia pousada sob um cacto, devorando a serpente. A imagem reveladora da fundação de Tenochtitlán está incorporada a um dos maiores símbolos do Estado-Nação, a bandeira nacional.

Os astecas são apresentados como um povo que formou uma sociedade complexa, com uma estrutura fiscal e social altamente organizada, uma sociedade de líderes e guerreiros que conseguiu ser reconhecida como a mais alta cultura da era pré-colombiana.

Por outro lado a chegada dos espanhóis e a conquista das Américas representou um rompimento histórico para o desenvolvimento das sociedades indígenas, uma vez que eles foram derrotados e submetidos à dominação. Entretanto, a historiografia nacionalista, aborda esse processo como um encontro cultural entre brancos e índios, criando assim o

³⁴ PUIG, Andrés Fábregas. **Los pueblos índios y el nacionalismo mexicano**. Disponível em: < [http:// www.cge.udg.mx/revistaudg/rug13/lospueblos.html](http://www.cge.udg.mx/revistaudg/rug13/lospueblos.html)>. Acesso em 20 de dezembro de 2005.

³⁵ A autora selecionou a coleção Ciências Sociais, dirigida ao público de seis aos quatorze anos. Seu recorte temporal abrange as décadas de 70, 80 e 90. CHONG, Natividad Gutiérrez. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**. México: PYV, 2001. p.107.

³⁶ Ibid, p.107

mito de descendência da nação mexicana. A partir da mistura entre espanhóis e índios surge o mito da nação mestiça.

De acordo com Gutierrez Chong os livros relatam a miscigenação como o agente formador da população mexicana: “Si casi toda población tiene ancestros mestizos, es posible dar forma a la percepción de que los mexicanos constituyen *una sola familia*”³⁷. Durante a colonização, é importante ressaltar, que o grupo étnico favorecido era o dos espanhóis e, os mestiços só vão emergir enquanto grupo étnico dominante a partir da Revolução Mexicana de 1910 e da necessidade de se criar uma identidade mexicana que dê conta das diversidades do país.

Através dos livros didáticos Gutierrez Chong também analisou a utilização de uma simbologia étnica para compor o quadro dos símbolos nacionais³⁸, dando destaque ao emblema nacional que é formado pela simbologia asteca da águia, a serpente, o cacto sob um lago e o vale central ao fundo; a bandeira nacional que é composta pelo emblema e pelas cores vermelha, verde e branca, representando respectivamente o sacrifício, a liberdade e a soberania e, por fim, o hino nacional que evoca a soberania nacional, reforçando a necessidade do sacrifício pela pátria em caso de ameaça estrangeira. A autora observa que o sistema educativo se demonstrou um instrumento eficaz na disseminação dos símbolos nacionais enquanto representantes da nação mexicana. Voltamos a Ernst Gellner:

O sistema educacional padronizado que processa todo o material humano formador da sociedade, que transforma a matéria-prima biológica num produto cultural aceitável e útil, é imenso e extremamente dispendioso. Grande parte de seu custo tende a ser absorvido pelo Estado ou por suas subunidades locais. Só o Estado ou setor público, em um sentido ligeiramente mais amplo, podem arcar com essa responsabilidade onerosa, e só o Estado pode controlar a qualidade dessa que é a mais importante de todas as indústrias, ou seja, a produção de seres humanos socialmente aceitáveis e economicamente operacionais. Esta se torna uma de suas principais tarefas³⁹.

O sistema educacional mexicano não escapa ao modelo de Gellner e tem como premissa os objetivos expostos acima de criar cidadãos que respondam ao desenvolvimento

³⁷ CHONG, Natividad Gutiérrez. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**. México: PYV, 2001. p.111

³⁸ Ibid, p.112

³⁹ GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos de nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 119

econômico da nação, investindo na educação dos camponeses e na uniformização lingüística⁴⁰. É interessante observar que o material didático produzido com maior teor ideológico está voltado para os anos iniciais de estudo, correspondendo a faixa que realiza o maior número de matrículas nas escolas federais⁴¹.

Quando pensamos em projeto nacional mexicano, temos que ressaltar que o que estava em jogo era a construção de uma nação pós-independência que fosse capaz de gerar uma unidade entre Estado – entendido como poder político – e povo. O Estado-nação entendido dessa forma, até admite a diversidade, mas desde que ela não represente uma possibilidade de ruptura com a suposta unidade, ou melhor, a suposta igualdade, uma vez que o discurso nacionalista entende que não há mais índios, nem espanhóis, mas sim cidadãos mexicanos.

A ideologia da mestiçagem⁴² definiu a identidade do mexicano a partir do passado indígena, mas o traço fundamental foi a inserção da cultura ocidental da elite crioula dominante, de forma ampliada. A mestiçagem garantiu às elites nacionais a integração através da transformação da identidade grupal em identidade nacional, ao mesmo tempo a ideologia da mestiçagem deveria garantir a todos os cidadãos a possibilidade de aceitarem-se enquanto mestiços, enquanto cidadãos mexicanos. De acordo com a teoria de Barth tal processo torna-se compreensível levando em consideração que:

A etnicidade não é vazia de conteúdo cultural (os grupos encontram “cabides” nos quais pendurá-la), mas ela nunca é também a simples expressão de uma cultura já pronta. Ela implica sempre em um processo de seleção de traços culturais dos quais os atores se apoderam para transformá-los em critérios de consignação ou identificação com um grupo étnico⁴³.

⁴⁰ O projeto educacional também utiliza o material didático para reconhecer a diversidade no México, incorporando-a inclusive ao discurso nacional, ao adotar a máxima de que não importa a região em que os habitantes moram, nem tampouco se falam espanhol ou outra língua, o que importa é o fato de todos serem mexicanos. Com esse discurso o sistema educativo cumpre um papel de mascarar a diversidade cultural, geográfica e étnica sob o marco da suposta igualdade garantida pelo Estado-Nação aos seus habitantes.

⁴¹ CHONG, Natividad Gutiérrez. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**. México: PYV, 2001. p.96.

⁴² Segundo Navarrete a ideologia da mestiçagem desenvolve-se da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, através da elite intelectual e políticas estatais visando construir uma identidade unificada para o mestiço. NAVARRETE, Frederico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. p. 89.

⁴³ POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p 129.

No processo de constituição da identidade nacional a ideologia da mestiçagem converteu-se em uma necessidade coletiva. Cabia aos grupos indígenas não só abrir mão de sua cultura, mas principalmente de sua identidade em prol da nação mexicana. A cultura indígena que sempre foi colocada à margem durante o período colonial, também foi repudiada pelo México independente.

Navarrete⁴⁴ nos lembra que a ideologia da mestiçagem, além de fundamentar a nova nação, também possuía duas características essenciais para o contexto histórico em que ela foi lançada. A primeira característica foi o fato de que a mestiçagem serviu para fundamentar o poder das elites intelectuais e políticas, porque essa mestiçagem que foi evocada como a solução para a questão nacional, não se referia a mistura racial, mas sim ao amálgama cultural.

Nesse sentido devemos lembrar que a identificação que foi feita com os elementos da cultura indígena referia-se ao passado pré-hispânico, ou seja, a uma identidade que havia sido derrotada e superada pela cultura ocidental. Sabemos que a ideologia da mestiçagem só se tornou a ideologia oficial do governo após a Revolução Mexicana de 1910, contudo devemos ressaltar que ela foi continuadora da identidade étnica e do nacionalismo construído pelos *criollos*, tendo em vista que foi construída a partir da visão da elite política mexicana tendo como um de seus objetivos a perpetuação do poder *criollo* através do estado nacional.

Durante esse processo o que estava em jogo era a integração das elites nacionais em um grupo sócio-cultural mais amplo. A ideologia da mestiçagem ampliou o tamanho do grupo que podia ter acesso a cidadania étnica, mas em nenhum momento questionou as bases de formação dessa identidade, apresentado-se como uma ideologia includente, quando na realidade mascarava o elitismo dos grupos que a solidificaram.

A segunda característica refere-se a um contexto histórico geral do século XIX e início do século XX: a questão racial, a idéia de que a humanidade estava dividida em raça superior – brancos - e inferior – negros e índios . Ao longo do século XIX o paradigma sócio-biológico ganhou força nas ciências sociais e, tinha como premissa a afirmação da superioridade e inferioridade racial. Essa teoria fundamentou uma forma de racismo a partir

⁴⁴ NAVARRETE, Frederico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. p.91.

de características fenotípicas e genotípicas, possibilitando a criação de um sistema de categorização e hierarquização entre os grupos raciais.

Nessa perspectiva, tanto os índios, quanto os negros, foram interpretados como raça inferior⁴⁵. No final do século XIX essas teorias foram incorporadas ao discurso nacional, dando lugar a uma série de abordagens pessimistas em relação as possibilidades de desenvolvimento do continente latino-americano.

Alguns teóricos consideravam a mestiçagem como um processo de degeneração racial⁴⁶, entretanto os ideólogos da mestiçagem mexicana defenderam a idéia de que o cruzamento racial podia constituir uma raça melhorada ou, como diz Navarrete, pelo menos melhor que os índios⁴⁷. A través da mestiçagem o “problema indígena” seria eliminado, ao passo que a mestiçagem daria origem a um novo homem que teria como principais características a inteligência do homem branco e a resistência dos indígenas⁴⁸.

Se sairmos das teias do discurso nacionalista observamos que aos índios, que não se identificam com a mestiçagem, sobraram apenas os espaços nas estatísticas de pobreza e marginalização social, ou seja, os indígenas tornaram-se o grande problema da nação mestiça. Dentro de uma concepção nacional homogênea liberal – tendo em vista o contexto do pós-independência – o elemento índio é simplesmente o entrave à modernização, por isso as chamadas políticas indigenistas são aclamadas pelo Estado e por seus intelectuais. O indigenismo ganha força após a Revolução Mexicana, principalmente a partir do governo de Lázaro Cárdenas.

Durante la presidencia del general Lázaro Cárdenas surgieron instituciones modeladas por los antropólogos (en su más amplia acepción) para poner en práctica la parte que les tocaba dentro de la política integrativa (de integrar la nación) diseñada por los estadistas de la Revolución mexicana. Esas instituciones son: el

⁴⁵ SUÁREZ, Águeda Gómez. Identidades colectivas y discursos sobre el sujeto indígena. **AIBR. Revista de Antropología Ibéroamericana**, nº 41, 2005. Disponível em : < <http://www.aibr.org/antropologia/aibr/>>. Acesso em 20 de abril de 2006.

⁴⁶ Gobineau entendia que as raças tendiam a se misturar, contudo em sua abordagem ele interpretava essa mistura como um processo de perda da humanidade. FAVRE, Henri. **El indigenismo**. México, D.F: Fondo de Cultura Económica. 1999. p. 42

⁴⁷ NAVARRETE, Frederico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. p. 92.

⁴⁸ FAVRE, Henri. **El indigenismo**. México, D.F: Fondo de Cultura Económica. 1999. p. 42

Instituto Nacional Indigenista (INI), el Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH, hoy incorporado al Consejo Nacional para la Cultura y las Artes) y la Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH, incorporada al INAH). Una figura dominó en aquellos momentos la práctica de la antropología como programa de gobierno para integrar a los pueblos indios: Alfonso Caso, arqueólogo, historiador, etnólogo y político. Asumiendo los parámetros del nacionalismo mexicano reformulado por la revolución, Caso diseñó la antropología como instrumento del nuevo Estado nacional para conseguir la modificación sustancial de los pueblos indios que permitiera su inclusión en la, así llamada, sociedad nacional. La ENAH debería preparar a los antropólogos para ese propósito, que desarrollarían desde el INI. La etnohistoria y la arqueología estarían dedicadas al conocimiento del pasado prehispánico y a demostrar el mestizaje como hilo conductor de la historia mexicana. Pero, además, este esquema estuvo animado por la convicción de que el pasado colonial era parte del presente mexicano: allí estaban los pueblos indios. Para que ese pasado dejase de ser realidad había la necesidad de eliminarlo no sólo por degradante, sino por ser un estorbo para lograr la plenitud de la nación mexicana⁴⁹.

O indigenismo representou não só uma proposta de assimilação das identidades indígenas, mas também trouxe propostas que modificaram a vida das comunidades de forma positiva, como o acesso às estradas, a alguns serviços de saúde e à educação. É importante ressaltarmos que os principais idealizadores do projeto indigenista no México – Manuel Gamio, Alfonso Caso e Gonzalo Aguirre Beltrán – entendiam que tais medidas serviriam para promover a integração nacional e o progresso, através do convencimento pacífico.

Ao avaliarmos o processo de construção da nação mexicana concordamos com Gutierrez Chong quando ela afirma que esse processo estabelece uma divisão histórica entre os chamados índios vivos e os índios mortos⁵⁰. Aos índios mortos cabe o substrato da nação, a fonte de autenticidade e originalidade que reside em um passado histórico excepcional que se confunde com o passado da nação. Aos índios vivos fica a responsabilidade dos índices de desenvolvimento baixos, a falta de unidade nacional, a fragmentação étnica e lingüística restando-lhes as opções de se integrar ao mundo mestiço, já que se recorrermos aos dados estatísticos não vamos nos surpreender ao observar que são eles que morrem de fome, diarreia, desnutrição, não possuem acesso à educação, à saúde e ao saneamento básico.

⁴⁹ PUIG, Andrés Fábregas. **Los pueblos indios y el nacionalismo mexicano**. Disponível em: < [http:// www.cge.udg.mx/revistaudg/rug13/lospueblos.html](http://www.cge.udg.mx/revistaudg/rug13/lospueblos.html)>. Acessado em 20 de dezembro de 2005.

⁵⁰ CHONG, Natividad Gutiérrez. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**. México: PYV, 2001. p 25

Também é interessante relativizar o próprio mestiço, pois, como afirma Navarrete as relações interétnicas no México são muito mais complexas do que a simples divisão entre mestiços e índios. Como já citamos anteriormente, o mestiço só se torna o grupo étnico favorecido a partir da Revolução de 1910 e mesmo assim eles estão divididos de acordo com sua classe social e suas condições vida. Os padrões econômicos ainda separam os brancos, dos mestiços e conseqüentemente mais ainda dos índios, a ponto de Navarrete afirmar que:

(...) en la actualidad el principal elemento que unifica a los muy diversos grupos de mestizos es la diferencia que sienten con los indígenas. De esta manera, los mestizos de México aplican a los indios el mismo racismo que practican entre ellos mismos, pues así como las élites mestizas desprecian a las masas mestizas porque se consideran más modernas, más blancas y superiores a ellas, los mestizos en su conjunto se consideran más modernos, más blancos y superiores que los indios⁵¹.

Entendemos que o grande problema do projeto de nação que se funda na perspectiva étnica, reside no fato de que normalmente a identidade étnica é interpretada como algo estático, a-histórico, imutável. Como nos ensina a abordagem de Fredrik Barth as identidades étnicas são construídas de acordo com o contexto histórico⁵² e na relação entre os que compõem a identidade e os que não a compõem – os membros e os *outsiders*. Então, no caso mexicano, da formação da identidade nacional, ao definir o mestiço foi necessário definir também o não-mestiço⁵³ e, perpetuar um sistema de oposição. A pretensa homogeneidade nacional pela mestiçagem demonstrou-se um problema desde o momento em que foi evocada.

O fato é que não só a ideologia da mestiçagem não teve o alcance desejado por seus idealizadores, uma vez que seu triunfo passava necessariamente pela formação dos

⁵¹ NAVARRETE, Frederico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. p. 17.

⁵² “ (...) a etnicidade não se define como uma qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou de grupos, mas como uma forma de organização ou um princípio de divisão do mundo social cuja importância pode variar de acordo com as épocas e as situações”. POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.125.

⁵³ De acordo com a abordagem interacionista de Barth o que define um grupo étnico é a relação que ele possui com os outros, a criação de um sistema de relações dicotômico que serve para diferenciar o NÓS do ELES. Sendo assim a definição de um grupo étnico, passa pela definição dos que não o compõem. No caso mexicano a definição do mestiço passa necessariamente pela negação do elemento indígena.

mestiços como um grupo homogêneo e unificado culturalmente e, não, uma pluralidade cultural. O indigenismo e com ele o programa de integração racial, mediante políticas estatais também não atingiram os objetivos planejados, sendo que a partir da década de 70 ficou claro o fracasso do sistema que buscava a total assimilação dos indígenas.

Navarrete cita alguns fatores como a fundação do INI que ao criar centros e serviços destinados aos povos índios, acabou por institucionalizar a divisão entre índios e mestiços e a persistência de práticas de segregação e discriminação. Além disso, os indígenas souberam “utilizar o benefício” da integração e modernizaram-se em um processo que ao invés de resultar em sua eliminação enquanto grupo étnico serviu para reforçar a identidade do grupo⁵⁴.

1.2 A Emergência dos indígenas na América Latina

Acreditamos que a concepção de Estado-nação homogêneo está em crise e, um dos sintomas é a emergência de movimentos indígenas que lutam por reconhecimento e pela necessidade de ampliar seus espaços de participação política sem abrir mão de sua identidade étnica.

De acordo com Christian Gros a ascensão dos movimentos indígenas na década de 70 está relacionada com a crise do projeto nacional-populista que apresentava o índio dentro de uma lógica de dominantes e dominados, na qual os indígenas representavam um grupo social que deveria ser integrado ao Estado-nacional⁵⁵.

Gros⁵⁶ entende que a implantação do neoliberalismo implicou em uma nova reformulação do papel do Estado e, conseqüentemente na forma como ele se relaciona com os seus cidadãos. O Estado neoliberal foi responsável por um longo processo de atomização da sociedade, no qual a luta por direitos individuais avançou bastante, além disso entendemos que esse processo de individualização reforçou a luta de movimentos sociais

⁵⁴ NAVARRETE, Frederico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. p. 109-110.

⁵⁵ GROS, Christian. El movimiento indígena: del nacional-populismo al neoliberalismo. In: KÖNIG, Hans-Joachim (ed.). **El indio como sujeto y objeto de la historia latinoamericana: pasado y presente**. Frankfurt/Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1998. p. 183.

⁵⁶ Ibid, p. 184-185.

identitários, uma vez que as ditas “minorias” ganharam voz a medida em que a unidade nacional foi perdendo parte de sua força político-discursiva.

Nobert Elias⁵⁷ faz questão de demonstrar que o processo de desenvolvimento da humanidade não foi e nem é uma coisa dada. Na verdade, características como civilidade, individualidade e inteligência modificam-se como aspectos de um processo. Ao analisar o mundo moderno e suas conseqüências, Elias afirma que vivemos um processo de individualização social dos indivíduos, ou seja, vivemos em uma sociedade que provoca a necessidade dos indivíduos se tornarem cada vez mais diferentes uns dos outros⁵⁸.

Em termos de Estado-nação a suposta homogeneidade nacional é um dos elementos a ser questionado. O Estado neoliberal e a crescente individualização da sociedade dá as lutas étnicas um lugar de destaque devido ao fato das identidades serem evocadas não mais para homogeneizar, mas sim para assinalar as diferenças. Segundo José Bengoa isso ocorre porque os indígenas entendem o processo de globalização como uma profunda ameaça a suas culturas e, nesse sentido torna-se necessário explicitar as identidades, ou melhor construir um discurso de identidade que se insere na dinâmica do nós/eles:

Este nuevo discurso de las identidades étnicas tiene un camino de ida e regreso: se fundamenta en última instancia en lo que ha sido la tradición identitaria de la comunidad, la que que podemos denominar la identidad tradicional. El discurso viaja por las culturas adyacentes, en particular, por la cultura dominante que es a quien se dirigirá. Allí se reprocesa, adquiere un lenguaje nuevo, diversas entonaciones e incluso cambia las propiedades como consecuencia de alianzas culturales. En un tercer movimiento discursivo, vuelve a la comunidad, es asumido como el nuevo discurso y muchas veces reemplaza incluso al discurso identitario tradicional⁵⁹.

No período de construção dos Estados-nação na América Latina o que estava em jogo era a modernização e, modernizar-se significava o desmantelamento de tudo aquilo que era entendido como tradicional, herdado, recebido⁶⁰. A modernidade foi a tentativa de

⁵⁷ ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 116.

⁵⁸ É importante ressaltar que essa necessidade é fruto de uma aprendizagem social, de um processo em que o alto grau de individualização permite aos homens travar uma luta por sua realização pessoal. Os indivíduos que alcançam sua realização estão associados a diversas recompensas como poder, propriedade, prazer e etc, por outro lado, a não-realização implica em aborrecimentos, depressão e ausência de significado na vida. ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 116-117.

⁵⁹ BENGUA, José. **La emergência indígena en América Latina**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2000. p.39

⁶⁰ BAUMANN, Zygmunt. **O Mal Estar da Pós-Modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: JZE, 1998. p. 21.

criar uma nova ordem. Um novo começo. Atualmente vivemos o refluxo da modernidade, a desordem.

A economia é instável e o capital move-se na velocidade de um clique no computador fugindo do controle exclusivo dos Estados-nação. A sociedade atual, neoliberal, globalizada e pós-moderna abre-se para uma rede de transações políticas e econômicas que não são somente asseguradas pela territorialidade dos governos nacionais. Nas palavras de G. H. Von Wright a nação-estado parece estar se desgastando ou talvez definindo⁶¹. Dentro desse contexto os Estados passam por processos de reorganização da ordem política, econômica, cultural e social. Uma reorganização do Estado implica também em uma nova reorganização da vida política de seus cidadãos e é nesse contexto que se localiza a emergência dos indígenas.

Além desses fatores provocados pela globalização e pelo neoliberalismo, Christian Gros cita alguns elementos que abalaram a organização e a estrutura das comunidades indígenas. Entre eles a crise de produção das pequenas propriedades; o alto crescimento demográfico, dando às comunidades ameaçadas de extinção a possibilidade de estruturar um futuro diferente; a dialética de inclusão e exclusão sofrida pelas comunidades indígenas das terras baixas; mais acesso à educação formal e à informação, facilitando o processo de formação de uma elite indígena; a intervenção de atores de fora das comunidades atuando como mediadores entre as comunidades e o mundo exterior e; o crescimento do direito positivo internacional⁶².

Outro ponto fundamental nesse período de reorganização dos povos indígenas é a urbanização. Atualmente, em alguns países latino-americanos, a maior parte da população indígena habita os centros urbanos⁶³, complexificando as relações culturais e reinterpretando suas culturas em um processo de assimilação e significação de alguns elementos do mundo urbano que são incorporados à suas culturas. Além disso, com a migração de indígenas do mundo rural para o mundo urbano, modifica-se também o lugar e

⁶¹ VON WRIGHT, G. H, apud BAUMANN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcos Penchel. Rio de Janeiro: JZE, 1999. p.64.

⁶² GROS, Christian. El movimiento indígena: del nacional-populismo al neoliberalismo. In: KÖNIG, Hans-Joachim (ed.). **El indio como sujeto y objeto de la historia latinoamericana: pasado y presente**. Frankfurt/Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1998. p.185-7.

⁶³ Em La Paz, a cidade de El Alto é uma cidade aymará de quase 400 mil moradores. No Peru as migrações dos anos oitenta, em função das guerras entre o Exército e o Sendero Luminoso, provocaram uma “indianização” na capital peruana. BENGUA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2000. p.50.

os temas dos debates. A questão do conflito étnico fica mais evidente e os debates acerca dos direitos indígenas ressurgem para fortalecer e dignificar as cidadanias.

Os últimos 25 anos também foram importantes porque registraram o “aparecimento” dos indígenas que foram “esquecidos” por morar em regiões mais isoladas – alto das montanhas, zonas de bosques tropicais, selvas e lugares costeiros de pouco acesso. Entre a década de 60 e 70, tradicionalmente, a questão indígena na América Latina era dividida em dois grandes grupos: o dos camponeses indígenas⁶⁴, interpretados como a maioria e como um grupo de cultura geralmente sincrética e, o grupo dos indígenas ditos isolados. O aparecimento desses grupos deveu-se a expansão comercial e econômica que ocorreu de diversas formas e maneiras, pressionando a região de fronteira entre os grupos. Nesse contexto os grupos tiveram necessidade de se reorganizar não só para defender suas identidades, mas também o seu direito territorial.

O surgimento de um novo setor indígena ampliou a pauta política dos camponeses indígenas, acrescentando à luta por terras temas como autonomia, autogestão, relação do território indígena com meio ambiente entre outros. A conjunção desses fatores teve como um dos seus maiores êxitos a formação de um novo dirigente indígena.

O novo dirigente indígena em muitos casos possui educação superior e tem como principal objetivo trabalhar com a questão das diferenças entre a cultura ocidental e a cultura indígena. Nesse sentido a força desse dirigente reside no fato dele ter condições de conhecer e manipular os símbolos ocidentais e, ao mesmo tempo, usá-los na distinção que o torna indígena. Além disso, as novas lideranças trabalham com uma perspectiva dinâmica das identidades étnicas, recriando-as no contexto atual.

José Bengoa afirma que nos anos sessenta a maioria dos dirigentes indígenas era camponesa. Suas principais demandas eram a reforma agrária, educação, estradas e apoio para o desenvolvimento das comunidades rurais. Esses dirigentes portavam a cultura indígena, na maioria das vezes, não possuía uma educação formal e seu contato com o mundo urbano dava-se através das lutas políticas⁶⁵.

⁶⁴ Entre esses grupos destacam-se Quéchuas e Aymará (Peru, Bolívia, Equador e parte do Chile) e Mayas e Nahuas (Guatemala e México). É importante ressaltar que esses grupos de camponeses indígenas confundem-se com os grupos que se mobilizaram em torno da luta pela Reforma Agrária e, conseqüentemente foram alvos de políticas de desenvolvimento rural criadas pelo Estado.

⁶⁵ BENGÓA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 82.

El dirigente indígena moderno en América Latina maneja, al mismo tiempo, dos códigos: el de la sociedad global y el de la nueva identidad recreada a partir das identidades tradicionales que le otorgan sentido y razón a sus planteamientos⁶⁶.

Devemos ressaltar a importância dos novos dirigentes e a formação de uma elite intelectual indígena. Concordando com Gutiérrez Chong, entendemos que a cultura é o principal ponto de referência dos intelectuais, uma vez que eles não só criam, distribuem e aplicam a cultura, mas principalmente a utilizam para exercer sua liderança e para construir identidade⁶⁷.

No caso do intelectual étnico Chong aponta que são três as preocupações gerais: primeira, uma tendência discursiva a elogiar o passado; segunda, uma capacidade para denunciar as condições de marginalização étnica e, terceira, uma consciência da necessidade dos índios se ocupar em seus assuntos e seu destino⁶⁸.

A principal tarefa desses intelectuais índios é a de recuperar positivamente os símbolos culturais que outrora foram utilizados com o objetivo de formar uma indianidade ligada a construção dos estados nacionais. Concomitantemente, também é tarefa dessa intelectualidade dar voz aos grupos étnicos, uma vez que historicamente, sua consciência, seus interesses e necessidades foram falados com outra voz, em outra perspectiva.

Esse processo ganhou mais destaque a partir da década de noventa quando a trajetória da emergência indígena coincidiu com o fim da guerra fria e o aniversário dos 500 anos da chegada de Cristóvão Colombo à América. Enquanto a Espanha e a Igreja Católica celebraram a colonização e evangelização do solo americano, grupos indígenas aproveitaram a oportunidade para manifestar “500 anos de Resistência Indígena⁶⁹”, portanto um efeito contrário ao proposto pelas autoridades. Para Bengoa, “(...) foi o contexto necessário e adequado para que emergissem novas identidades indígenas, novos discursos sobre etnicidade, novas organizações e novos movimentos⁷⁰”.

⁶⁶ Ibid, p.84.

⁶⁷ CHONG, Natividad Gutiérrez. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**. México: PYV, 2001. p 156.

⁶⁸ Ibid, p. 157.

⁶⁹ Em quase todos os países da América Latina formaram-se comissões de 500 anos de resistência, na qual participaram não só indígenas, mas também artistas, intelectuais, estudantes e dirigentes.

⁷⁰ BENGUA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2000. p.88

As declarações dos movimentos indígenas pela América Latina assinalaram um novo momento na história da resistência desses povos. Eles não só falaram das práticas genocidas e etnocidas que ocorreram no momento da chegada dos colonizadores, como também afirmaram que o período do pós-independência não representou mudanças significativas em relação ao período colonial:

La concepción de indio que surge en la Colonia y que lo caracteriza como ser inferior y diferente al blanco europeo se sigue manteniendo. Las prácticas indigenistas que propugnaron la “redención del indio” a través de su integración a la sociedad nacional, no han resuelto los problemas fundamentales de nuestros pueblos⁷¹.

Em termos de prática política e consciência étnica a fala da CONAIE (*Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador*) inaugurou para os movimentos indígenas latino americanos o discurso de continuidade histórica, baseado no caráter radical da afirmação de 500 anos de exploração. As celebrações dos 500 anos foram marcadas não só por festas promovidas pelos governos locais, mas também por mobilizações e resistência das populações indígenas.

Além dessas manifestações, a década de 90 também foi marcada por levantes indígenas em alguns países na América Latina, como o levantamento equatoriano ocorrido entre maio e junho de 1990 que, trouxe para a pauta política elementos regionais e nacionais. O discurso de continuidade histórica deu aos indígenas argumentos fundamentais para sua luta, principalmente no que se refere a questão da luta pela dignidade e a luta contra a discriminação social.

A discussão em relação aos indígenas ganhou foro nos projetos constitucionais dos países latinos americanos como Brasil, Nicarágua, Peru, Bolívia e Colômbia. Houve um grande avanço no processo de reconhecimento dos direitos territoriais e de outras reformas importantes para os indígenas. Entretanto, não é fácil determinar o rumo que tomará esse novo protagonismo da questão indígena na América Latina, uma vez que há inúmeras experiências a serem analisadas, demonstrando as complexidades desse processo.

⁷¹ Programa da CONAIE, Equador, redigido em 1988 para a Campanha dos 500 anos de resistência. BENGUA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2000. p 91

Entre os diversos casos de levantes indígenas, daremos destaque à insurreição zapatista que é considerada um dos pontos mais altos da emergência indígena na América Latina e, por isso, tem influenciado outros movimentos no continente, como a afirmação de acordos sobre os Povos Indígenas entre o governo da Guatemala e a *Unidad Revolucionária Nacional Guatemalteca* (URNG). Tais acordos versam sobre diversos direitos indígenas no campo social, político, econômico e, sobretudo, cultural, propõem uma reforma municipal que estabelecerá algumas formas de autogoverno no interior das unidades administrativas do país.

Para os indígenas o que está em jogo é a luta por sua história, por seus direitos coletivos e, essencialmente, pelos direitos políticos. Se no início do século XX os indígenas eram entendidos como um grupo social a ser tutelado pelo Estado, as últimas décadas revelaram que os indígenas estão cada vez mais conscientes e organizados na luta por reconhecimento de sua cidadania étnica e política, além de seus direitos.

No México não é diferente, a luta pelos direitos indígenas converte-se num conjunto de demandas e exigências que tem por objetivo solucionar os problemas de desigualdade, exclusão, marginalização e discriminação a que os povos índios foram submetidos. É interessante o fato dessa luta superar o discurso dos direitos individuais e assumir uma perspectiva de coletividade. O principal argumento utilizado pelos indígenas é o fato de que os direitos individuais consagrados pelo sistema jurídico mexicano são insuficientes, sendo assim, a conquista dos direitos coletivos seria um passo a frente na validação dos direitos individuais.

Na tentativa de rearticular essa luta por direitos, os indígenas convocam a população mexicana ao debate sobre uma nova concepção de Estado-nação. Uma concepção que reconheça e aceite a diversidade, um Estado que tem como objetivo superar o projeto de homogeneidade étnica: o Estado Nacional Plural ou Multiétnico.

A proposta da nação multiétnica nasceu como uma possibilidade dos indígenas se posicionarem frente a um integracionismo estatal, sistematizada na forma de diversas demandas que foram colocadas em primeiro plano na consciência nacional mexicana a partir do levantamento neozapatista de 1994:

(...) por primera vez en la historia, los pueblos indígenas de México nos planteabamos una seria articulación de nuestras demandas y aspiraciones. Un actor, incomodo para muchos, emergia

en el escenario nacional proponiendo una nova relación entre los pueblos indígenas, la sociedad en general y el gobierno, basada fundamentalmente en el reconocimiento de derechos colectivos para la reconstitución de la vida indígena⁷².

Quem são os neozapatistas? Em que contexto o movimento se formou? Quais são suas principais reivindicações e estratégias políticas? Há ou não manipulação dos índios por parte de grupos guerrilheiros? São muitas as perguntas dessa ordem e, na tentativa de melhor respondê-las vamos abordar alguns aspectos da História de Chiapas e da origem do EZLN.

1.3 Da Selva para o mundo: As origens do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Chiapas é um estado situado no extremo sul do México⁷³, possui alta relevância geográfica uma vez que suas fronteiras são uma das principais vias de entrada e saída para a América Central. É um dos estados mais ricos em recursos naturais, destacando-se na produção de petróleo, energia elétrica, gás, café e milho. Contudo, Chiapas também aparece na relação de estados com maior índice de pobreza e de carência de estruturas sociais como escolas, hospitais, distribuição de energia elétrica. Para termos uma noção, podemos apresentar os seguintes dados do estado de Chiapas: somente 1/3 das casas possui energia elétrica, 54 em cada 100 moradores estão desnutridos, há 0,3 leitos de hospital para cada 1000 habitantes e 01 centro cirúrgico para cada 100000 chiapanecos e, de cada 100 crianças que freqüentam o ensino primário, 72 não terminam a primeira série⁷⁴.

A pobreza de Chiapas é tão grande que tende a se destacar como uma das principais causas da rebelião neozapatista. Entretanto são diversas as interpretações acerca do surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional. No que se refere a esse tema específico temos como principais referências as obras de Yvon Le Bot, Pablo González Casanova, Werner Altmann, Carlos Tello Díaz e Adolfo Gilly. Entre pontos chaves e

⁷² MONTES, Adelfo Regino. **Los pueblos indígenas y la diversidad negada**. Disponível em < <http://www.ezln.org/revistachiapas/ch7regino.html>>. Acesso em 28 de agosto de 2005.

⁷³ Devemos ressaltar que 1824 os chiapanecos, por meio de um plebiscito, decidiram ingressar no México. Até esse momento o estado fazia parte da Guatemala.

⁷⁴ GENNARI, Emilio. **Chiapas: as comunidades Zapatistas reescrevem a história**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. p.16.

discordâncias esses autores analisam as causas da sublevação em Chiapas dando ênfase a diversos aspectos da História do México: a luta pela terra, a herança rebelde, o neoliberalismo, a institucionalização da Revolução Mexicana de 1910 e a união do movimento guerrilheiro com o movimento indígena.

Em Chiapas, o século XIX foi marcado principalmente pela formação de uma elite agrária composta por poucas famílias que conquistaram suas terras beneficiando-se do processo das reformas liberais, principalmente das medidas que diziam respeito à expropriação das terras do clero e das terras indígenas. Além disso, a era de Porfírio Díaz trouxe para a região o investimento de capitais estrangeiros (inglês, norteamericano e francês) na compra de terras para a produção de café e exploração de madeira e borracha. Nessas negociações a Selva de Lacandona também estava incluída⁷⁵.

Conseqüentemente a expansão da produção cafeeira e a diminuição das terras indígenas favoreceram a transformação dos índios em *peones acasillados*⁷⁶. As condições de trabalho eram péssimas e não eram poucos os casos de violência cometidas contra os indígenas. Os fazendeiros controlavam o trabalho dos *peones* através de seus administradores e capatazes e seu poder residia não só na coerção física, mas também no prestígio acumulado em torno de sua figura. Nesse caso, os *peones* ao aceitar o poder dos fazendeiros, também os legitimava,. Nas palavras de Tello Díaz:

Estaban sometidos a su patrón no sólo por el miedo, sino también por el servilismo. Ambos sentimientos eran complementarios. Respondían a la convicción – racista, primitiva – de que los blancos eran superiores a los indios, convicción que compartían también los peones. Así lo vio con lucidez una mujer que, por su nombre, era parte de los poderosos, aunque por su sensibilidad estaba sin duda del lado de los desposeídos. “La humillación se les vuelto un hábito”, escribió Rosario Castellanos, “y la desgracia los ha herido tan profundamente que han acabado por sentir ese desprecio por si mismos que hace a la víctima cómplice de su verdugo”⁷⁷

⁷⁵ Por exemplo, entre 1898 e 1909 a Casa Bulnes y Compañía adquiriu mais de 150.000 hectares da região da Lacandona. BARRIOS, Elizabeth Pólito e ESPONDA, Juan Gonzáles. **Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista**. Disponível em <<http://www.ezln.org/revistachiapas1>>. Acessado em 21 de outubro de 2001.

⁷⁶ Trabalhadores agrários que durante alguns dias da semana (3 ou 4 dias) cultivam as terras do patrão e, nos dias seguintes cultivam, em benefício próprio, um pedaço de terra da mesma propriedade, ficando à disposição do patrão.

⁷⁷ DÍAZ, Carlos Tello. **Chiapas: La Rebelión de Las Cañadas**. Madrid: Acento Editorial, 1995. p.39.

Em 1910 a Revolução Mexicana tem início, trazendo à tona uma série questionamentos sociais que incluíam a luta pela democracia e a luta pela terra. Uma das conseqüências desse processo foi a Constituição mexicana de 1917 e, com ela a promessa de reforma agrária e de reconhecimento das terras comunais, através do artigo 27. Em termos gerais o artigo 27 reconhecia o solo e o subsolo como propriedades da nação, proibia os latifúndios, reconhecia os ejidos, além de prever a restituição de terras expropriadas e a reforma agrária.

Para Adolfo Gilly o artigo 27 inseriu a luta camponesa pela terra nas normas constitutivas da relação estatal, fazendo com que todos os conflitos agrários depois desse período tenham sido relacionados com as interpretações e disposições desse artigo⁷⁸. Em todo caso, devemos ressaltar que a Revolução Mexicana e o pacto constitucional de 1917 não modificaram a realidade de Chiapas.

A Revolução só atingiu Chiapas no ano de 1914⁷⁹, quando Agustín Castro chegou ao estado para destituir os funcionários porfiristas e aprovar algumas leis, entre elas a *Ley de Liberación de Mozos* que abolia a escravidão por dívidas. Sentindo a possibilidade de perder privilégios de ordem política e econômica os fazendeiros da região resolveram se organizar.

En diciembre del mismo año, los finqueros se levantaron en armas contra crímenes de los carrancistas, en defensa de la "soberanía" del estado y de los intereses de la familia chiapaneca. Para ello crearon la Brigada Libre de Chiapas e iniciaron una guerra al estilo guerrillero: ataques por sorpresa, pequeños grupos, emboscadas, vida nómada, etcétera. Esta táctica se les facilitaba por su conocimiento del territorio. El ejército de los finqueros fue conocido con el mote de *mapache*, porque actuaban como estos roedores, caían en las noches sobre milpas y al día siguiente el fruto había desaparecido. Eran pues una especie de animales nocturnos. A ellos se unieron los finqueros de San Cristóbal de Las Casas, liderados por otro propietario⁸⁰.

Entre 1914 e 1920 o Estado de Chiapas foi palco de diversas lutas entre *carrancistas* e *mapaches*. A disputa só terminou quando Venustiano Carranza foi

⁷⁸ GILLY, Adolfo. **Chiapas la razón ardiente: Ensayo sobre la rebelión del mundo encantado**. 2ª. Ed. México: Ediciones ERA, 2002. p.32.

⁷⁹ LEÓN, Antonio García de. **Resistencia y Utopía. Memorial agraviados y crónica de revueltas y profecías acaecidas en la provincia de Chiapas durante los últimos quinientos años de su historia**. México: ERA, 1985, tomo II. p.51-52

⁸⁰ BARRIOS, Elizabeth Pólito e ESPONDA, Juan Gonzáles. **Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista**. Disponível em <[http:// www.ezln.org/revistachiapas1](http://www.ezln.org/revistachiapas1)>. Acessado em 21 de outubro de 2001.

assassinado e Álvaro Obregón assumiu o Estado mexicano e o processo de pacificação. Para Chiapas, Obregón reservou a nomeação de Tiburcio Fernández Ruiz, líder da *mapachada*, para os cargos de Chefe de Operações Militares do Exército Federal e Governador de Chiapas.

O mais interessante foi que nesse período a nova Constituição mexicana já estava aprovada e com ela o artigo 27 que determinava o fim dos latifúndios, entretanto o então governador de Chiapas criou uma inteligente manobra legal para impedir o fim do latifúndio na região: a *Ley Agraria del Estado*, na qual ficou determinado que só seriam considerados latifúndios as propriedades que ultrapassassem o limite de 8 mil hectares, sendo que apenas o excedente poderia ser repartido. Além disso, a lei dava ao proprietário um prazo de seis meses para a divisão, sendo que, caso o proprietário tivesse herdeiros – inclusive crianças em estado de amamentação – o excedente poderia ser dividido entre os filhos⁸¹. Com essa medida todo o processo de reforma agrária do Estado de Chiapas ficou comprometido, e a distribuição de terras só teve alguma relevância durante o governo de Lázaro Cárdenas conforme a tabela abaixo⁸²:

Reparto agrario en Chiapas: 1917-1940				
Años	Mandamientos		Hectáreas entregadas	Beneficiarios
	emitidos	ejecutados		
1917-1920	10	4	4 470	1 464
1920-1924	19	14	20 274	1 122
1925-1927	43	39	81 344	6 634
1928	-	-	-	-
1929-1932	126	113	171 889	14 000
1933-1936	104	61	66 087	6 131
1937-1940	226	146	186 806	23 587

Fuente: Gastón de Vilac (Ernesto Parres), *Chiapas bajo el signo de la hoz*, edición del autor, México, D.F., 1940.

⁸¹ BARRIOS, Elizabeth Pólito e ESPONDA, Juan Gonzáles. **Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista**. Disponível em <<http://www.ezln.org/revistachiapas1>>. Acessado em 21 de outubro de 2001.

⁸² Ibid.

Nesse sentido alguns autores centralizam a questão de terras como um dos principais fatores da rebelião em Chiapas. Em seu texto “*Causas da rebelião em Chiapas*” González Casanova defende que na origem da rebelião de Chiapas estão a crise da *hacienda* tradicional e a questão da distribuição de terras⁸³. O autor considera que desde a década de 30, devido a crise da produção cafeeira, os peones acasillados foram paulatinamente “libertados” das propriedades as quais estavam agregados. Após a década de 70 os *peones*, converteram-se em trabalhadores das indústrias ligadas aos setores petrolíferos e hidrelétricos que, começavam a se destacar no estado de Chiapas.

Na esperança de tentar a vida rural de forma autônoma os *peones*, na abordagem de Casanova, dirigiram-se à região da Selva de Lacandona, que passava por um processo de reocupação⁸⁴ por meio de concessões de terras por parte do governo. Longe de resolver o problema, a concessão de terras na região da Lacandona converteu-se rapidamente em um espaço de disputa entre índios e madeireiros. Em 1972 o governo reconheceu os *lacandones* como “legítimos donos da selva”, cedendo a eles a propriedade de cerca de 614.321 hectares, excluindo desse processo as demais etnias que também habitavam a região. Na verdade a concessão mascarava um acordo com a Companhia Florestal Lacandona S.A. que, rapidamente, apressou-se para conseguir o direito de extrair 35 mil metros quadrado de madeira, ao ano, o equivalente a aproximadamente dez mil árvores de cedro e de acaju⁸⁵.

Esse período da história do estado de Chiapas foi marcado pelo aumento dos conflitos agrários e, ao mesmo tempo, pelo surgimento das primeiras organizações políticas que visavam recuperar a posse das terras. Nesse contexto, analisar os movimentos chiapanecos, significa também classifica-los, uma vez que os esses movimentos eram dinâmicos e em alguns casos contraditórios.

Villafuerte Sólis afirma que a primeira divisão é entre os movimentos do tipo “oficial” e os do tipo “independente” e, a partir dessa definição ele encontra alguns tipos de movimentos em Chiapas que serão ilustrados pelos seguintes grupos:

⁸³CASANOVA, Pablo Gonzáles. **Causas da rebelião em Chiapas**. Disponível em < <http://www.ufba.br/~revistao/03casano.html> >. Acessado em 16 de outubro de 2001.

⁸⁴ A região da Selva Lacondona era habitada por lacandones, tzeltales, choles, zoques, tojolabales, tzotziles. Na década de 70 parte dos trabalhadores camponeses se convertem trabalhadores dos setores hidrelétricos e petrolíferos da região, ocorrendo um novo processo de ocupação. Além disso, quando o governo reconhece os lacandones como os únicos habitantes da região inicia-se um processo de luta pela terra na região.

⁸⁵CASANOVA, Pablo Gonzáles. **Causas da rebelião em Chiapas**. Disponível em < <http://www.ufba.br/~revistao/03casano.html> >. Acessado em 16 de outubro de 2001.

- a) *Organización Campesina Emiliano Zapata* (OCEZ): movimento considerado radical combinava mobilização com negociação e não se aliava a atores políticos partidaristas, nem apoiava programas do governo. A OCEZ iniciou seus trabalhos no município Venustiano Carranza e tinha como principal foco de luta a recuperação dos terrenos comunais.
- b) *Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos* (CIOAC): combinava mobilização com negociação e, além disso, negociava tanto com o governo, quanto com os partidos políticos no intuito de disputar o poder local. A organização ganha destaque nas lutas agrárias pelo seu papel na defesa dos trabalhadores rurais.
- c) *Unión de Uniones Ejidales y Grupos Campesinos Solidarios de Chiapas* (U de U) : estratégia explícita de não enfretamento com o governo para aproveitar, em benefício da organização, os conflitos internos entre os poderes federais e estatais. Atuou na região da Selva de Lacandona, onde ainda não existia uma estrutura de poder sólida entre os proprietários de terra e as autoridades locais.
- d) *Confederación Nacional Campesina* (CNC): organização do tipo corporativa que tinha como objetivo incorporar as demandas camponesas ao programa estatal. Seus dirigentes recebiam como recompensa posições políticas que favoreciam o *cacicazgo ejidal*.
- e) *Solidaridad Campesino-Magisterial* (Socama): organização que combinava o modelo “oficial” com o modelo “independente”. Formada basicamente por dissidentes da CNC, possuía uma grande capacidade de negociação com as instâncias do poder político local e nacional⁸⁶.

Essas organizações constituíram a força central do movimento camponês em Chiapas antes do surgimento do EZLN. Com um discurso político que oscilava entre os princípios da luta de classe, da solidariedade e da defesa dos direitos humanos, essas organizações não estavam isoladas e ainda dividiam o cenário político com as do tipo

⁸⁶ SOLÍS, Daniel Villafuerte (et al). **La tierra en Chiapas: viejos problemas nuevos**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. p. 195-196.

camponesa/indígena e as que lutavam em prol da questão agrária e indígena, como ONGs e as Igrejas Católicas e Evangélicas.

As organizações do tipo camponês/indígena, indígena/camponês dinamizaram o conflito agrário ao inserir na luta por terras o discurso de resgate as culturas, a defesa do meio ambiente e das etnias. Além disso, Villafuerte Sollís considera que essas organizações acrescentaram dois elementos fundamentais na luta em Chiapas: a aversão ao Estado e suas instituições políticas formais, como os partidos políticos e, por outro lado, a recuperação das relações com a sociedade civil, na busca de alternativas econômicas, sociais e políticas⁸⁷.

Também vão surgir na Selva de Lacandona organizações camponesas que assumem a responsabilidade de organizar o trabalho produtivo para superar a crise econômica o que, conferia as organizações camponesas prestígio sócio político, antes mesmo de o EZLN vir a ser uma possibilidade. Aproveitando-se das fissuras entre os poderes locais e nacionais, as organizações camponesas independentes se consolidam ampliando as temáticas de luta, ressaltando as heterogeneidades e consolidando novos espaços de sociabilidade.

Se trata de procesos organizacionales que reeditan y gestan nuevos contenidos y valores, propician una dirigencia renovada e debilitan los proyectos tanto de la izquierda como los de modernización institucional, que poseen cierta estructura orgánica y tiene como referente al Estado y a los órganos de representación política formal. Esta diversificación de actores vuelve complejo el espectro sociopolítico del campo chiapaneco. A las estructuras organizativas que provienen de los esquemas básicos e institucionales de atención que los productores rurales de los sectores social e privado y las organizaciones independientes y radicales, hay que agregar las organizaciones que con sentido de autonomía e solidaridad se definen como la “tercera alternativa”, incursionando en el ámbito productivo según nuevos paradigmas⁸⁸.

O cenário político em Chiapas era tão diversificado que, um ano antes da sublevação neozapatista, havia mais de 600 organizações no estado, sendo que 402 eram de organizações camponesas estruturadas. O fato é que durante muito tempo a luta pela terra esteve no centro das organizações políticas chiapanecas, e a luta indígena ganha força a partir do momento em que houve a identificação das lutas camponesas e indígenas.

⁸⁷ Ibidem, p. 200.

⁸⁸ Ibidem, p. 204.

Também nesse cenário destaca-se o papel da igreja Católica que a partir do concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal de Medellín, iniciou um trabalho conjunto entre índios e missionários. Sob as bandeiras de Terra e Liberdade as comunidades *ejidais* da Selva Lacandona começaram um novo processo de reflexão a respeito de seu povo, cultura e formas de atuação política. Essa reflexão transpareceu no Primeiro Congresso Indígena de Chiapas, realizado em 1974. O congresso foi motivado pelos 500 anos do nascimento de Bartolomeu de Las Casas e foi organizado pela paróquia de San Cristóbal, através da figura do bispo Samuel Ruiz.

Manuel Velasco Suárez, o governador do estado de Chiapas na ocasião, abriu o Congresso que foi marcado pela tolerância do estado em relação aos indígenas, uma vez que a organização privilegiou a liberdade dos indígenas. “La dinámica de sus reuniones, todas ellas realizadas en lenguas, traducidas después al español, combinó formas de asamblea de carácter mestizo (como el orden del día) con otras de carácter indígena (como el acuerdo)⁸⁹”. O principal tema abordado pelos representantes indígenas foi a luta pela terra, entretanto não podemos desconsiderar que o Congresso também tinha como objetivo representar os interesses dos habitantes da Selva em questões como saúde, educação, saneamento básico e comércio e, principalmente a questão da autonomia que, anos depois, se tornaria uma das principais reivindicações do EZLN.

Paralelamente, no final da década de 60 e no início dos anos 70 o México urbano também passava por um período de levantes e questionamentos políticos provocado, principalmente, pela hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e pela crise econômica surgida a partir do esgotamento do modelo nacional-populista.

Tradicionalmente o modelo de democracia no México é interpretado como controverso, devido à permanência do PRI no poder por 71 anos, período que abrange de 1929 até o ano 2000. Devemos ressaltar que ao longo de sete décadas o PRI nasceu Partido Nacional Revolucionário (PNR), comprometido essencialmente com os vencedores da Revolução Mexicana e com o projeto de construção nacional. Em 1938 o PNR dá lugar ao Partido Revolucionário Mexicano (PRM), fundado pelo então presidente Lazáro Cárdenas, que foi eleito em 1934, sob a legenda do PNR . O PRM ainda representava os mesmos

⁸⁹ Ibid, p. 67.

interesses do PNR, entretanto também se destacou como um partido de massas corporativo, apoiado pelos setores populares, militares e camponeses.

É somente em 1947 que o PRM sai de cena para dar lugar ao PRI que, nas palavras de Hector Aguillar Camín “conservou a aliança da família revolucionária do PNR e o caráter do partido corporativo de massas do PRM, mas colocou tudo isso a serviço da industrialização do pós guerra e do desenvolvimento de um economia capitalista⁹⁰”. Ou seja, o fundamental não foi apenas o triunfo de um partido ao longo de sete décadas, porque durante esse período os interesses foram ganhando novas faces. O principal problema da democracia mexicana pós-revolução, foi a institucionalização do processo revolucionário através do PRI.. A criação de uma ideologia de Estado revolucionário por excelência, acabou mascarando as inércias de um sistema político que, embora, fosse questionado por diversos setores da sociedade, conseguiu perpetuar-se no poder.

Nas décadas de 50 e 60 o governo voltou-se para a industrialização com o objetivo de substituir as importações e fortalecer a economia nacional⁹¹. A estabilidade política e econômica foi conquistada, porém, no início da década de 70, o Estado já dava seus sinais desgaste. Nos centros urbanos as manifestações cresciam e com elas as bandeiras por uma nova Revolução, mas não uma Revolução como a de 1910. Alguns estudantes mexicanos, filhos do processo de “modernização”, influenciados pelo marxismo desejavam uma revolução do tipo socialista. A reação do Estado mexicano foi a promoção de um massacre.

É ponto chave em todos os textos que abordam as origens do neozapatismo que o Massacre dos estudantes em 1968, provocou uma fissura na esquerda mexicana e, ao mesmo tempo, demonstrou a capacidade de reação do governo. Para Ricárdez:

Real y simbólicamente el 68 indica el punto de una inflexión histórica. Hasta allí alcanzó el impacto legitimador de la revolución, y se inició un lento pero irrevocable proceso de disolución del pacto social sobre el que reposaba un consenso casi unánime, una hegemonía indiscutida. El régimen no pudo restañar la grieta política y moral que le causó aquel movimiento, al que tuvo que derrotar militarmente. Tampoco pudo restaurar a su favor —a pesar de los intentos del gobierno de Luis Echeverría— la ideología de la revolución mexicana, maltrecha por el disentimiento de aquellas multitudes. Miles de jóvenes en todo el país se incorporaron a la lucha

⁹⁰ CAMÍN, Héctor Aguillar. **México: a cinza e a semente**. Tradução de BEI. São Paulo: BEI Comunicação, 2002. p.35.

⁹¹ Durante esse período a economia mexicana cresceu em média 16% ao ano. Foi o chamado Milagre Mexicano (1946-1970). RICÁRDEZ, Rubén Jiménez. **Las razones de la sublevación**. Disponível em <<http://www.ezln.org/revistachiapas3>>. Acessado em 23 de outubro de 2001.

contra el régimen, con un entusiasmo fortalecido porque en los años setenta emerge un vasto movimiento social protagonizado por obreros, campesinos indígenas y mestizos, burócratas, colonos, maestros, estudiantes⁹².

Os estudantes e os militantes de esquerda assustados com a reação do governo tomaram diversos caminhos possíveis, desde a desistência da luta, à guerrilha. Lembrando que naquele momento, as principais influências nos movimentos de contestação na América Latina eram a Revolução Cubana e os textos de Mariátegui ressaltando a importância dos camponeses para um movimento guerrilheiro; a Igreja, através da Teologia da Libertação e os movimentos sindicais.

Um desses grupos de estudantes guerrilheiros, o Exército Insurgente Mexicano (EIM) optou por entrar na clandestinidade e lutar contra o governo no estado de Chiapas, após meses sem nenhuma campanha capaz de ganhar destaque no cenário político nacional, o grupo inaugura, com novos companheiros a *Fuerzas de Liberación Nacional* (FLN) que era fortemente influenciada pelos ideais cubanos e tinha como objetivo instaurar no México o socialismo através da luta armada. A FLN vai crescendo aos poucos ao longo da década de 70.

Ao mesmo tempo, também em Chiapas as organizações camponesas e indígenas crescem. Já em 1974, na conjuntura pós Congresso Indígena surge a *Unión Del Pueblo*, marcada pelas tendências guevarista e maoísta. Em 1975 aparece *La Unión de Ejidos Quiptic Ta Lecubtesel*, uma organização tzeltal que tinha como principal demanda a regularização da posse de terras dos ejidos. A Selva de Lacandona tornava-se, pouco a pouco, o palco para a união de grupos políticos distintos e provenientes de diversos lugares, com múltiplas expectativas.

Em 1983 os líderes da FLN chegaram à Selva decididos a formar um exército guerrilheiro⁹³. O movimento afirmava claramente os ideais de tomar o poder político para os trabalhadores urbanos e do campo, de instaurar o socialismo no México e derrotar a burguesia. Entretanto da idealização de um projeto à realização há um caminho muito grande a ser percorrido, no caso da FLN o caminho era montanhoso, desconhecido e coberto pela selva.

⁹²RICARDEZ, Rubén Jiménez. **Las razones de la sublevación**. Disponível em < <http://www.ezln.org/revistachiapas3>>. Acessado em 23 de outubro de 2001.

⁹³DÍAZ, Carlos Tello. **Chiapas: La Rebelión de Las Cañadas**. Madrid: Acento Editorial, 1995. p.97.

Os primeiros anos na selva foram os mais difíceis e os integrantes da FLN sabendo que não possuíam conhecimentos acerca da natureza do local, estabeleceram uma relação de troca com indígenas. Os guerrilheiros ofereciam treinamento militar para tornar os indígenas mais aptos para defenderem suas terras das *guardias blancas*⁹⁴ e, em troca, recebiam os suprimentos necessários para a vida na selva. Ao ser questionado sobre como se deu o encontro entre guerrilheiros e indígenas Marcos diz o seguinte:

Llegamos con la mentalidad de marxista-leninista, como imagino que todas las organizaciones políticas militares de los años 60 y 70 en América Latina. Este pensamiento fue limado. Llegamos marxista leninista, y la realidad indígena empezó a limar los bordes y lo convirtió en algo redondo. Hubo un momento de supervivencia. No podíamos tender los puentes, hablar y escuchar. No entendías los códigos del otro. Como si estuvieras hablando otro idioma, pero no hubiera del otro lado un referente para traducir lo que se está diciendo. Tenías que asumir primero el código del otro, su cosmovisión y en base a eso construir el lenguaje. En el momento en que se pudo asumir esa cosmovisión y el código cultura, ya cambió mucho. No si dio propiamente ese ultimátum “no traigas eso aquí”, sino un “no te entendemos”. Empezó a construirse el diálogo en el momento en que ya estábamos compartiendo ideas fundamentales⁹⁵.

Os guerrilheiros da FLN perceberam que não estavam lidando com grupos sociais ingênuos, mas com um grupo que tinha uma tradição de luta e resistência, com muitas experiências. Eles descobriram que o suposto universalismo do discurso socialista era apenas uma pretensão sem qualquer capacidade de mobilização naquele grupo social específico. Yvon Le Bot considera que esse momento foi decisivo para a gênese do EZLN⁹⁶, porque só a partir daí os guerrilheiros puderam buscar com os indígenas uma relação de aprendizagem e, finalmente romper com a educação formal que colocava o elemento indígena sempre como sujeito passivo das relações sociais. Como afirma Emilio Gennari:

Nesse contexto, a inserção do EZLN não pode se dar como assimilação pura e simples de idéias, práticas, valores e formas de interpretar a realidade, mas sim como

⁹⁴ Milícias paramilitares contratadas pelos fazendeiros da região pra promover a guerra de baixa intensidade.

⁹⁵ SUBCOMANDANTE MARCOS. O guerrillero en el asfalto. Entrevista concedida a Eduardo Blasina. México, 15 de março de 2001. Disponível em < http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2001/2001_03_15_b.htm>. Acesso em 23 de maio de 2005.

⁹⁶ LE BOT, Yvon. **O Sonho Zapatista**. Tradução de Pedro Baptista. Portugal: Edições Asa, 1997. p.18.

um lento processo no qual, ao incorporar a cultura indígena e ao dialogar com ela, é possível começar a criar a vivência de novas relações tanto entre as pessoas, quanto nos campos da política e da própria economia⁹⁷.

Os anos que se seguiram foram marcados pela articulação entre guerrilheiros e indígenas e pela superação de uma série de desafios que serviram para limitar a natureza e as demandas do grupo que estava surgindo. O primeiro desafio foi a fraude eleitoral de 1988. Na ocasião, o candidato do PRI Carlos Salinas de Gortari, vence as eleições após uma pane no sistema eletrônico de apuração que indicava previamente a vitória do candidato do Partido Revolucionário Democrático (PRD). Para alguns essa foi a maior fraude do sistema eleitoral político ocidental.

Como se não bastasse uma eleição fraudulenta, o presidente Salinas estava comprometido com um projeto de reativação da economia do país por meio da implantação do modelo neoliberal iniciado em 1982 na presidência de Miguel de La Madrid. O discurso que acompanhava o atual governo era o de modernidade, mas para as populações indígenas esse discurso vinha carregado de uma série de significados que, conforme dito anteriormente, remetia a um processo de exclusão.

Com a aproximação das comemorações dos 500 anos de Descobrimento das Américas, o EZLN organiza uma consulta entre tzotziles, choles, tojolabales e tzeltales e, a grande maioria se pronuncia a favor do combate. Em 1992 as comunidades indígenas assumem o controle militar do EZLN e, no ano seguinte é formado o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI). Nesse período a Selva de Lacandona não só já havia preparado o palco, como também estava com o cenário preparado para a revolução, e os elementos de composição, conforme Adolfo Gilly, eram os mais variados: afirmação e experiência das identidades indígenas como organizadoras das comunidades; a persistência das comunidades, seus laços e suas crenças, o que inclui a autonomia como forma de gestão política e econômica; o acúmulo de experiências coletivas e a formação de dirigentes próprios; as relações com a Igreja Católica; a entrada de um pequeno núcleo de guerrilheiros na selva; a integração desse núcleo com as comunidades. Outros elementos pautados nas ações dos governos estadual e federal também se destacam: a integração

⁹⁷ GENNARI, Emilio. **EZLN: Passos de uma rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 23.

política-financeira entre a oligarquia chiapaneca e os grupos econômicos e as decisões jurídico-políticas do governo Salinas⁹⁸.

Uma das medidas mais importantes do governo Salinas foi a reforma do artigo 27 da Constituição, colocando fim à possibilidade de novos processos de reforma agrária. A reforma legalizou a privatização das terras ejidais e comunais e facilitou a compra de bosques por parte das empresas privadas. Na realidade a mudança na constituição foi um dos passos do governo mexicano para entrar no TLC e, dentro das expectativas do mesmo, entrar na modernidade.

Oficialmente, as medidas são justificadas com a necessidade de acelerar os investimentos na agricultura que, de acordo com o chefe do Executivo, haviam sido reduzidos em função das invasões, do ressurgimento do movimento camponês, da forma como eram distribuídas as áreas agrícolas disponíveis e da proibição às grandes empresas de possuírem ou adquirirem terras ejidais⁹⁹.

Para as comunidades indígenas a reforma do artigo 27 representava não só a supressão de um direito conquistado após anos de luta, mas também o fim da possibilidade de adquirir legalmente a posse de suas terras que, nesse caso, era muito mais que um meio de subsistência. Os ejidos e as propriedades comunais representavam para os indígenas um elo cultural desses povos com seus antepassados e, além disso, a terra era um dos principais elementos que facilitava as resistências e a manutenção das identidades étnicas.

As reformas do governo Salinas atingiram os mais diversos setores da sociedade mexicana. O preço do ajuste econômico e da entrada do México no TLC significou para muitos trabalhadores a perda do emprego e a redução salarial, já que a maioria dos sindicatos aceitou as imposições do governo com receio de aumentar a crise. É importante ressaltar que com as privatizações o corte de funcionários foi uma constante¹⁰⁰.

Com a diminuição das indústrias estatais, o Estado mexicano perdeu consideravelmente sua participação na economia, paulatinamente, a iniciativa privada crescia em conjunto com os investimentos estrangeiros. “En el sexenio salinista surgieron

⁹⁸ GILLY, Adolfo. **Chiapas la razón ardiente: Ensayo sobre la rebelión del mundo encantado**. 2ª. Ed. México: Ediciones ERA, 2002, p. 70-74.

⁹⁹ GENNARI, Emilio. **EZLN: Passos de uma rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 23.

¹⁰⁰ ANAYA PEREZ, Marco Antonio e BATISTA ZANE, Refugio (coords.). **¡Todos somos Marcos! Historia del México Moderno y Contemporáneo**. 2ª.ed. Chapingo, México: Universidad Autónoma Chapingo, 2001. p. 212

nuevos ricos favorecidos con la reprivatización de las empresas estatales generalmente ligados al Gobierno. El neoliberalismo afectó no solo a los campesinos y obreros sino también a las clases medias así como a los pequeños y medianos empresarios¹⁰¹”.

Entre supressão de subsídios, privatizações, retomada das relações políticas entre a Igreja e o governo mexicano, abertura econômica e entrada no Tratado de Livre Comércio das Américas, estava o contexto de aparição do EZLN.

A estréia do EZLN no cenário político mexicano deu-se, como já afirmamos anteriormente, no dia 1º de janeiro de 1994. A partir dessa data o governo e a sociedade mexicana se viram diante da necessidade de discutir o problema indígena, só que dessa vez, os indígenas assumiram as rédeas da discussão¹⁰². A data escolhida para o início da sublevação coincidia com o ingresso do México no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e, tal ingresso, representava para os indígenas, a legitimação de um processo de modernização que, além de ser excludente, não respeitava a questão da identidade indígena. Em San Cristóbal de las Casas, os neozapatistas distribuíram à população local e à imprensa a *Declaración de la Selva de Lacandona*, documento que inaugurou o diálogo entre o EZLN e a sociedade civil.

O documento tem como objetivo central apresentar as propostas do EZLN à sociedade. Ao mesmo tempo, embora não haja uma afirmação explícita, o texto também aponta indicativos da identidade do movimento no primeiro parágrafo:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin inmortales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a

¹⁰¹ Ibid, p.210

¹⁰² Entendemos o 1º de janeiro de 1994 não só como a data da aparição do EZLN para a sociedade mexicana, mas também como um acontecimento histórico que assinala o início de um processo.

nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos¹⁰³.

Conforme já afirmamos anteriormente, a afirmação de 500 anos de luta insere-se na perspectiva trabalhada pelos movimentos indígenas na ocasião da Comemoração do Descobrimento das Américas. Entendemos que ao se afirmarem produto de 500 anos de luta, os neozapatistas se apresentaram à sociedade mexicana como indígenas, mas não como o indígena pusilânime e passivo, mas sim como o indígena que luta e tem consciência de sua história. O documento segue afirmando:

Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias. Son los mismos que se opusieron a Hidalgo y a Morelos, los que traicionaron a Vicente Guerrero, son los mismos que vendieron más de la mitad de nuestro suelo al extranjero invasor, son los mismos que trajeron un príncipe europeo a gobernarnos, son los mismos que formaron la dictadura de los científicos porfiristas, son los mismos que se opusieron a la Expropiación Petrolera, son los mismos que masacraron a los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968, son los mismos que hoy nos quitan todo, absolutamente todo.

Seguindo sua apresentação o EZLN apresenta uma estratégia discursiva de criar uma identificação com a população mexicana evocando personagens e fatos históricos que simbolicamente os associa aos heróis da pátria e, os opõem a uma “camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias”.

As demandas que foram construídas ao longo de anos de articulação na Selva de Lacandona prepararam o movimento para o 1º de janeiro, mas não para os desdobramentos dos anos seguintes. Isso é muito importante porque nos dá indicativos de que capturar a essência do movimento é uma atividade que não pode ser desconsiderada dos vários contextos em que o EZLN se insere, assim, o fato dos neozapatistas terem surgido como um grupo que se identificava com a causa indígena, não significa que eles sejam portadores

¹⁰³ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em <<http://www.ezln.org/documentos/1994/199312xx.es.htm>>. Acesso em 10 de outubro de 2004.

de apenas uma identidade. Não faltaram especulações em torno dos acontecimentos. A imprensa internacional cobriu o caso com certo espanto e euforia e, ao mesmo tempo, intelectuais do continente americano mandaram seu apoio e suas críticas ao movimento¹⁰⁴. Sendo que o ponto que mais se destacava nesses debates era o caráter indígena do movimento.

Em seu livro lançado à luz da insurreição em fevereiro de 1994, Luis Pazos afirma que embora o descaso do governo e a miséria sejam gritantes em Chiapas o levantamento foi “ (...) la búsqueda de espacios políticos y poder, por grupos que trascienden los problemas de la región¹⁰⁵” e ele segue dizendo: “Los indígenas son carne de cañon. Lo importante parece ser utilizarlos, no reivindicarlos¹⁰⁶”. Aliás, Luis Pazos vai além e, afirma em destaque no texto:

Uno de los objetivos principales de los subversivos de Chiapas no es mejorar el nivel de vida de los indígenas ni enmendar injusticias, sino crear un clima de incertidumbre e inseguridad, que contraresta o anule los esperados beneficios de la firma del Tratado de Libre Comercio entre México, EUA e Canadá¹⁰⁷.

Quanto a essas afirmações, devemos deixar claro que não foram feitas apenas por um estudioso interessado em expor sua defesa ao projeto neoliberal. Tal crítica só poder ser operacionalizada se levarmos em consideração que ela fundamenta-se em uma visão paternalista do índio, uma vez que o mesmo é apresentado como um objeto de manipulação de grupos guerrilheiros marxista-leninista e, ao mesmo tempo no completo desconhecimento dos fatos que determinaram a formação do grupo.

Os primeiros dias após o levante do EZLN foram marcados pela violência e pela contradição do governo que ora defendia a paz e o diálogo, ora promovia intensos ataques. Em sua primeira mensagem destinada à população mexicana, no dia 03 de janeiro de 1994, o presidente Carlos Salinas de Gortari afirmou:“(...)buscaremos siempre el imperio de la ley, el diálogo pacífico y, muy particularmente, la defensa de los derechos humanos en

¹⁰⁴ Entre os intelectuais que apoiaram os neozapatistas destacamos José Saramago, Gabriel Garcia Márquez, Antonio Garcia de Leon, Enrique Florescano, Noam Chomsky, entre outros. Nessa primeira fase os críticos que mais se destacaram foram Mario Vargas Llosa, Luis Pazos e Hector Aguillar Cámin.

¹⁰⁵ PAZOS, Luis. **¿Por que Chiapas?** México: Editorial Diana, 1994. p.18

¹⁰⁶ Ibid, p.24.

¹⁰⁷ Ibid, p.27-30.

todas las acciones de la comunidad¹⁰⁸". No dia seguinte o governo autorizou o bombardeio à Chiapas que teve como saldo oficial 96 mortos e o ataque a 14 cidades ao sul de San Cristóbal¹⁰⁹.

Dois dias depois o presidente fez um novo pronunciamento em cadeia nacional, dando sua versão do levante chiapaneco: "(...) alguns profissionais da violência, nacionais e um grupo estrangeiro, alheios à sociedade mexicana, deram um golpe doloroso numa zona de Chiapas e no coração de todos os mexicanos¹¹⁰". Os rebeldes zapatistas ganharam as páginas dos noticiários como "traidores da pátria", "transgressores da lei", "profissionais da violência", "defensores dos interesses estrangeiros", entre outros títulos que lhes foram imputados sob a ótica governamental.

Paralela a essa campanha oficial de ataques tanto militares, quanto discursivos, a sociedade mexicana começa a exigir o fim do conflito armado e, principalmente o fim das torturas e perseguições que foram realizadas contra os povos indígenas da região de Chiapas. Alguns setores da imprensa nacional e internacional também se posicionaram a favor da paz e no fim da primeira semana do conflito o estado de Chiapas já abrigava organizações não-governamentais em seu território, defendendo não só a paz, como também os direitos humanos.

A campanha pelo fim do conflito culmina em dois pontos: na Grande Manifestação Pela Paz na cidade do México e no decreto governamental de cessar fogo. Ambos os acontecimentos ocorreram no dia 12 de janeiro. Em resposta, o EZLN divulgou o documento intitulado *Carta de Marcos sobre la paz que algunos piden*. O conteúdo do comunicado endereçado a imprensa mexicana tinha um objetivo claro: mostrar que a paz, embora desejada, não seria possível enquanto não houvesse o reconhecimento da causa indígena e as condições justas para o desarmamento¹¹¹.

¹⁰⁸ CECENÁ, Ana Esther e ZARAGOZA, José. Cronología del conflicto. **Revista Chiapas**, México, n.1. Disponível em < <http://www.ezln.org/revistachiapas1> >. Acesso em 21 de outubro de 2001.

¹⁰⁹ CECENÁ, Ana Esther e ZARAGOZA, José. Cronología del conflicto. **Revista Chiapas**, México, n.1. Disponível em < <http://www.ezln.org/revistachiapas1> >. Acesso em 21 de outubro de 2001.

¹¹⁰ ARELLANO, Alejandro Buenrostro y e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo de (orgs.). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 340.

¹¹¹ As condições consideradas justas para os neozapatistas foram detalhadas no comunicado de 06 de janeiro e, entre elas destacam-se o reconhecimento do EZLN como força beligerante, o cessar fogo de ambas as partes – EZLN e Exército Federal, saída das tropas federais das comunidades chiapanecas e respeito aos direitos humanos, fim dos bombardeios e, por fim a formação de um Comissão de Intermediação.

La paz que ahora piden algunos siempre fue guerra para nosotros, parece que les molesta a los grandes señores de la tierra, el comercio, la industria y el dinero que los indios se vayan ahora a morir a las ciudades y manchen sus calles hasta ahora sólo sucias de envolturas de productos importados, prefieren que sigan muriendo en las montañas, alejados de las buenas conciencias y el turismo. Ya no será más así, no se puede fundar el bienestar de los menos en el malestar de los más. Ahora tendrán que compartir nuestra suerte, para bien o para mal¹¹².

Os neozapatistas entendiam que naquele momento o mais importante era assegurar a identificação do movimento com a causa indígena, uma vez que o governo os acusava de serem estrangeiros e, ao mesmo tempo garantir o reconhecimento da causa junto a sociedade civil. Consideramos que uma das principais estratégias adotada pelo EZLN foi a de captação, utilizado na tentativa de seduzir ou persuadir o parceiro da troca comunicativa, de tal modo que ele termine por entrar no universo do enunciador. Nesse caso, o objetivo do EZLN era convencer a população de que a essência da vitória da luta armada, mas sim na política e na dignidade.

No nos amedrontan sus tanques, aviones, helicópteros, sus miles de soldados. La misma injusticia que nos tiene sin carreteras, caminos y servicios elementales se vuelve ahora contra ellos. No necesitamos carreteras, siempre nos hemos movido por brechas, caminos reales y picadas. Ni con todos los soldados federales alcanzarían a tapar todos los caminos que siguió antes nuestra miseria y ahora sigue nuestra rebeldía. Tampoco nos afectan las mentiras de la prensa y la televisión, ¿olvidan acaso el porcentaje de analfabetismo REAL en el estado de Chiapas? ¿Cuántas viviendas no tienen luz eléctrica y, por tanto, televisión en estas tierras? Si la nación se deja engañar nuevamente por esas mentiras, siempre quedará al menos uno de nosotros dispuesto a despertarla de nuevo. Los Comités Clandestinos Revolucionarios Indígenas son indestructibles, tienen desde que fueron formados un escalafón de mando. Si uno o varios caen, ya otro o ya varios toman su lugar y sus relevos futuros se alistan. Tendrán que aniquilarnos a todos, absolutamente a todos, para detenernos por vía militar. Y siempre les quedará la duda de si no habrá quedado alguno por ahí que vuelva a iniciar todo¹¹³.

Temos que ressaltar que no mesmo dia em que o documento foi publicado, o exército federal rompeu o cessar fogo anunciado pelo governo. Talvez por necessidade de defender uma posição, talvez para mostrar que a força bélica federal era capaz de amedrontar civis, já que o EZLN dizia não ter medo, ou talvez para simplesmente responder aos guerrilheiros. O fato é que a violência foi a principal característica da relação entre o EZLN e o governo, mesmo após o 12 de janeiro que foi considerado o fim do conflito direto em função da declaração de cessar fogo do governo.

¹¹² SUBCOMANDANTE MARCOS. **Carta de Marcos sobre la paz que algunos piden**. México, 13 de Janeiro de 1994. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

¹¹³ Ibidem

Nessa primeira fase, a guerra marcou o aparecimento do EZLN no cenário político nacional mexicano. A fase seguinte foi marcada pela tentativa de diálogo e de buscar uma solução pacífica para o conflito, sendo que o principal interlocutor dos neozapatistas não foi o governo federal, mas sim a sociedade civil.

O governo encarregou o secretário de Relações Exteriores, Manuel Camacho Sólis de ser o Comissário pela Paz e Reconciliação em Chiapas, por parte do EZLN o bispo Samuel Ruiz foi o escolhido para realizar a intermediação, sendo que o principal problema para a oficialização do processo de diálogo foi o reconhecimento do EZLN como força beligerante, uma vez que o governo não reconhecia a representatividade política dos neozapatistas, insistindo em chamá-los de profissionais da violência e estrangeiros.

A crise inicial do diálogo ficou marcada pela ocasião em que o governo federal concedeu anistia e perdão aos zapatistas, como uma tentativa de oficializar o diálogo. A resposta veio no mesmo dia sob o título *¿De que nos van a perdonar?*

¿Quién tiene que pedir perdón y quién puede otorgarlo? ¿Los que, durante años y años, se sentaron ante una mesa llena y se saciaron mientras con nosotros se sentaba la muerte, tan cotidiana, tan nuestra que acabamos por dejar de tenerle miedo? ¿Los que nos llenaron las bolsas y el alma de declaraciones y promesas? ¿Los muertos, nuestros muertos, tan mortalmente muertos de muerte "natural", es decir, de sarampión, tosferina, dengue, cólera, tifoidea, mononucleosis, tétanos, pulmonía, paludismo y otras lindezas gastrointestinales y pulmonares? ¿Nuestros muertos, tan mayoritariamente muertos, tan democráticamente muertos de pena porque nadie hacía nada, porque todos los muertos, nuestros muertos, se iban así nomás, sin que nadie llevara la cuenta, sin que nadie dijera, por fin, el "¡YA BASTA!", que devolviera a esas muertes su sentido, sin que nadie pidiera a los muertos de siempre, nuestros muertos, que regresaran a morir otra vez pero ahora para vivir? ¿Los que nos negaron el derecho y don de nuestras gentes de gobernar y gobernarnos? ¿Los que negaron el respeto a nuestra costumbre, a nuestro color, a nuestra lengua? ¿Los que nos tratan como extranjeros en nuestra propia tierra y nos piden papeles y obediencia a una ley cuya existencia y justeza ignoramos? ¿Los que nos torturaron, apresaron, asesinaron y desaparecieron por el grave "delito" de querer un pedazo de tierra, no un pedazo grande, no un pedazo chico, sólo un pedazo al que se le pudiera sacar algo para completar el estómago?¹¹⁴

Temos nesse discurso dois pontos a serem destacados: primeiro, a idéia de que ele se remete a um discurso anterior, utilizado pelo adversário político do EZLN; segundo, o próprio significado da palavra perdão. Entendemos que os dois pontos estão interligados. Nesse sentido, quando o governo “dá o perdão” ele se remete a idéia de que o ato de

¹¹⁴ SUBCOMANDANTE MARCOS. *¿ De que nos van a perdonar?* México, 18 de janeiro de 1994. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

perdoar significa desculpar ou até mesmo “esquecer” uma provável pena merecida. Pedir perdão implica em assumir um determinado tipo de culpa, em reconhecer um erro e estar disposto a não cometê-lo novamente.

Quando o governo concede o perdão fica evidenciado que há um entendimento de culpa dos neozapatistas e, adite-se que além da culpa fica implícito também um ato de boa vontade por parte do poder federal e, a aceitação do perdão significava também admitir a culpabilidade. A resposta dos neozapatistas não foi negar o perdão concedido, mas sim questioná-lo.

A estratégia adotada, mais uma vez, foi a de desqualificar o ato de fala do governo através da função polêmica que fica evidenciada pelo fato do discurso não apresentar um destinatário direto, mas sim um destinatário encoberto que se revela na alusão irônica que os neozapatistas fazem a discurso de perdão do governo, quando se apresenta como prováveis culpados de atos como passar fome, ser esquecido pela história e ser vítimas de violência física entre outros.

A situação só muda a partir de 25 de janeiro, quando o EZLN aceita o diálogo e inicia um processo de aprendizado, marcado pela comunicação e consulta intensa à sociedade civil mexicana. Com os diálogos o EZLN aprende que para continuar a sua luta era preciso ouvir e ser escutado junto à sociedade. Os desdobramentos dos diálogos e acordos de paz significaram, efetivamente, uma vitória para o movimento e a conquista da credibilidade política na sociedade em um processo de diálogos e de tentativas de construção de novos espaços para discutir o sistema político mexicano.

CAPÍTULO 2: A IMAGEM E OS REFLEXOS DO PODER

Nas primeiras mesas dos diálogos de paz os neozapatistas apontaram para a necessidade de discutir o problema da democracia no México de forma mais ampla, paralelo a essa questão eles também apresentaram duas de suas principais bandeira: *para todos tudo, para nosotros nada e mandar obedecendo*. Além disso, os documentos abordavam basicamente os seguintes temas: quem eram os neozapatistas e o que eles queriam.

Em nossa análise observamos que o EZLN se apresenta como um movimento político organizado a partir de um sujeito étnico, a saber, os indígenas. É importante ressaltar que os neozapatistas sempre buscaram ampliar seus espaços de atuação política, mostrando que mesmo sendo um movimento composto basicamente por indígenas¹¹⁵, eles também são capazes de articular interlocuções com outros sujeitos políticos, que não o indígena.

Rodrigo Montoya Rojas afirma que os movimentos indígenas que surgiram no último terço do século XX tem como uma de suas principais potencialidades o enriquecimento de conceitos como democracia e liberdade, questionando o etnocentrismo implícito ao conceito de igualdade do estado-nação. O autor considera que o atual sujeito indígena articula o direito coletivo dos povos em conjunto com o direito a diferença e a valorização das diversas identidades¹¹⁶. Entendemos que o sujeito do movimento neozapatista, de acordo com a perspectiva de Rojas é capaz de articular uma identidade rebelde aliada a outros sujeitos políticos, como, por exemplo, mulheres, negros, camponeses, estudantes e homossexuais, visando a valorização das diferenças e, ao mesmo tempo, buscando construir uma luta de caráter universal.

Ainda na primeira semana do conflito, quando o governo acusa o EZLN de ser um movimento de estrangeiros, eles divulgaram um comunicado afirmando a identidade étnica dos neozapatistas e também o caráter universal/nacional da luta:

¹¹⁵ Quando afirmamos a composição indígena do EZLN devemos destacar a pluralidade presente no movimento. Sabemos que o EZLN é composto por diferentes grupos étnicos de origem maia (tzotzil, tzeltal, tojolabal, chol, mam e zoque) e também por mestiços.

¹¹⁶ ROJAS, Rodrigo Montoya. Movimentos indígenas na América do Sul: potencialidade e limite. IN: BARSOTTI, Paulo e PÉRICAS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998. p. 167-168.

(...) los mandos y elementos de tropas del EZLN son mayoritariamente indígenas chiapanecos, esto es así porque nosotros los indígenas representamos el sector más humillado y desposeído de México, pero también, como se ve, el más digno. Somos miles de indígenas alzados en armas, detrás de nosotros hay decenas de miles de familiares nuestros. Así las cosas, estamos en lucha decenas de miles de indígenas. El gobierno dice que no es un alzamiento indígena, pero nosotros pensamos que si miles de indígenas se levantan en lucha, entonces sí es un alzamiento indígena. Hay también en nuestro movimiento mexicanos de otros orígenes sociales y de distintos estados de nuestro país. Ellos están de acuerdo con nosotros y se han unido a nosotros porque no están de acuerdo con la explotación que sufrimos. Así como estos mexicanos no-indígenas se unieron a nosotros, otros más lo harán porque nuestra lucha es nacional y no se limitará únicamente al estado de Chiapas. Actualmente, la dirección política de nuestra lucha es totalmente indígena, el 100 por ciento de los miembros de los comités clandestinos revolucionarios indígenas en todo el territorio en combate pertenecen a las etnias tzotzil, tzeltal, chol, tojolabal y otros. Es cierto que no están todavía todos los indígenas de Chiapas con nosotros, porque hay muchos hermanos que todavía están sometidos con las ideas y engaños del gobierno, pero ya estamos bastantes miles y tienen que tomarnos en cuenta. El uso de pasamontañas u otros medios para ocultar nuestro rostro obedece a elementales medidas de seguridad y como vacuna contra el caudillismo¹¹⁷.

Quando os diálogos começam o EZLN insiste em afirmar a universalidade da luta e, mais, em afirmar que as condições justas de diálogo dependem da participação dos diversos setores da sociedade mexicana. Ao analisarmos essa primeira fase, observamos que para o EZLN torna-se essencial o apoio da sociedade mexicana e, por isso, entendemos que a afirmação do caráter nacional da luta também converte-se em uma das principais estratégias discursivas do EZLN no sentido de construir um coletivo de identificação.

Segundo María Marta García Negroni e Mónica Graciela Zoppi Fontana a destinação do discurso político é múltipla e simultânea, porque ela faz referência ao destinatário explícito (sujeito ao qual se dirige o falante) e também ao destinatário encoberto o terceiro do discurso ou o antagonista) e, por isso, para o enunciador do discurso é fundamental garantir o apoio de quem é favorável e dos indecisos, mas também dirigir-se aos seus adversários, como um terceiro, distinto do Nós formado por locutor e receptor¹¹⁸.

Quando o EZLN amplia seus destinatários diretos, incorporando-os ao Nós discursivo ele também amplia seus espaços de fala, sua bandeira de luta (assumindo a luta

¹¹⁷ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre el EZLN y las condiciones para el dialogo**. México, 6 de Janeiro de 1994. Disponível em < <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

¹¹⁸ FONTANA, Mónica Graciela Zoppi e NEGRONI, María Marta García. **Análisis lingüístico y discurso político: El poder de enunciar**. Argentina: Centro Editor de América Latina, 1992. p. 32.

dos outros movimentos) e seu público alvo, em um processo que garante um maior apoio político ao movimento reduzindo o público do antagonista falante, nesse caso o governo federal. Ao se apresentar para a sociedade mexicana como um movimento político indígena que luta não só pelos indígenas, mas também por todos os mexicanos, os neozapatistas conseguem sensibilizar a sociedade para suas demandas, sem contudo perder de vista a necessidade de unir os diversos movimentos sociais contra aquele que na opinião do EZLN é o seu adversário na luta por democracia, liberdade e justiça.

La lucha del EZLN no es sólo para los zapatistas, no es sólo para los chiapanecos. ni sólo para los indígenas. Es para los mexicanos todos, para los que nada tienen, para los desposeídos, para los mayoritarios en pobreza, ignorancia y muerte. Con humildad y agradecimiento recibimos su saludo al trueno de nuestros fusiles. Con honor y respeto les agradecemos su apoyo para que se detuviera el baño de sangre que el supremo gobierno hacía en nuestro pueblo, su participación honesta y decidida para que fuera posible que se abriera el diálogo justo y verdadero¹¹⁹.

Entendemos que a preocupação do EZLN era a de garantir o apoio da população e manter a luta viva através do constante diálogo com a sociedade. Cabe ressaltar que nesse período inicial o EZLN ainda não apresentava um programa político claro. Contudo, devemos destacar que as próprias condições impostas pelo EZLN para dialogar e conquistar a paz não podem deixar de ser interpretada como um primeiro programa político, tendo em vista que sete anos após o início dos diálogos, quando entrevistado por Carlos Monsivais e Hermann Bellinghausen, o Subcomandante Marcos afirmou que o EZLN preparou-se para o levante armado de 1º de janeiro e não para os dias seguintes¹²⁰. O diálogo foi a saída encontrada pelos neozapatistas para continuar em resistência, sem que fosse necessário o enfrentamento direto com o exército mexicano.

Foi dialogando com a sociedade mexicana que o EZLN enriqueceu sua experiência revolucionária. As primeiras mesas de diálogos começaram em 21 de fevereiro na Catedral de San Cristóbal de Las Casas e durou até o dia 03 de março. Nesse momento o EZLN

¹¹⁹ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A la prensa: cartas del CCRI-CG**. México, 2 de fevereiro de 1994. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

¹²⁰ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Marcos a Fox: “queremos garantías; no nos tragamos eso de que todo cambió”**. Entrevista concedida a Carlos Monsivais e Hermann Bellinghausen. México, 08 de janeiro de 2001. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 13 de maio de 2006.

optou por ouvir o governo federal e levar para as comunidades as propostas para serem discutidas e submetidas à aprovação ou reprovação. Os delegados do EZLN mostravam à sociedade o *mandar obedeciendo*:

Quiere decirles que va a tener dos procesos: inicialmente llegaremos a una serie de acuerdos, pero no pueden ser definitivos. Ahí se va a suspender la mesa del diálogo, los compañeros van a ir a sus comunidades, van a consultar con los pueblos y regiones y van a regresar otra vez, si es que es posible o a donde se diga, si es aquí en San Cristóbal o en otro lado, ahora sí ya con la respuesta de todo el Ejército Zapatista de Liberación Nacional. Ellos quieren que entiendan, el país, que si la guerra se decidió en esa forma democrática, la paz no puede hacer menos que seguir el mismo camino para que sea verdadera, si es que se llega a ella. Entonces los compañeros me piden que les explique esto. Los compañeros que son nombrados delegados están nombrados por cuatro grupos de comités clandestinos revolucionarios indígenas, que controlan cuatro etnias principalmente. Son ellos los que mandan y a su vez tienen que preguntarle a las distintas regiones; las regiones tienen que preguntarle a los poblados; en los poblados se reúnen los hombres, las mujeres y los niños, y deciden, según la información que tienen, qué camino van a seguir. Luego viene el camino inverso: los pobladores les dicen a sus encargados de comunidad que vayan a la reunión regional; éstos les dicen a los que se reúnen en regional; la regional le dice al Comité Clandestino de esa etnia y ésta le dice a su delegado cuál es la respuesta. Es un proceso algo complicado pero lógico para nosotros, lógico para el Ejército Zapatista de Liberación Nacional y es el que nos hace invencibles en todo caso. Mientras nosotros respetemos el acuerdo y razón de nuestras gentes, nada nos podrá destruir; si lo traicionamos o seguimos otro camino, o empezamos a tomar acuerdos sin consultarlos, igual no tendremos ninguna autoridad de ningún tipo sobre ellos. Eso es lo que nosotros queremos explicarles para que traigan más rollos para cámara, casetes o pidan un adelanto para los hoteles o lo que tengan que hacer, porque va a tardar esto. No es tan rápido como pudieran pensarlo¹²¹.

Seguindo esse raciocínio podemos compreender o *mandar obedeciendo* que é a idéia de que o representante é apenas um delegado e, seu poder não é próprio, mas sim, derivado daqueles que lhe outorgaram o mando. Nessa concepção o líder não é aquele que toma as decisões pelo grupo, mas sim, aquele que realiza a vontade dos que lhe deram tal consentimento.

O *mandar obedeciendo* tem por princípio as assembleias comunitárias que, nessa concepção, é a autoridade máxima. As assembleias indígenas possuem um caráter múltiplo e desempenham diversas funções. Elas são compostas por homens e

¹²¹ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Informe: posición del EZLN respecto al diálogo y a la paz.** México: 23 de fevereiro de 1994. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 13 de maio de 2006.

mulheres¹²² e, sua principal função é encarregar as pessoas nomeadas para realizar os serviços pela comunidade, ou seja, a assembléia diz as autoridades o que elas devem fazer.

As autoridades são obrigadas a realizar as assembléias para informar, consultar e adotar as decisões tomadas. Os demais membros da comunidade têm como principal obrigação assistir as assembléias, sendo que a falta é passível de castigo. Um ponto a ser destacado é que as autoridades também são responsáveis por presidir as sessões, sendo que aquele que se apresentar bêbado pode ser punido na mesma assembléia. As sessões começam com os informes, e passam a seguir a discutir e aprovar os assuntos colocados em pauta.

De acordo com o antropólogo Floriberto Díaz, após a exposição dos assuntos os membros da assembléia se reúnem em grupos para discutir as propostas. Nesse momento, o papel da autoridade é o de recolher as decisões e apresentá-las a assembléia até que haja um consenso nas decisões a serem tomada. A assembléia converte-se assim num dos principais elementos da democracia indígena¹²³. No entanto não podemos perder de vista a crítica de Yvon Le Bot a essas práticas comunitárias:

Na realidade essas formas de governos estão longe de ser democráticas. A produção de uma palavra comum nas assembléias não impede que as decisões sobre questões essenciais sejam tomadas por algumas personalidades e pequenos grupos (...). A prática do consenso comunitário faz-se acompanhar da violência simbólica e, muitas vezes, da violência física. Exclui a dissidência, a abstenção e o conflito, e também a participação das mulheres nas deliberações e nas decisões¹²⁴.

O que Le Bot destaca em sua visão é que, em alguns casos, a prática do consenso comunitário pode se reverter em uma forma de autoritarismo, o que daria certa fragilidade ao EZLN em aceitar e gerir pontos de vistas diferentes ou opostos aos deles.

¹²² O papel das mulheres nas assembléias indígenas é muito complexo uma vez que em tese elas teriam os mesmos direitos dos homens, mas na prática o sistema normativo indígena provoca a exclusão das mulheres de diversos cargos e, em alguns casos das deliberações nas assembléias.

¹²³ DÍAZ, Floriberto. Comunidad y comunalidad. Documento inédito, 1995. APUD: CARLSEN, Laura. Autonomía indígena y usos y costumbres: la innovación de la tradición. **Revista Chiapas**, México, n.7. Disponible em <<http://www.ezln.org/revistachiapas/No7/ch7carlsen.html>>. Acesso em 22 de outubro de 2005.

¹²⁴ LE BOT, Yvon. **O Sonho Zapatista**. Tradução de Pedro Baptista. Portugal: Edições Asa, 1997. p. 56.

Nesse sentido, um dos primeiros desafios de EZLN seria o de conciliar essa democracia comunitária com outras formas de consulta presentes na sociedade, o que nesse caso, não significaria abrir mão da sua identidade política, mas sim ouvir e falar a partir dela. Foi assim a primeira consulta. Após expor ao governo suas 34 propostas de paz, o EZLN convoca a sociedade mexicana para uma consulta nacional.

As 34 propostas partiam basicamente de uma reivindicação pelo direito de viver com dignidade, igualdade e justiça. Entre os desdobramentos podemos destacar os seguintes: eleições verdadeiramente livres e democráticas, com igualdade dos direitos políticos; reconhecimento do EZLN como força beligerante; autonomia política, econômica e cultural para as comunidades indígenas; eletricidade para as comunidades de Chiapas, revogação da reforma do artigo 27 realizada por Salinas, garantia dos direitos indígenas, reconhecimento das línguas e das etnias indígenas nas instituições de ensino, liberdade para os presos políticos entre outros¹²⁵, sendo que o governo apresentou a contraproposta que foi levada a votação nas consultas.

As propostas foram discutidas com o governo federal ao longo da primeira fase dos diálogos e foram submetidas à aprovação das comunidades indígenas e da sociedade mexicana a partir do dia 20 de março. O resultado só foi divulgado em 10 de junho, contabilizando os votos das comunidades indígenas e não indígenas do México.

Como resultado 97,88% dos consultados rejeitou o acordo de paz com o governo e 96,74% votaram a favor da resistência e de um novo diálogo que contasse com a presença das “fuerzas honestas e independientes¹²⁶”. Por forças honestas e independentes o EZLN entende a sociedade civil e os movimentos sociais que não estão ligados aos poderes executivo e legislativo e aos partidos políticos. A resposta não veio só no documento que revelava o resultado da consulta, mas também na *Segunda Declaración de la Selva Lacandona*.

¹²⁵ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Al pueblo de México: as demandas del EZLN**. México 1º de março de 1994. Disponível em <<http://www.ezln.org/documentos/1994/199312xx.es.htm>>. Acesso em 10 de outubro de 2004.

¹²⁶ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre la consulta: para todos todo, para nosotros nada**. México 10 de junho de 1994. Disponível em <<http://www.ezln.org/documentos/1994/199312xx.es.htm>>. Acesso em 16 de agosto de 2005.

O objetivo geral da *Segunda Declaración* era convocar a sociedade civil para se organizar e lutar pela democracia. Para contemplar esse objetivo o EZLN também propõe a organização da *Convención Nacional Democrática* (CND) para “organizar la expresión civil y la defensa de la voluntad popular¹²⁷”. O que para eles esboça a vontade popular é a aplicação do artigo 39 da constituição mexicana que tem como princípio a afirmação de que público emana do povo e que é direito do povo alterar ou modificar as formas de governo: “Es en la SOCIEDAD CIVIL, en quien reside nuestra soberanía, es el pueblo quien puede, en todo tiempo, alterar o modificar nuestra forma de gobierno y lo ha asumido ya¹²⁸”.

Nesse documento o que aparece explicitamente é a visão neozapatista das relações políticas no México: de um lado o governo federal e os partidos políticos como usurpadores do poder e do outro o EZLN e a sociedade civil como os agentes da luta pela retomada da soberania popular. O conceito central da *Segunda Declaración* é o de sociedade civil, entendido como a força política presente na sociedade que não está ligada aos órgãos de representação e poder estatal. Entretanto outro conceito aparece no documento, não como protagonista, mas sim como o coadjuvante tímido que se revela em na defesa do *mandar obedeciendo* e do *para todos todo*: o conceito de poder.

Em nossa análise privilegiamos os discursos neozapatistas em que o poder aparece como tema, uma vez que a proposta resumida no lema *¡Para todos, todo! Para nosotros, nada!* apresenta duas características. Primeiro, que a luta dos neozapatistas não será em benefício de um líder e, segundo, que o EZLN não é formado por pessoas que aspiram ao poder, uma vez que a proposta da liderança do movimento não se apresenta como uma capacidade de impor algo aos demais, mas sim, como a renúncia de si, enquanto indivíduo e grupo, para o bem coletivo.

¹²⁷ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona**. México, 10 de junho de 1994. Disponível em <<http://ezln.org/documentos/1994/19940610.es.htm>>. Acesso em 10 de outubro de 2004.

¹²⁸ Ibidem

Anteriormente afirmamos que o EZLN construiu junto a sociedade mexicana uma identidade política universalista, nesse sentido a afirmação do *Para todos, todo é* também uma forma de demonstrar que a luta inaugurada pelos indígenas chiapanecos será em benefício de toda a sociedade mexicana. Não interessa aos neozapatistas a satisfação exclusiva dos povos indígenas de Chiapas, interessa ao EZLN uma mudança geral no cenário político mexicano que signifique ampliação na participação da vida política, justiça social e dignidade para todos os mexicanos sejam eles indígenas ou não. Ou simplesmente interessa ao EZLN que pensemos que sua luta é nacional.

A revolução apresentada pelos neozapatistas pretende-se universal, já que no âmbito do discurso ela procura sempre um número elevado de interlocutores, uma vez que sua principal base seriam os questionamentos a serem feitos junto com a sociedade civil. Os neozapatistas elaboraram uma nova concepção teórica de luta, pautada na necessidade de estabelecer constantes diálogos com a sociedade civil, ou seja, a melhor forma de fazer a revolução seria perguntando à população qual caminho deveria ser seguido. Adite-se que um dos maiores méritos do EZLN foi o de conseguir criar uma nova relação político-social entre movimento social e a sociedade civil.

Aprendimos, con esta guerra, a hablar y a que se nos escuche. Pero no aprendimos a escuchar. Eso ya lo sabíamos. Aprender a oír es, cuando menos para los indígenas del Sureste mexicano, aprender a vivir. Ahora queremos hacer uso de esos derechos y ese deber, de los derechos a hablar y a ser escuchados, del deber de oír lo que viene en la palabra de los otros. Dicen que eso es un "diálogo": hablar y escuchar... para encontrar lo que nos hace diferentes, pero también, y esto es lo más difícil, lo que nos hace iguales. Enseñó el viejo Antonio que las preguntas sirven para caminar, para moverse. Con el ejemplo del Ik'al y el Votán, el viejo Antonio mostraba que preguntando y respondiendo se camina y se llega... a otra pregunta y a otra respuesta. Ahora nosotros estamos siguiendo ese camino, estamos preguntando... y esperamos respuestas¹²⁹.

¹²⁹ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Carta a Alianza Cívica sobre la consulta**. México, 20 de junho de 1995. Disponível em < http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1995/1995_06_20.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2005.

Entendemos também que essa articulação entre o movimento indígena e a sociedade civil dá-se em função de como esses movimentos se organizam na atual conjuntura. James Clifford em seu artigo *Indigenous Articulations* defende a interação entre indígenas e não-indígenas. Para ele, reconhecer essa articulação é fundamental porque ela rejeita duas concepções sempre abordadas em análise sobre movimentos indígenas: primeiro, a teoria da articulação rejeita a concepção essencialista do índio; segundo, essa concepção também rejeita a idéia de que as lutas identitárias são resultados exclusivamente da pós-modernidade, buscando mostrar como as identidades resistiram e sobreviveram ao longo da história¹³⁰. A concepção da teoria da articulação tem como pressuposto o reconhecimento da diversidade cultural e histórica como uma bandeira política.

A teoria da articulação envolve uma noção de política assentada em processos de consenso, aliança, exclusão e antagonismos presentes em todas as sociedades. Nesse sentido, pensar em um movimento indígena articulado significa compreender que as identidades estão em constante processo de interação e, portanto, não se encerram em suas formas “tradicionais”, permitindo uma constante atualização dos valores que a definem.

É nessa perspectiva que o movimento zapatista insere sua revolução que tem como um dos pontos principais o diálogo entre o EZLN e a sociedade civil. Para os neozapatistas a revolução é definida pelo caminho trilhado e, não, pelo lugar que o caminho leva. Nesse sentido, independente do sucesso de seu projeto político os neozapatistas se consideram revolucionários porque são capazes de questionar e de tentar alcançar seus objetivos através da resistência, da luta e dos espaços de articulação conquistados.

Outro ponto que destacamos em nossa análise é a forma como o EZLN articula o princípio da dignidade, com o universalismo de sua luta. Sendo que nesse contexto, o termo dignidade deve ser entendido como a capacidade que todo homem possui de não obedecer nenhuma lei que não tenha sido instituída por ele mesmo e, sendo assim, a dignidade se apresenta como algo inerente a todo ser racional e, como característica essencial de todo ser humano, não tem preço¹³¹. Nesse sentido, dignidade se apresenta como algo ilimitado, uma vez que não está submetida a pré-definições, mas sim a atender as necessidades dos homens

¹³⁰ CLIFFORD, James. **Indigenous Articulations**. Disponível em <<http://www.humwww.ucsc.edu/~jcliff/indigenous-articulations.pdf>>. Acesso em 05 de dezembro de 2006.

¹³¹ ABBAGNANO, Nicola. Dignidade. IN: **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 276.

que variam de acordo com o contexto histórico, isso implica dizer que a base da luta está na necessidade de combater a negação da dignidade, de combater a exclusão e a submissão:

Dice hoy el poderoso que el indígena es bueno si obedece y malo si es rebelde, que el indígena es bueno si se conforma y malo si lucha, que el indígena es bueno si se rinde y malo si resiste, que el indígena es bueno si sólo se preocupa de sí mismo y malo si piensa en sus hermanos. Por eso quiere acabar con los zapatistas, porque somos indígenas, porque somos dignos, porque somos rebeldes, porque luchamos, porque resistimos, porque luchamos por todos nuestros hermanos mexicanos. Dice el poderoso que las gentes de piel clara traen malas ideas a los indígenas porque les hablan de lucha contra la injusticia. Que deben morir esas gentes de piel clara por traer malas ideas a los indígenas. Que estaban bien y contentos los indígenas muriendo como mueren de pobreza, que hablando de morir para vivir, las gentes de piel clara traen descontento y desgracia para los indígenas. No saben estos señores del dinero que, cuando un solo color pintaba las pieles de los habitantes de estas tierras, ya se luchaba y peleaba por la verdad. Que la lucha por la democracia, la libertad y la justicia no viene de un color de piel o de una lengua, viene de la tierra, de los muertos nuestros que piden una vida digna para su muerte. Ser indígena hoy es ser digno y verdadero. No es color y lengua el ser indígena, es la gana de luchar y ser mejores¹³².

Ao analisar a questão dos movimentos sociais identitários, no contexto pós década de 60, Roberto Cardoso de Oliveira afirmou que a atual afirmação da identidade indígena passa por um processo não só de reconhecimento dos direitos políticos, mas também pela valorização moral. No caso dos índios, a auto-valorização moral está ligada a afirmação de que os povos indígenas são uma fonte de dignidade¹³³. A identidade indígena adquire esse imperativo moral porque, segundo Cardoso Oliveira, durante um longo período a consciência identitária dos indígenas estava subordinada à consciência do colonizador, nesse sentido a dignidade foi evocada como uma das principais características da auto-afirmação da identidade indígena. No caso do EZLN, observamos que em diversos discursos a dignidade é colocada no centro da luta, sendo que a palavra é utilizada como sinônimo de revolucionário, levando-nos a dedução óbvia de que para os neozapatistas a dignidade é a principal essência da revolução proposta por eles. Em uma interpretação

¹³² COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Votán-Zapata. Guardián y Corazón del Pueblo**. México, 10 de abril de 1995. Disponível em < <http://www.ezln.org/documentos/1995/19950410.es.htm>>. Acesso em 22 de julho de 2003.

¹³³ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 110.

diferente, porém não divergente da de Roberto Cardoso de Oliveira, John Holloway diz o seguinte:

La afirmación de la dignidad no es ni una reivindicación moral ni una reivindicación política: es más bien un ataque contra la separación de la moral y la política que permite que los regímenes formalmente democráticos coexistan en todo el mundo con niveles cada vez más altos de pobreza y de marginación social¹³⁴.

Ao tomarmos como base o conceito de dignidade acima exposto, em conjunto com a reivindicação neozapatista de devolver ao povo a soberania para decidir sobre suas formas de governo, podemos então relacionar o conceito de dignidade e o conceito de poder como termos-chave, nesse processo de luta democrático que dentro das perspectivas de Holloway e Oliveira representa não só a valorização moral da identidade, mas também a junção de um processo revolucionário que prima pela não-separação entre política e moral.

Na tentativa de conciliar revolução e dignidade o EZLN tem como principal metodologia de luta EZLN o diálogo e as consultas, entendido como a possibilidade de não encerrar a revolução em um finalidade pré-estabelecida e, ao mesmo, como uma forma de garantir o constante respeito a decisão das bases e da sociedade civil. Nas palavras de Holloway:

Si la revolución se construye a partir de la dignidad de la gente en lucha, si un principio central es la idea de *preguntando caminamos*, entonces se sigue que la revolución tiene que ser auto-creativa, una revolución creada en el transcurso de la lucha¹³⁵.

A convocação da sociedade para a CND insere-se nessa perspectiva de discuti junto à população os caminhos e alternativas para resolver os problemas de México, sendo que na opinião do EZLN, os problemas são resultado das relações do poder presentes na sociedade. Dizem eles que essas relações são frutos da discussão entre partidos políticos e não entre os partidos e a sociedade.

¹³⁴ HOLLOWAY, John. La revuelta de la Dignidad. **Revista Chiapas**, México, n. 6. Disponível em : <<http://www.ezln.org/revistachiapas/index>>. Acessado em 31 de maio de 2003.

¹³⁵ HOLLOWAY, John. La revuelta de la Dignidad. **Revista Chiapas**, México, n. 6. Disponível em : <<http://www.ezln.org/revistachiapas/index>>. Acessado em 31 de maio de 2003.

El problema del poder no será quién es el titular, sino quién lo ejerce. Si el poder lo ejerce la mayoría, los partidos políticos se verán obligados a confrontarse a esa mayoría y no entre sí. Replantear el problema del poder en este marco de democracia, libertad y justicia obligará a una nueva cultura política dentro de los partidos. Una nueva clase de políticos deberá nacer y, a no dudarlo, nacerán partidos políticos de nuevo tipo. No estamos proponiendo un mundo nuevo, apenas algo muy anterior: la antesala del nuevo México. En este sentido, esta revolución no concluirá en una nueva clase, fracción de clase o grupo en el poder, sino en un "espacio" libre y democrático de lucha política. Este "espacio" libre y democrático nacerá sobre el cadáver maloliente del sistema de partido de Estado y del presidencialismo. Nacerá una relación política nueva. Una nueva política cuya base no sea una confrontación entre organizaciones políticas entre sí, sino la confrontación de sus propuestas políticas con las distintas clases sociales, pues del apoyo real de éstas dependerá la titularidad del poder político, no su ejercicio. Dentro de esta nueva relación política, las distintas propuestas de sistema y rumbo (socialismo, capitalismo, socialdemocracia, liberalismo, democracia cristiana, etcétera) deberán convencer a la mayoría de la Nación de que su propuesta es la mejor para el país. Pero no sólo eso, también se verán "vigilados" por ese país al que conducen de modo que estén obligados a rendir cuentas regulares y al dictamen de la Nación respecto a su permanencia en la titularidad del poder o su remoción. El plebiscito es una forma regulada de confrontación Poder-partido político-Nación y merece un lugar relevante en la máxima ley del país¹³⁶.

Na *Segunda Declaración* o EZLN apresenta o seu preceito do *mandar obedeciendo* à sociedade em uma perspectiva mais ampla, em uma perspectiva nacional. Quando lutam por democracia o EZLN se refere a um sistema democrático pautado na participação política dos cidadãos, não só durante as eleições, para eleger seus governantes, mas sim uma participação política efetiva na forma de consulta ao povo sobre os rumos a serem tomados pelos governos. Nesse sentido, a revolução da dignidade apontada pelos neozapatistas é uma revolução que não busca tomar o poder, mas sim a inclusão da população no debate, a implantação do *mandar obedeciendo* e a transformação radical da sociedade de acordo com o sentido do movimento.

¹³⁶ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona**. México, 10 de junho de 1994. Disponível em <<http://ezln.org/documentos/1994/19940610.es.htm>>. Acesso em 10 de outubro de 2004.

2.2 O poder e suas variações teóricas.

Para compreendermos o que significa o projeto neozapatista de não tomar o poder, precisamos apresentar qual o significado que o EZLN atribui ao termo e como ele se aplica à teoria política neozapatista. A polissemia do termo exige não só a exposição de qual o significado atribuído a este termo pelo EZLN no seu vocabulário político, mas também algumas considerações teóricas.

De acordo com o Dicionário de Política de Norberto Bobbio o Poder é uma relação entre homens, logo um fenômeno social, caracterizado pela capacidade ou possibilidade de agir. É uma relação triádica, pois é definida *por quem o exerce*, *por quem está submetido* e *por sua esfera de atuação*¹³⁷. Nesse sentido, o exercício do Poder pressupõe submissão uma vez que sua relação não é definida pela igualdade, mas sim pelo *poder de um homem sobre outro homem*, independente de sua esfera de atuação (familiar, educacional, política e etc.).

Geralmente os modos de exercício do poder são múltiplos: persuasão, manipulação, ameaça de punição, promessa de recompensa e coação. Para Mario Stoppino “(...) a relação de poder tende a criar um antagonismo de atitudes e a preparar um conflito aberto¹³⁸”. Isso é possível porque o exercício do poder cria um sujeito passivo que deverá agir independente de sua vontade.

Para Holloway o poder é um elemento da dominação do capital e, sendo assim a luta contra o poder é necessariamente a luta contra o capital¹³⁹. Mas que poder seria esse? Holloway considera que o poder possui duas faces: o *poder-fazer* que é uma forma coletiva de manter o fluxo social com base na igualdade entre os homens¹⁴⁰, e o *poder-sobre* que é o poder de um homem sobre o outro, é o rompimento do fluxo social e a afirmação das

¹³⁷ STOPPINO, Mario. Poder. IN: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. Vol.2. 5ª.ed. Tradução de Carmem C. Varriale (et al.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 933-934.

¹³⁸ STOPPINO, Mario. Op. Cit. pág. 938.

¹³⁹ HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Viramundo, 2003. p. 32-33.

¹⁴⁰ Para Holloway o poder em essência significa capacidade de fazer as coisas, sendo que esse “fazer” é sempre coletivo/social. Nesse sentido, o poder-fazer apresenta-se como a capacidade dos homens de entrelaçar suas atividades, ele nunca é individual, mas sempre resultado do fazer dos outros. Ibidem, p. 48.

individualidades¹⁴¹. O *poder-sobre* é o elemento chave da manutenção e sustentação do capital, é a parte que deve ser negada.

A análise de John Holloway privilegia o poder dentro das relações sociais capitalistas e, situa as lutas pelo poder na forma de crítica ao marxismo-leninista. Holloway considera que a luta pelo poder não coloca em xeque os principais elementos da dominação e da exploração¹⁴², sendo assim apenas o anti-poder seria capaz de criar uma perspectiva de sociedade mais justa e igualitária.

Nessa análise o poder apresenta-se fundamentalmente como uma instância de dominação do capital. Holloway faz uma leitura negativa do poder, relacionando-o com a exploração gerada pela economia de mercado e também com a individualização da sociedade. O poder deve ser abolido porque ele é o responsável pela alienação, pela exploração e pela atomização das relações sociais. A luta contra o poder não pode ser uma luta pelo poder porque implicaria na reprodução de tais valores.

O antipoder na análise de Holloway converte-se sobretudo na luta pelo *poder-fazer* que, como afirmamos anteriormente, contrapõe-se ao *poder-sobre*. O *poder-fazer* representaria os antagonismos da sociedade capitalista e seria responsável pela negação das forças econômicas e das forças de dominação. O *poder-fazer* seria o elemento chave na construção de novas relações sociais pautadas na superação da fragmentação social.

Em Michel Foucault temos uma concepção diferente de poder. Foucault considera que o que existe são relações ou práticas de poder, sendo assim o poder não seria algo que se exerce ou que funciona, mas sim uma relação que atinge e permeia toda a estrutura social, as relações de gênero, familiares, estatais, escolares e etc¹⁴³. Sendo assim qualquer luta é sempre uma forma de resistência ao poder, uma vez que a rede do poder é algo que

¹⁴¹ Com o surgimento da sociedade capitalista esse fluxo é rompido porque o poder-fazer é transformado em um elemento de dominação que acentua as individualidades, ou seja, o poder de uns sobre os outros. Ibidem, p. 51.

¹⁴² Para Holloway esse elemento é o fetiche. Fetiche é o termo empregado para descrever a ruptura do fazer, ou seja, o momento em que o homem se separa do produto gerado pelo seu trabalho. Nas obras do jovem Marx, principalmente nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos, o conceito de Fetiche aparece como alienação e, por isso, Holloway defende que no momento em que o homem se torna alheio ao produto do seu trabalho que o poder-fazer transforma-se em poder-sobre tendo em vista que os benefícios gerados pelo produto não vai para quem o fez, mas para quem tem poder sobre quem realmente fez o produto..

¹⁴³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Ed. Tradução de Roberto Machado. 18ª. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. p.06.

está sempre em expansão. Foucault não busca caracterizar o poder apenas como um elemento de repressão, pois para ele:

O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir¹⁴⁴.

Nessa análise, Foucault demonstra que as relações de poder buscam muito mais controlar as atividades humanas do que simplesmente reprimi-las. Isso ocorre porque o objetivo de uma relação de poder é ao mesmo tempo econômico e político: transformar os homens em força de trabalho e ao mesmo tempo dar-lhes uma utilidade para diminuir sua capacidade de revolta. A relação de poder se configuraria numa espécie de aumento da força econômica e diminuição da força política, para tornar os homens mais dóceis e passivos politicamente.

Isso só é possível – aumentar a força econômica para diminuir a força política – porque o poder, como já afirmamos, está em todas as relações e, conseqüentemente a resistência também. Em seu trabalho Foucault afirma que lutar contra o poder consiste basicamente em “fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso¹⁴⁵”, ou seja, tornar o poder aparente seria a melhor forma de compreender seus alcances e conseqüentemente seus limites.

Seguindo a linha de abordagem que insere o poder em uma perspectiva mais simbólica, Georges Balandier afirma que o arranjo da nossa sociedade e a organização dos poderes é uma teatrocracia, pautada no drama que deve ser entendido como uma forma de agir e representar o que está em movimento a fim de provocar a descoberta das verdades escondidas em todos os assuntos humanos¹⁴⁶.

Nesse sentido, Balandier destaca que todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos. Em sua análise Balandier afirma que um governo não pode

¹⁴⁴ Ibidem. p.08.

¹⁴⁵ Ibidem. p.07.

¹⁴⁶ BALANDIER, Georges. **El poder em escenas: de la representación del poder al poder de la representación**. Barcelona: Paidós, 1994. p. 15.

apresentar o seu poder de forma transparente à população, sendo assim, o consentimento resulta em grande medida das ilusões produzidas. Assim como Foucault, Balandier considera que o poder não se estabelece só pela força e razão. O poder nessa concepção se realiza e se conserva através da produção de imagens, da manipulação dos símbolos e da organização de um quadro cerimonial¹⁴⁷.

No caso dos regimes democráticos o autor destaca que o teatro se baseia na representação de que o poder é resultado da vontade da maioria, não dependendo ordinariamente, dos deuses, do respeito às tradições, nem do surgimento de um herói. O regime democrático depende basicamente da arte da persuasão, do debate e da capacidade de criar efeitos que favoreçam a identificação do representado ao representante. Nesse caso, a dramatização maior seria representada pela eleição¹⁴⁸.

É interessante que ao abordar a realidade latino-americana Balandier afirma que a realidade desigual, somada aos efeitos da dominação externa, produziu uma hipertrofia de poder que associa a tragédia dos que sofrem, ou seja, o povo, com governos autocráticos. O resultado dessa combinação é uma teatralização em excesso, com cenários montados sobre pobreza da população¹⁴⁹. A idéia de Balandier é que todo poder político obtém a subordinação por meio da teatralidade, e a forma como esse poder aparece varia de uma sociedade para outra.

Um ponto que merece destaque na análise de Balandier é que a teatralidade pode aparecer sob diversas formas que não o exercício do poder, como, por exemplo, nas significações e símbolos dos espaços urbanos e nas formas linguagem.

El evidenciamiento de la teatralidad de lo político, de su sacralización y de sus ritos, no es una sutil forma de reducirlo a sus apariencias y a sus juegos ilusorios. Es un resultante en que todo concurre, de las relaciones sociales definidas por el sistema productivo hasta aquellas otras que los valores y el imaginario colectivo constituyen. Si se admite que toda sociedad está siempre en transformación, nunca estancada, que su unidad no es dominante, que sus pretensiones y prescripciones no son jamás del todo conformes con la realidad vivida, se puede comprender entonces mejor la necesidad de producir efectos que se asuman una función compensatoria. La sociedad no se “sostiene” solamente por la coerción, ni por legitimar relaciones de fuerza, sino

¹⁴⁷ Ibidem, p. 18-19.

¹⁴⁸ Ibidem, p.20.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 22.

por el conjunto de transfiguraciones de las que es, a un mismo tiempo, objeto e ejecutora. Su orden continúa vulnerable; es portador de perturbaciones y de desorden, ellos mismos generadores de astucias y dramatizaciones capaces de mostrar el poder en negativo¹⁵⁰.

Tanto Foucault, quanto Balandier acreditam que o poder, enquanto relação, não é totalmente aparente. Aliás, esses autores consideram que é através dessa “máscara” que o poder garante sua manutenção e reprodução. Nessa perspectiva a análise das relações de poder parte da análise das formas como o poder é representado, seja através da política, dos símbolos ou da cultura. A outra concordância fundamental é que para lutar contra o poder é preciso fazê-lo aparecer, torna-lo aparente, seja através das resistências, ou, como afirma Balandier, através da desordem.

A análise de Holloway segue por um caminho divergente porque para ele as relações de poder, nesse caso o *poder-sobre*, é resultado das relações de produção do mundo capitalista e, sendo assim, lutar contra o poder é necessariamente lutar contra o capital.

Para os neozapatistas o exercício do Poder é uma contradição, pois há uma distância entre *o que se diz* e *o que se faz* e, além disso, essa contradição não é explícita porque, assim como Balandier, eles acreditam que é o Poder que dá a sociedade civil a imagem de si mesmo. Os neozapatistas acreditam que o poder é uma forma ilegítima de grupos dominantes controlarem a população, retirando dela sua capacidade de decisão, de escolha política, já que os coloca como sujeitos passivos no processo político.

Em seu projeto os neozapatistas buscam romper com a necessidade de alcançar o Poder, porque, segundo eles, isso só implicaria em sua manutenção e reprodução¹⁵¹. A alternância de grupos políticos no poder não rompe com seu caráter de submissão e com suas formas de exercício. A palavra Poder (expressada com o P maiúsculo) aparece sempre relacionada a outras como neoliberalismo, partidos políticos e esquerda de vanguarda. O espelho do poder reflete duas imagens: a que projeta para si e a que projeta para a sociedade de fora. Se todo sistema de poder está destinado a produzir efeitos, esses serão

¹⁵⁰ Ibidem, p. 41.

¹⁵¹ SUBCOMMANDANTE MARCOS. **La historia de los espejos**. México, 06 de junho de 1995. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1995/1995_06_09.htm>. Acesso em 25 de junho de 2006.

produzidos tanto do ponto de vista de sua organização interna, quanto do ponto de vista dos que estão submetidos a esses sistemas.

É interessante que ao analisar as relações de Poder como um jogo de imagens refletidas por um espelho, ou seja, uma imagem que é passível de distorção, os neozapatistas afirmam que são vários os espelhos. O primeiro espelho é exatamente o espelho do poder, o espelho do neoliberalismo que, não reflete de forma alguma a imagem do cidadão comum. O segundo espelho é o espelho dos que aspiram ao poder, dos partidos políticos e da esquerda de vanguarda. O terceiro espelho é dos que não possuem o poder, mas é a fonte originária dele, o povo, os sem partido, a sociedade civil, ou seja, a maioria. O quarto espelho é o devemos nos olhar em busca da esperança, na tentativa de enxergarmos o poder de mobilização¹⁵².

Entretanto nesse jogo de palavras em que o espelho como superfície refletora aparece também como um sinônimo de poder, com seus vários posicionamentos o EZLN, ou melhor Durito, um escaravelho criado pelo Subcomandante Marcos que nos discursos aparece como o personagem que dá o tom de ironia aos comunicados, acrescenta mais um elemento: “Vive esta ciudad un juego cruel de espejos, pero el juego de los espejos es inútil y estéril si no hay un cristal como meta. Basta entenderlo y, como dijo no sé quien, luchar y empezar a ser felices...¹⁵³”.

No sentido figurativo cristal significa algo límpido, transparente, já o espelho não, o espelho é sempre representação, reflexo. Durito evoca o cristal para relacioná-lo como a possibilidade de vermos o outro lado. “Y los espejos son para ver de este lado y los cristales son para ver lo que hay del otro lado¹⁵⁴”.

O cristal representa o outro lado do poder, o lado que fica encoberto pela necessidade do poder atribuir as imagens de si mesmo. Nesse sentido, para o EZLN o jogo de imagens, ou o jogo do poder não é produtivo porque ele sempre reproduz a imagética a ser representada e não a transparência. O Poder é então, um jogo de imagens criadas por ele mesmo.

¹⁵² Ibidem

¹⁵³ Ibidem

¹⁵⁴ Ibidem.

Em outro documento enquanto o Subcomandante Marcos dialoga com Durito ele apresenta algumas considerações sobre a relação entre moral e política, inserindo a revolução neozapatista no campo da moral e a política tradicional, inclusive as esquerdas, no campo da busca pelo Poder, em uma construção textual em que Poder é antônimo de moral. “ (...) la acumulación de poder, dicen, sirve para contener el antagonismo que las sociedades plurales guardan dentro de sí. ¡El poder se ejerce para defender a la sociedad de sí misma!¹⁵⁵”. Nessa concepção o poder não é a representação da sociedade, mas sim dos grupos sociais que o sustentam. Essa na verdade é a chave do entendimento dos neozapatistas do Poder, nesse caso, tanto o poder do Estado, quanto o Poder das esquerdas.

La complicidad de un espejo que se ofrece como alternativa y simplifica todas sus relaciones políticas (y humanas, pero ése es otro tema) a una inversión. Éste es el fundamento ético de la ciencia "revolucionaria": el conocimiento "científico" produce una moral inversa a la del capitalismo. Propone que al egoísmo se oponga el desinterés; a la privatización, la colectividad; al individualismo, el ser social. Pero este conocimiento en espejo, como fundamentalismo moral, no aporta nada nuevo. La inversión de la imagen no es una nueva imagen, sino una imagen invertida. La propuesta política (y moral) alternativa es en espejo: donde es predominante la derecha, ahora lo será la izquierda; donde el blanco, el negro; donde el de arriba, el de abajo; donde la burguesía, el proletariado, y así. Lo mismo, pero invertido. Y esta ética era (o es) la que se grababa (o se graba) en todo el espectro de la izquierda¹⁵⁶.

A partir da avaliação do dos governos o EZLN constrói uma visão que nega o poder institucional. Para o EZLN, o Poder, está intimamente relacionado ao mau¹⁵⁷ governo que, no discurso neozapatista aparece associado à promoção do esquecimento dos povos indígenas, à corrupção, ao neoliberalismo, à violência estatal entre outros:

Nuestra lucha es por hacernos escuchar, y el mal gobierno grita soberbia y tapa con cañones sus oídos. Nuestra lucha es por el hambre, y el mal gobierno regala plomo y papel a los estómagos de nuestros hijos. Nuestra lucha es por un techo digno, y el mal

¹⁵⁵ SUBCOMANDANTE MARCOS. **La política, la odontología y la moral**. México, 14 de Janeiro de 1996. Disponível em < http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_01_14.htm >. Acesso em 23 de outubro de 2005.

¹⁵⁶ Ibidem

¹⁵⁷ Na língua espanhola não há diferença escrita entre mal e mau, entretanto a palavra *mal*, pode ser utilizada para dar significado a ambos os termos do português. Nesse caso, pela forma com o termo *mal* é utilizado nos discursos neozapatista observamos que equivale a palavra mau, da língua portuguesa.

gobierno destruye nuestra casa y nuestra historia. Nuestra lucha es por el saber, y el mal gobierno reparte ignorancia y desprecio. Nuestra lucha es por la tierra, y el mal gobierno ofrece cementerios. Nuestra lucha es por un trabajo justo y digno, y el mal gobierno compra y vende cuerpos y vergüenzas. Nuestra lucha es por la vida, y el mal gobierno oferta muerte como futuro. Nuestra lucha es por el respeto a nuestro derecho a gobernar y gobernarnos, y el mal gobierno impone a los más la ley de los menos. Nuestra lucha es por la libertad para el pensamiento y el caminar, y el mal gobierno pone cárceles y tumbas. Nuestra lucha es por la justicia, y el mal gobierno se llena de criminales y asesinos. Nuestra lucha es por la historia, y el mal gobierno propone olvido. Nuestra lucha es por la Patria, y el mal gobierno sueña con la bandera y la lengua extranjeras. Nuestra lucha es por la paz, y el mal gobierno anuncia guerra y destrucción¹⁵⁸.

Para o EZLN o Poder está diretamente relacionado ao mau governo que tem como base a legalidade e não a legitimidade.

Ahora el espejo juega un nuevo truco. No se trata de «invertir» la imagen de ilegitimidad y «convertirla» en legítima. Ahora hay que «sobreponer» otra imagen a la de la «ilegitimidad», una imagen que borre o pase a segundo plano a la original, una imagen que se titula *Legalidad*. Incapaz de ganar su legitimidad, incapaz de luchar por lograrla, el Poder se viste con el ropaje de la «legalidad». Con el manto legal se puede todo.... incluso violar la ley. Así trabaja ahora el Espejo del Poder, con una imagen legal aunque ilegítima¹⁵⁹.

Nesse sentido, a legalidade do governo significa que ele está em conformidade com as leis estabelecidas, ou seja, ele não é um poder arbitrário. De acordo com o Dicionário de Política legalidade, se refere ao exercício do Poder, enquanto que legitimidade a sua qualidade¹⁶⁰. Mas, legitimidade também se refere a capacidade que o poder tem de conquistar o consenso, dentro de uma sociedade, sem precisar utilizar a força, sendo que a

¹⁵⁸ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona**. México: 1º de janeiro de 1996. Disponível em < http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_01_01_a.htm>. Acesso em 16 de agosto de 2005.

¹⁵⁹ SUBCOMMANDANTE MARCOS. **La historia de los espejos**. México, 06 de junho de 1995. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1995/1995_06_09.htm>. Acesso em 25 de junho de 2006.

¹⁶⁰ BOBBIO, Norberto. Legalidade. IN: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Diccionario de Política**. Vol.2. 5ª.ed. Tradução de Carmem C. Varriale (et al.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 674.

crença na legitimidade de um governo é, pois, uma das formas de observamos as relações de poder em um Estado¹⁶¹.

Quando o EZLN afirma que o governo veste a legitimidade com a roupa da legalidade ele está afirmando que o Estado preocupa-se mais com o exercício do poder, do que com a aceitação do mesmo. Além disso, não podemos esquecer que Zedillo, foi o sucessor de Salinas, em uma eleição que manteve a hegemonia do PRI, partido que definitivamente, em 1995, não podia se manter no poder apenas evocando o consenso da população. A leitura que o Subcomandante Marcos fez dos processos eleitorais estava marcada pela continuidade do PRI no poder e, mas que isso, ao separar a caracterização dos governos apenas sobre as bases da legalidade e da legitimidade, o principal objetivo de Marcos era desqualificar a ação política do PRI e, ao mesmo tempo, construir um crítica pautada nos princípios políticos do EZLN.

Sabemos que essa visão de Marcos é superficial e que não reflete a totalidade da história política mexicana que, teve seus momentos de fraudes eleitorais, mas também foi marcada por governos que fraudulentos, ou não, possuíam ampla aceitação popular.

As relações de poder também são criticadas do ponto de vista de sua aceitação, sendo assim, o tipo de poder que o EZLN deveria construir na sociedade seria, principalmente, um poder legítimo, baseado no consenso e na aceitação. Seguindo essa lógica, o contrário ao mau governo, é obviamente o bom governo, o governo neozapatista, ou melhor, *o mandar obedeciendo* e suas práticas de consenso político:

Pero un día entenderá el pueblo de México el cómo realmente queremos un gobierno del pueblo y para el pueblo. El llevar a la práctica de mandar obedeciendo. Esto es el grado de compromiso de nosotros, mostrar que sí podemos gobernarnos, sin la necesidad de una cúpula de rateros, como el actual gobierno de los ricos. Esto, nos querrán cerrar el paso, amenazándonos con el más horrible armamento, porque creerán que nuestra dignidad se rinde o se vende. Pero nuestra dignidad no se rinde ni se vende, resistirá, se hará todo lo necesario, y morir si es necesario, para que nuestros futuros ya no tengan que sufrir ya toda la bestialidad de este mal gobierno y de su sistema de partido de Estado. Por lo tanto, necesitamos ayudar más a los compañeros que les damos responsabilidad, porque también comen, visten y tienen familia, con que tengan resueltas sus necesidades de vivir, podrán seguir trabajando para el beneficio de su pueblo; este trabajo los pueblos del municipio lo van a

¹⁶¹ LEVI, Lucio. LEGITIMIDADE. IN: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. Vol.2. 5ª.ed. Tradução de Carmem C. Varriale (et al.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 675.

solucionar de acuerdo, su mejor forma de trabajar, las autoridades de los pueblos todos tenemos la obligación de pensar y luchar, trabajar para que los pueblos y todos los municipios vayan mejorando su forma de vivir, ver la forma de solucionar las necesidades. El mal gobierno no piensa esto, no nos enseña esto, él sigue comprando armas y soldados para mandar en nuestras cañadas, para matarnos, no nos entiende. Nosotros queremos vivir y luchamos para vivir como seres humanos; no es el momento de esperar de ese mal gobierno, es el momento de organizarnos para gobernarnos y por medio de nuestro trabajo ir solucionando nuestras necesidades; es el momento de organizarnos para defendernos de esos malos gobernantes¹⁶².

De acordo com o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena a proposta do EZLN é a de construir um mundo onde caibam todos os mundos, sem que seja necessária a dominação do homem pelo homem¹⁶³. No âmbito do imaginário, a realização da utopia neozapatista se daria com o fim da dominação, porque os neozapatistas entendem que ao tomar o poder um determinado grupo social apenas “sobe um degrau” em relação aos demais e, nesse sentido ele acaba estabelecendo novas formas de dominação, resultando assim na permanência da injustiça e da desigualdade.

É interessante observar que o movimento analisa o neoliberalismo/globalização como um complicador dessas relações de poder, tendo em vista que o neoliberalismo reduz o valor social a um valor individual, fazendo com que as lutas por igualdade, democracia e justiça sejam mais difíceis até para as esquerdas tradicionais. Dentro dessa concepção a idéia proposta por eles seria a seguinte:

Se o estabelecer e o praticar a globalização é sinônimo de pulverizar o coletivo, para pulverizar assim as resistências, então não deveria haver muitas divergências em relação ao que se deve fazer: defender, reconstruir e construir histórias coletivas. Mas, então, vem a pergunta do século: como? É difícil dar uma resposta acabada porque parte fundamental da resistência coletiva é procurar coletivamente as respostas ao como. Mas podemos ir apontando outra hipótese: devem ser mudadas não só as regras do jogo que a globalização impõe, como, inclusive deve ser mudado o tabuleiro, as fichas, os objetivos, enfim, se deve chutar o próprio tabuleiro e construir outro novo a partir da resistência. Um tabuleiro ao qual o objetivo não seja mais o controle ou derrota do adversário, regra de ouro do sistema capitalista, e sim que nos permita interagir sem que existam adversários a serem derrotados. Em

¹⁶² MAYOR INSURGENTE MOISÉS. **Mensaje del EZLN a los pobladores de San Pedro de Michoacán**. México, maio de 1997. Disponível em < http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1997/1997_05_a.htm >. Acesso em 18 de agosto de 2005.

¹⁶³ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Carta a los participantes de lo Forum Nacional Indígena**. México, 3 de janeiro de 1996. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 13 de maio de 2006.

linguagem política isso poderia ser traduzido em algo assim como tem que se abandonar a luta para ter acesso ao poder, ou para mantê-lo, e mover-nos na lógica de que esse poder assim como não serve para outra coisa a não ser manter o sistema, razão pela qual se nós não saímos dessa lógica, na melhor das hipóteses, a única coisa que estamos fazendo é recupera-lo para que perdure. Isso implica em esquecermos o suficiente deste tabuleiro e, junto com outros, começar a procurar como agir para que já não possa funcionar sob suas regras, entendendo, e nisso devemos ser claros, que isso nos levará irremediavelmente a nos defrontarmos com ele no futuro, razão pela qual, desde agora, temos que ter muito claro que somente um grande coletivo ou, melhor, a soma de vários coletivos é o que poderá destruí-lo¹⁶⁴.

Para eles, o neoliberalismo prega a eliminação do coletivo, uma vez que o indivíduo – dentro do jogo político da globalização – não é capaz de resistir ao atual sistema. Essa eliminação estaria ocorrendo de três formas: através da redução da participação política a seu aspecto eleitoral, ou seja, a valorização da democracia representativa como marco de cidadania, o aumento de programas sociais que trabalham a caridade e rompem o tecido social da solidariedade e, a promoção da propriedade privada¹⁶⁵.

Na tentativa de participar da construção de um novo mundo, os neozapatistas, desde 1994, já apontavam para a necessidade de se repensar novas formas de fazer política. No discurso do CCRI, endereçado ao ex- candidato à presidência Cuauhtémoc Cárdenas, o EZLN diz que a mudança política não vai ser apenas fruto dos partidos, mas sim, dos sujeitos políticos:

Los de la palabra que camina, nosotros, queremos no el deber, no la gloria, no la fama. Nosotros queremos ser simplemente la antesala del mundo nuevo. Un mundo nuevo con una nueva forma de hacer política, un nuevo tipo de política de gente del gobierno, de hombres y mujeres que mandan obedeciendo. (...) Hay gente dispuesta a dar la vida por un proyecto partidario, pero qué democracia, libertad y justicia nos ofrece el PRD. ¿La que practica en la selección interna de sus candidatos y lo lleva a descalificar por decreto a todas las fuerzas políticas que no sean el PRD, o que no acepten sujetarse a él, o que lo llevan a practicar el mimetismo político y en nada diferenciarse al proyecto del partido en el poder, lo que lo hace practicar malabarismo político y aparecer ayer en la izquierda, hoy en el centro y mañana en dónde? (...) Éstas son las preguntas que deberán contestarse antes del 21 de agosto. No lo pedimos para nosotros. Es a nosotros a quienes nos han pedido hacer llegar, a través de nosotros, estos interrogantes al PRD. (...) La única fuerza capaz de llevar a cabo el tríptico libertad, democracia y justicia, y de cambiar el mundo entero, es la fuerza del pueblo, la de los sin partido ni organización, la de los sin voz y sin rostro. Quien gane con verdad esta fuerza, será invencible. Esta fuerza del pueblo no se obtiene con

¹⁶⁴ ELORRIAGA, J. e RODRIGUEZ, S. **Globalização e resistência: a necessidade de mudar o tabuleiro**. Disponível em: <<http://www.portoalegre2002.org>>. Acessado em 23 de abril de 2002.

¹⁶⁵ Ibid.

engaño ni imposiciones, no con mentiras, no con traiciones; esta fuerza se gana con ejemplo, verdad y honestidad¹⁶⁶.

Entendemos que os neozapatistas negam uma concepção de poder, ao passo que buscam dar poder à sociedade. Isso quer dizer que quando o EZLN se exclui do jogo político de tomada do poder, ele se exclui das possibilidades de ascender aos espaços de poder vinculados ao Estado, ou seja, poderes executivo, legislativo, judiciário e partidos políticos. Os neozapatistas negam as instituições formais de poder e, essa negação foi construída desde as primeiras organizações de caráter camponês/indígena que se formaram em Chiapas.

A negação parte da desconfiança que se tem em relação ao governo federal e aos partidos políticos e, parte também, do próprio entendimento que o EZLN tem do Poder enquanto conceito. Se o Poder é imagem e, essa imagem é construída por esse Poder, qual seria então a melhor forma de romper com essa dialética da dominação do Poder que, ao passo que se apresenta também se fortalece? Na visão dos neozapatistas romper com essa forma de dominação significa não pretende-la, nesse caso, a proposta política neozapatista apresenta-se como uma ruptura radical das formas de fazer e pensar a política no México contemporâneo.

Na proposta neozapatista o poder não é e, não deve ser a finalidade de um ato político, uma vez que sua motivação é a necessidade de ampliar a participação popular, explorando as diversas alternativas. A proposta tem como objetivo central subverter a relação de poder, a relação entre governante e governado, dando à sociedade as bases políticas do *mandar obedecendo*, que tem como pressuposto a criação de uma nova cidadania, pautada no princípio da comunidade e da dignidade. Em termos práticos fica difícil julgarmos o projeto neozapatista, uma vez que sua área de atuação ainda está restrita às comunidades insurgentes e, nesse caso, as informações que temos são

Há outras interpretações desse projeto político. Uma delas é a de Bertrand de la Grange e Maite Rico¹⁶⁷ que acreditam na construção de uma ideologia neozapatista que

¹⁶⁶ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Discurso del Subcomandante Marcos durante la visita de Cuauhtémoc Cárdenas**. México, 17 de maio de 1994. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_05_17.htm>. Acesso em 28 de outubro de 2005.

tem como objetivo enfraquecer as estruturas do governo para depois conquistar seu espaço político. Para esses autores o EZLN não dispõe de meios militares para tomar o poder e, também não possuem a capacidade de fazer aliança com as esquerdas, já que se apresentam publicamente como um grupo de guerrilheiros, ou seja, possuem um caráter militar que não é interessante no jogo da disputa política pelo poder. Eles afirmam que após sete décadas de PRI seria muito complicado um novo grupo político conseguir apoio popular e, até mesmo, legitimação, lutando com as mesmas armas que estavam sufocando a população.

Poderíamos então afirmar que o elo central dessa interpretação consiste em enxergar a estratégia do EZLN como uma tentativa de articular crítica ao governo com o apoio da sociedade civil, tendo como alvo uma estrutura política que na prática não pertence ao povo: o Poder.

Seguindo por caminhos diferentes, outra crítica que tem se destacado em relação ao projeto do EZLN é a de Atílio Boron. De sua condição de intelectual marxista Atílio Boron faz críticas aos neozapatistas afirmando que se por um lado é possível reconhecer que a tomada do poder estatal pode não representar de fato uma mudança revolucionária, por outro lado também, não dá pra revolucionar a sociedade apenas no plano do discurso¹⁶⁸.

A crítica de Boron ao neozapatismo ganhou destaque nas ciências sociais não só por sua posição, mas também pelo debate entre ele e John Holloway. Para Holloway os neozapatistas foram capazes de criar um projeto revolucionário capaz de superar a “ilusão estatal”, ou seja, superar a idéia da conquista do Estado como via de transformação social¹⁶⁹. Para Holloway o erro das esquerdas tradicionais foi pensar o Estado a partir de uma visão instrumental, na qual no sistema capitalista, o Estado é um instrumento de poder da classe capitalista e, sendo assim tomar o Estado seria tomar o poder. Para Holloway o Estado não é apenas o instrumento de dominação do capital, mas também um dos reflexos dessa dominação.

¹⁶⁷ DE LA GRANGE, Bertrand e RICO, Maite. **Subcomandante Marcos: la genial impostura**. Madri: El Pais Aguilar, 1998. p. 368-369.

¹⁶⁸ BORON, Atílio a. **Filosofia Política Marxista**. Tradução de Sandra Trabucc Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003. p. 222.

¹⁶⁹ HOLLOWAY, John. La revuelta de la Dignidad. **Revista Chiapas**, México, n. 6. Disponível em : <<http://www.ezln.org/revistachiapas/index>>. Acessado em 31 de maio de 2003.

Na realidade, o que o Estado faz está limitado e condicionado pelo fato de que existe só como um nó em uma rede de relações sociais, que se centra, de maneira crucial, na forma em que o trabalho está organizado. O fato de o trabalho estar organizado sobre uma base capitalista significa que o que o Estado faz e pode fazer está limitado e condicionado pela necessidade de manter a organização capitalista da qual é parte¹⁷⁰.

Holloway segue afirmando que além do Estado ser mantido pelas relações sociais, essas relações tornam-se mais complexas na sociedade globalizada uma vez que, para ele, as relações sociais não são limitadas pelas fronteiras nacionais, sendo assim a sociedade capitalista não é uma simples soma de estados-nação¹⁷¹.

Sobre essa questão Boron afirma que por mais que a globalização tenha obscurecido e complexificado as relações entre Estado e classe dominante, provocando uma suposta diluição do capital em prol das megacorporações, isso não passa de uma ilusão, uma vez que por trás de toda empresa multinacional há uma base nacional que não só sustenta sua viabilidade, como também viabiliza o acesso a outros mercados¹⁷². Em relação ao neozapatismo como um projeto que supera a “ilusão estatal” Boron diz que:

Não se constrói um mundo novo, como quer o zapatismo, se não se modificam radicalmente as correlações de forças e se derrotam inimigos poderosíssimos. E o Estado é precisamente o lugar onde se condensam as correlações de forças. Não é o único lugar, mas é, de longe, o principal. É o único a partir do qual, por exemplo, os vencedores podem transformar seus interesses em leis e construir um âmbito normativo e institucional que garanta a estabilidade de suas conquistas¹⁷³.

Atílio Boron entende que os argumentos neozapatistas possuem duas características: de um lado a satanização da política e do estatal e, por outro lado, reflete também o desencanto da sociedade mexicana diante do predomínio do PRI e de suas conseqüências para a vida pública. Boron reconhece a importância do EZLN para as esquerdas e as ciências sociais da América Latina, entretanto ele ressalta que não é com romantismos e discursos que se constroem novas formas de fazer política. Em uma de suas críticas a John

¹⁷⁰ HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Viramundo, 2003. p. 26.

¹⁷¹ Ibidem, p. 28.

¹⁷² BORON, Atílio a. **Filosofia Política Marxista**. Tradução de Sandra Trabucc Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003. p. 217-218.

¹⁷³ Ibidem, p. 220.

Holloway ele chega a afirmar que o capitalismo contemporâneo tem promovido uma cruzada teórica contra o Estado, enquanto que no plano prático não deixa de fortalecê-lo e atribuir-lhe novas tarefas e funções¹⁷⁴. Nesse sentido, a “ilusão estatal” de Holloway seria tão somente um dos indícios dessa “cruzada” contra o Estado, na visão de Borón.

Entendemos que o debate entre Holloway e Boron é fundamental na discussão do papel do EZLN na sociedade contemporânea. Para Holloway uma das principais contribuições do neozapatismo foi ter criado um sujeito rebelde múltiplo, que não se limita apenas a sua condição sócio-econômica. O sujeito neozapatista é amplo e capaz de dar voz a diferentes segmentos da sociedade. Boron não acredita no sujeito múltiplo e afirma que a visão de Holloway parte de uma desilusão criada pelo fim da URSS. O sociólogo argentino insiste na defesa da via partidária, considerando que a principal contribuição do neozapatismo é discutir novas formas de fazer política no mundo atual. Observamos que tanto a multiplicação do sujeito responsável pela mudança social, quanto a discussão das formas de fazer política na sociedade contemporânea fazem parte dos dilemas que os neozapatistas constroem em relação ao poder.

Afirmamos que para os neozapatistas o Poder é um jogo de espelhos, no qual cada um dos poderosos dá à sociedade a imagem de si mesmo. Afirmamos também que eles consideram que a tomada do poder significa a reprodução desse jogo, que só mudam os despossuídos e não a natureza das relações políticas. Entretanto poderíamos perguntar qual é o tipo de movimento revolucionário que não almeja o poder e, nesse sentido, qual seria o ganho social que o EZLN poderia apresentar à sociedade mexicana?

Quando o EZLN em 1994 chama a população para um debate o movimento deixa claro que sua proposta de mudança política é aquela que será construída junto a sociedade, contudo uma questão que já aparece antes dos diálogos e, depois ganha o cenário político nacional: a questão da autonomia dos povos indígenas. Nesse sentido, defendemos que o ponto central da proposta política neozapatista de não tomar o poder pela via estatal, passa pelo reconhecimento das autonomias e, mais que isso, pela necessidade de dar poder aos grupos étnicos como forma de ampliação da cidadania e da participação política.

¹⁷⁴ BORON, Atílio A. **Poder, contrapoder y antipoder: notas sobre un extravío teórico político en el pensamiento crítico contemporáneo.** Disponível em < <http://www.herramienta.com.ar> >. Acesso em 20 de julho de 2005.

CAPÍTULO 3: HÁ UM TEMPO DE PEDIR, UM DE EXIGIR E OUTRO DE EXERCER.

A organização da *Convención Nacional Democrática* foi um dos marcos na história do EZLN, realizada entre 5 e 9 agosto de 1994, as vésperas das eleições¹⁷⁵ que elegeu Ernesto Zedillo, candidato do PRI, a CND teve como um dos seus maiores méritos a participação de um número significativo de membros da sociedade mexicana interessados em discutir o problema indígena e, principalmente, o problema da democracia no México.

Tanto o plano de ação, quanto a estrutura da CND foram marcadas pelas expectativas do quadro eleitoral mexicano. Sendo que o principal assunto foi a discussão da constituição de um sistema político de transição rumo à democracia. Havia a esperança de que ao final, a CND pudesse encaminhar as propostas de governo de transição democrática, convocação para um Congresso Constituinte e por fim, a criação de uma nova Constituição.

Após a concretização da eleição do candidato do PRI ficou claro que a discussão iniciada pelo EZLN, nesse primeiro momento, tinha que avançar no sentido de construir as bases de um novo movimento político-social, visando a organização da sociedade civil para o contexto pós-eleições. Nesse sentido, a principal tarefa da CND para redemocratizar o México era ampliar as bases do regime democrático, partindo de baixo e não dos dirigentes.

Uma das possibilidades que estava em jogo era transformar a CND em uma frente cívica e social, capaz de mobilizar a população, sindicatos, movimentos sociais, frentes religiosas, entre outros, independente do contexto eleitoral, visando combater o mal governo e construir as bases da democracia. Entretanto, sabemos que a CND não seguiu adiante como uma frente civil e social, tanto que em 1996 o EZLN convoca a sociedade civil a compor a FZLN.

¹⁷⁵ As eleições foram realizadas no dia 21 de agosto de 1994.

O fato é que mesmo a CND não tendo se concretizado como uma frente política o EZLN manteve a postura de enfrentamento com o governo federal. A maior vitória da CND foi a fundação dos *Aguascalientes*, criado como espaços de constantes interações entre os membros do EZLN e da sociedade mexicana. Em 3 de dezembro de 1994, dois dias após a posse de Ernesto Zedillo, o EZLN publica um comunicado afirmando não reconhecer a legitimidade do novo governo e exigindo que Zedillo renuncie a presidência em nome da dignidade e da democracia¹⁷⁶. É óbvio que o governo federal não atendeu as exigências do EZLN, nem tampouco, respondeu ao comunicado.

No dia 19 de dezembro, o EZLN declara a criação dos *Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas* (MAREZ), não só como uma forma de responder ao governo, mas também como uma possibilidade de organização das comunidades partindo de suas necessidades internas. Os municípios autônomos são unidades territoriais que não correspondem a divisão geográfica oficial, determinada pelo Estado, mas sim ao que é estabelecido pelas comunidades indígenas zapatistas, a partir de critérios como etnia, idioma, religião, trabalho comum entre outros.

O principal objetivo da criação dos MAREZ era o de fortalecer e organizar a vida coletiva das comunidades, de forma que fosse possível manter e aprimorar as condições de resistência. A criação dos municípios autônomos dá início a uma nova etapa no marco político em que se insere o EZLN, uma vez que eles representaram o primeiro passo para a construção do projeto de reconhecimento da autonomia.

A experiência autônômica dos 38 municípios serviu de base para o diálogo que se estabeleceu entre o EZLN, conselhos indígenas, governo federal e sociedade civil durante o período dos *Diálogos de San Andrés*. Em sua organização, os MAREZ tem nas comunidades sua unidade política elemental e no *mandar obedeciendo* a base de sua prática política.

En la base de la experiencia autonómica se sitúa la comunidad con sus instancias de discusión y decisión: la reunión de todos los pobladores, los consejos de responsables y de representantes, y en los lugares donde existen, las autoridades tradicionales y los

¹⁷⁶ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Carta a Zedillo: Bienvenido a la pesadilla**. México 03 de dezembro de 2005. Disponível em <<http://www.palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em 25 de janeiro de 2006.

consejos de ancianos. A diferencia de lo que sucede en los espacios políticos “occidentales”, en los de las comunidades indígenas no existe separación entre los temas que ahí se tratan: las cuestiones del trabajo son atendidas a la par de los asuntos religiosos, las cuestiones relativas a la lucha y a las relaciones con otras comunidades, etcétera. Asimismo no existe una “profesionalización” de los roles: de manera rotativa, la mayor parte de los habitantes de la comunidad ocupan un cargo¹⁷⁷.

Nesse sentido todas as decisões passam pelas assembleias e os representantes do Conselho Municipal Autônomo não recebem salário por exercer um cargo político e seu mandato não é assegurado exclusivamente pelo tempo que foi designado para exercício, sendo que o representante pode ser deposto a qualquer momento, caso não cumpra as decisões coletivas. A implantação do projeto autonômica passa por uma série de discussões entre elas as relações entre elas autonomia/território, autonomia/estado-nação, autonomia/poder.

Foi durante outubro de 1995 e agosto de 1996 que a questão da autonomia foi amplamente discutida e pensada. Sendo que não podemos considerar o EZLN como o movimento que inaugura o debate pela autonomia indígena na América Latina, uma vez que a discussão já havia sido realizada em países como Nicarágua e Equador. No caso mexicano, Villafuerte Solís entende que a demanda por autonomia é resultado de uma convergência de forças sociais indígenas e exógenas que se movem em um marco de globalização:

De la conjunción de estas fuerzas surgen un discurso y un proyecto de lucha indígena reeditados, reelaborados en su expresión y en su demandas, su vértice es la autonomía indígena, si bien dotada de un esencialismo identitario con contenidos derivado de los usos y costumbres de las comunidades prehispánicas. Este vértice se articula y fortalece con un discurso de la sociedad civil sin fronteras, gestora de los llamados nuevos movimientos sociales que abordan conflictos temáticos de orden mundial como los del ambiente, el género, la democracia, la pobreza y la defensa de los

¹⁷⁷ ORNELAS, Raúl. La autonomía como eje de la resistencia zapatista. IN: CECENÁ, Ana Esther (org.). **Hegemonias y emancipaciones en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. Disponível em <<http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/ornelas.rtf>>. Acesso em 21 de junho de 2006.

sectores sociales marginados y excluidos de sus derechos en sus dimensiones étnicas y particulares¹⁷⁸.

Nesse sentido, o autor chama a atenção para a perspectiva histórica da luta pela autonomia, ou seja, situa a demanda dentro da trajetória do movimento indígena iniciado na década de 70 que, como já vimos, traz à cena os sujeitos étnicos e, o atual processo de globalização como pano de fundo de desenvolvimento dessa luta.

É interessante pensarmos na globalização como um processo que impulsiona a luta pela autonomia porque como nos ensina Stuart Hall devemos pensar esse processo não como uma tendência a homogeneização global, mas sim como uma possibilidade de fascinação pela diferença. Ou, “ao invés de pensar o global como ‘substituindo’ o local seria mais acurado pensar uma nova articulação entre ‘o global’ e ‘o local’¹⁷⁹.”

Hall ainda destaca que esse “local” não deve ser confundido com as velhas identidades, mas sim novas identidades, produzidas a partir de novas identificações locais, até porque, como ele afirma o processo de globalização não se dá de forma homogênea entre as diferentes regiões e, por isso, ele continua a produzir relações desiguais de poder cultural, fazendo com que Hall defenda a globalização, como um fenômeno essencialmente ocidental¹⁸⁰. Sendo que mesmo dentro desse panorama, os padrões de troca são desiguais, fazendo com que a agenda de escolhas de identidade seja maior no centro do sistema global, do que nas suas periferias.

O argumento de Hall segue rumo a defesa de que a interação promovida pelo sistema global provoca uma constante questionamento entre a continuidade e a descontinuidade histórica das identidades. “Os confortos da Tradição são fundamentalmente desafiados pelo imperativo de se forjar uma nova auto-interpretação,

¹⁷⁸ SOLÍS, Daniel Villafuerte (et al). **La tierra en Chiapas: viejos problemas nuevos**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. p. 207-208.

¹⁷⁹ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª. Ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005. p.77.

¹⁸⁰ Ibidem, p.78.

baseada nas responsabilidades da Tradução cultural¹⁸¹”. Segundo ele, é esse processo que possibilita tanto o fortalecimento das identidades locais, que temem desaparecer, ou o surgimento de novas identidades híbridas.

Baumann um dos cientistas sociais que mais se destaca atualmente em seus estudos sobre a sociedade globalizada afirma que a globalização significa que o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável como a nação¹⁸², nesse sentido as identidades nacionais não só perdem sua força, como também permitem a ascensão das identidades que a deram suporte. Para Bauman são esses grupos que dão suporte as identidades nacionais que se unem em comunidades que buscam proteção e reconhecimento.

Em sua argumentação Bauman defende que a separação entre Estado e nação, provoca o esvaziamento de conteúdo do significado de cidadania, isso não só provoca a desconfiança nas instituições ligadas ao Estado, como também a confusão entre o público e o privado. Nesse contexto, ele argumenta que há duas razões óbvias para a nova safra de reivindicações por autonomia ou independência:

Uma delas é a tentativa séria e desesperada, ainda que mal orientada, de encontrar o um modo de proteger-se dos ventos globalizantes, ora gelados, ora abrasadores, uma proteção que os muros carcomidos do Estado-nação não mais provêem. Outra é a reavaliação do pacto tradicional entre nação e Estado, o que não causa nenhuma surpresa num momento em que os Estados, em processo de enfraquecimento, tem cada vez menos benefícios a oferecer em troca de lealdade exigida em nome da solidariedade nacional¹⁸³.

Tanto a análise de Bauman quanto a de Hall apontam para a globalização como um fenômeno que provoca uma dissolução do Estado-nação em múltiplas identidades, entretanto os autores colocam essas novas identidades em uma perspectiva defensiva. A

¹⁸¹ Ibidem, p. 84.

¹⁸² BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 34.

¹⁸³ Ibidem, p. 62.

própria demanda da autonomia, para Bauman, aparece como se fosse uma chance dessas comunidades/identidades resistirem ao mundo globalizado, ou melhor, resistirem à erosão da soberania nacional.

No caso do EZLN, a questão da autonomia é muito mais que uma tentativa “séria e desesperada” de se manter no mundo globalizado. A autonomia aparece não só como uma resistência ao esfacelamento da identidade nacional, mas também como uma defesa da mesma, e mais, a defesa da nação pautada na distribuição do poder entre seus cidadãos.

3.1 Autonomia, soberania e estado-nação

Em 07 de junho de 1989 ocorreu o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho, com o tema *Convenio sobre pueblos indígenas e tribales*. Essa convenção da Organização das Nações Unidas insere-se em um cenário de reconhecimento internacional dos direitos indígenas. O Convenio 169 é uma revisão do Convenio 107, de 1957, que se referia basicamente a organização e as formas de trabalho indígena, principalmente no que dizia respeito aos indígenas que saíam de suas comunidades para trabalhar em empresas agrícolas.

No Convenio 169 além das questões da organização do trabalho, dois pontos são considerados fundamentais, no que diz respeito ao avanço dos direitos indígenas: o primeiro é o reconhecimento do conceito de *pueblo indígena* e o segundo é o reconhecimento do direito a livre determinação dos *pueblos*, seguindo o direito internacional.

O documento é dividido em 10 partes que abordam questões como política, terras, condições de emprego, formação profissional, entre outros. O Convenio 169 parte do pressuposto de que é necessário reconhecer as aspirações dos *pueblos* de assumir suas próprias instituições e formas de vida dentro do marco dos Estados em que vivem¹⁸⁴. No artigo 2, da parte 1 (*Política general*) fica adotado que:

¹⁸⁴ ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Convenio sobre pueblos indígenas y tribales. **ILOLEX: La base de datos sobre las Normas internacionales del trabajo**. Disponível em <<http://ilolex.ilo.ch:1567/public/spanish/50normes/infleg/ilospa/index.htm>>. Acesso em 20 de março de 2005.

Artículo 2

1. Los gobiernos deberán asumir la responsabilidad de desarrollar, con la participación de los pueblos interesados, una acción coordinada y sistemática con miras a proteger los derechos de esos pueblos y a garantizar el respeto de su integridad.

2. Esta acción deberá incluir medidas:

- a) que aseguren a los miembros de dichos pueblos gozar, en pie de igualdad, de los derechos y oportunidades que la legislación nacional otorga a los demás miembros de la población;
- b) que promuevan la plena efectividad de los derechos sociales, económicos y culturales de esos pueblos, respetando su identidad social y cultural, sus costumbres y tradiciones, y sus instituciones;
- c) que ayuden a los miembros de los pueblos interesados a eliminar las diferencias socioeconómicas que puedan existir entre los miembros indígenas y los demás miembros de la comunidad nacional, de una manera compatible con sus aspiraciones y formas de vida¹⁸⁵.

O artigo citado refere-se ao entendimento que o Convenio 169 tem da questão da autonomia, uma vez que reconhece que os povos indígenas possuem o direito a igualdade política e, além disso, dá aos governos a responsabilidade de garantir a esses povos o direito de se organizar de acordo com sua cultura e costumes. É importante ressaltar que, nesse sentido, não é o governo que determina quem tem o direito ou não a autonomia, uma vez que a convenção afirma que a autodefinição é o principal critério para definir o indígena. É a consciência de sua identidade que define os grupos que poderão gozar dos direitos reconhecidos pela OIT e não os governos.

Ainda sobre as questões políticas o Convenio 169 afirma que o reconhecimento dos direitos e das formas de governo dos *pueblos* devem estar inseridos na perspectiva do marco jurídico nacional, esclarecendo que o direito à autodeterminação não é um precedente legal para o separatismo.

O termo autodeterminação originalmente se refere à capacidade das populações definidas a partir de critérios étnicos ou culturais de escolher dentro de um Estado sua forma de governo. Evoca tanto a um aspecto de ordem internacional, no sentido de

¹⁸⁵ Ibidem

reconhecer o direito que um povo tem de não ser submetido à soberania de outro Estado contra a sua vontade e também o de se separar de um Estado ao qual não quer estar sujeito e; no marco do Estado nacional o termo refere-se ao direito que cada povo tem de escolher sua forma de governo¹⁸⁶.

No Convenio 169 a discussão em torno da autodeterminação limita-se a esfera Nacional, nesse sentido o reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas estaria submetido ao sistema jurídico nacional, de forma que o reconhecimento de um, não significasse o rompimento da unidade do direito nacional. Sendo assim, a autodeterminação prevista pelo Convenio 169 está intimamente relacionada com o conceito de autonomia do *V Foro Estatal sobre la Realidade Indígena, Campesina y Negra*.

Hector Díaz-Polanco analisa a questão a autonomia inserindo-a não só na perspectiva jurídica, mas também na questão da organização territorial e na questão das interações étnicas. Para ele a defesa da autonomia representa a construção de estados pluriétnicos democráticos, uma vez que implica em dar expressão política à diversidade¹⁸⁷.

Nesse sentido a questão territorial é fundamental porque ao longo de todo o processo de colonização indígena ela foi amplamente debatida, sendo que, no primeiro momento, os colonizadores concederam aos povos indígenas uma forma de autodeterminação local, limitada e vigiada, modificando inclusive as formas de governo encontradas¹⁸⁸. A territorialidade indígena foi reduzida às comunidades. De acordo com esse ponto de vista as comunidades indígenas e, não as etnias indígenas passaram a ser interpretadas como a fonte das culturas indígenas, entretanto as comunidades representam apenas um dos aspectos da organização dos povos indígenas.

Em função do seu caráter de resistência criou-se um mito de que a força dos grupos indígenas reside exclusivamente nas comunidades, e Polanco afirma que os efeitos dessa interpretação são muitos, entre eles a minimização dos perigos e das ameaças que podem

¹⁸⁶ BALDI, Carlo. Autodeterminação. IN: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. Vol.1. 5ª.ed. Tradução de Carmem C. Varriale (et al.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p.70.

¹⁸⁷ DIÁZ-POLANCO, Héctor. La rebelión de los indios zapatistas y la autonomía. In: CHOMSKY, Noam (et.al.). **Chiapas Insurgente: 5 ensayos sobre la realidad mexicana**. México: Editorial Txalaparta, 1997. p.81.

¹⁸⁸ O sistema de *cacicazgo* comumente interpretado como uma forma de política tipicamente indígena, por exemplo, foi um sistema de governo implementado pelos espanhóis no período da colonização.

provocar o fim das comunidades e a tendência a interpretar essa resistência como algo que se diluiu no tempo, afirmando assim um caráter passivo da luta indígena¹⁸⁹.

Entendemos que as permanências dos grupos étnicos na sociedade estão inseridas em uma perspectiva mais ampla de resistência, que não se restringe à organização das comunidades. Nesse sentido, a autonomia não deve ser apenas uma medida de defesa das comunidades, mas sim uma forma de vincular o reconhecimento dos direitos políticos dos *pueblos* indígenas, com uma democratização da sociedade.

Se partirmos desse pressuposto o reconhecimento da autonomia não deve se limitar a apenas ao reconhecimento de uma etnia, mais ao reconhecimento da diversidade étnica presente nas diversas sociedades. A autonomia inserida em uma perspectiva de democratização significa reconhecer a pluralidade social dentro de uma perspectiva não excludente. Isso implica que, além do reconhecimento é necessário também um pacto constitucional que assegure aos *pueblos* as condições de manter o regime autônomo.

Polanco argumenta que para o regime autônomo se tornar uma medida firme e duradoura é necessário em *empoderamiento* dos sujeitos, ou seja, que as coletividades beneficiadas com o regime de autonomia possam se constituir como cidadãos no sentido de fortalecer as cidadanias étnicas ou multiculturais¹⁹⁰. No caso das comunidades indígenas, esse *empoderamiento* significa:

- a) Que essas coletividades sejam reconhecidas como povos ou grupos com identidades próprias;
- b) Que tenham autoridades próprias eleitas livremente, podendo constituir seus respectivos autogovernos, desde que ele não entre em conflito como marco jurídico nacional;
- c) Que possuam um âmbito territorial próprio;
- d) Que possuam o direito de preservar e modificar seus aspectos socioculturais;
- e) Que possam participar nas instâncias ou órgãos de decisão nacional e local;

¹⁸⁹ Ibidem, p. 84.

¹⁹⁰ DIÁZ-POLANCO, Héctor. La autonomía indígena y la reforma constitucional en México. **Observatorio Social de América Latina**, n.4. Argentina: CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>>. Acesso em 20 de junho de 2005.

- f) Que possuam condições de administrar seus recursos próprios¹⁹¹.

A implantação da autonomia dos regimes autonômicos é fundamental para a distribuição do poder entre os distintos sujeitos políticos presentes nas sociedades. Em relação ao sujeito étnico o regime não representa uma volta ao passado, não afeta a unidade territorial do Estado-Nação e também não altera a plataforma básica dos direitos humanos. Observamos que, na realidade, poderíamos resumir a autonomia em 4 princípios básicos: o da unidade da nação, o de fraternidade entre os grupos étnicos que a compõem, o de igualdade entre os cidadãos dos territórios autônomos e o princípio de igualdade entre os grupos que compartilham a região autonômica. Nesses moldes a autonomia representaria uma mudança não só na vida dos *pueblos* autônomos, mas também daqueles que com eles se relacionam.

No México o processo de implantação da autonomia tem passado por diversas etapas, iniciadas a partir da criação dos MAREZ, entretanto foi a partir dos *Diálogos de San Andrés* que o regime autonômico foi discutido e pensado sob a ótica jurídica, cultural, política e territorial.

Os *Diálogos de San Andrés* foram decisivos para a história indígena no México. Entre 1995 e 1996 o EZLN convocou a sociedade civil, os movimentos indígenas e o governo federal para discutir o reconhecimento da autonomia, inserindo o tema no cenário político mexicano. Os diálogos foram intermediados pela COCOPA e estavam divididos em 6 mesas¹⁹², cada uma com seus respectivos grupos de trabalho.

Durante o período dos diálogos não foram poucas as contradições entre o EZLN e o governo federal, principalmente em relação ao papel do exército e as declarações de cessar-fogo de ambos os lados. De um lado, o governo federal decretava a retirada das tropas, mas não impedia a ação de milícias paramilitares, do outro lado o EZLN dizia ter na palavra sua principal arma, mas não deixava de se apresentar como um exército, nem mesmo quando criou a Frente Zapatista de Libertação Nacional.

Outro ponto a ser destacado é que durante os diálogos o EZLN não deixou de dialogar com a sociedade e de promover eventos paralelos como, por exemplo, o Fórum

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Derechos y cultura indígena (mesa 1), Democracia y justicia (mesa 2), Bienestar y desarrollo (mesa 3), Conciliación en Chiapas (mesa 4), Derechos de la mujer en Chiapas (mesa 5), Cese de hostilidades (mesa 6).

Nacional Indígena. Mesmo debatendo com o governo, o EZLN não deixou de buscar novos espaços na sociedade mexicana. Talvez por não confiar nos rumos de *San Andrés*, mas também, por ser necessário ampliar a adesão da população à causa chiapaneca. Quando os trabalhos da Mesa I de *Derechos y cultura indígena* foram encerrados, o EZLN, comunicou à população sua interpretação do que os diálogos representavam e de qual era sua função:

Porque el EZLN intenta cambiar desde abajo la configuración general del sistema, las bases más profundas de su reproducción, propiciando, junto con muchas otras fuerzas que luchan en el mismo sentido, la sustitución del sistema de partido de Estado por un orden político y social basado en la democracia, en donde quienes manden, manden obedeciendo, en donde se restituya el Estado de derecho y la vigencia de la ley.

Los zapatistas pretenden también, y lo han repetido desde su aparición pública en 1994, recuperar los intereses supremos de la nación y la legitimidad que ha sido disminuida por el autoritarismo gubernamental, sentando las bases para la elaboración consensada de un nuevo constituyente, de un orden legal reforzado en la democracia más amplia y representativa posible: de allí que la Cuarta Declaración de la Selva Lacandona, emitida el primero de enero de 1996, proponga la creación de una fuerza política con otra noción del poder y del ejercicio de lo público, el Frente Zapatista de Liberación Nacional, que enfrente organizadamente la caída de un orden que se precipita aceleradamente hacia su disolución. Esta primera fase de la negociación se inscribe así dentro de una concepción nacional de la problemática del país, con la conciencia plena de poder incluso propiciar la sustitución mundial del actual desorden económico neoliberal que pone en peligro a la humanidad. San Andrés tiene allí su propia dimensión como punto de arranque, de ninguna manera como punto final o meta definitiva. San Andrés es el espacio de una estrategia más amplia de transformación profunda de las relaciones entre los mexicanos. La conclusión de la actual fase es sólo el punto y seguido de una lucha creciente en donde los actores principales no están directamente sentados a la mesa, sino latiendo al unísono de una negociación que el EZLN ha convertido en un diálogo de nuevo tipo, apoyado en sectores diversos del espectro social, que reflejan la riqueza y variedad de la sociedad civil mexicana¹⁹³.

Os neozapatistas reconheceram a importância dos diálogos, como uma etapa essencial para a democratização no México. Longe de dar fim a luta, os *Diálogos de San Andrés* devem ser interpretados como mais um dos caminhos seguidos pelo EZLN rumo à construção de novas relações de poder no México. O resultado dos *Diálogos de San Andrés*

¹⁹³ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **El Diálogo de San Andrés y los Derechos e Cultura Indígenas. Punto y seguido.** México, 15 de fevereiro de 1996. Disponível em <<http://www.palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em 02 de outubro de 2005.

foram os *Acuerdos de San Andrés*, firmados em 16 de fevereiro de 1996 entre o EZLN e o governo federal.

Os *Acuerdos de San Andrés* foram compromissos e propostas conjuntas¹⁹⁴ firmadas entre o EZLN e o governo federal para garantir uma nova relação entre os povos indígenas, a sociedade e o Estado. O principal objetivo dos acordos era acabar com a subordinação dos indígenas, convertendo o acordo em reformas constitucionais. Antes de abordarmos o conteúdo do documento é importante ressaltar que para o EZLN os *Acuerdos de San Andrés* são considerados *acuerdos mínimos*, uma vez que as propostas não satisfaziam todas as demandas políticas dos povos indígenas. A proposta final foi redigida pela COCOPA e mesmo que não atendesse todas as demandas da população indígena, foi aceita pelo EZLN como uma forma de demonstrar flexibilidade e interesse em manter os diálogos e as negociações com o governo federal.

O EZLN foi afirmativo no sentido de deixar registrado que faltou uma discussão para a Reforma do Artigo 27, além disso, considerou insuficiente a proposta relacionada ao desenvolvimento sustentável e à questão da mulher indígena. O EZLN também insistiu ser necessário que o governo marcasse prazos para que os acordos fossem colocados em prática e que fossem nomeados intérpretes conhecedores da cultura indígena para agir no período de aprovação da reforma constitucional.

As outras restrições dizem respeito ao acesso democrático aos meios de comunicação, a exigência de que os indígenas migrantes também tivessem seus direitos assegurados pelos acordos e que o governo explicitasse a forma como iria garantir o acesso das comunidades indígenas à infraestrutura e à gestão de seus recursos econômicos.

O documento inicia falando da importância de reconhecer o *Acuerdo de San Andrés* como parte decisiva da “nova relação” entre o Estado e os povos indígenas. Partindo do reconhecimento do processo histórico de exclusão e subordinação desses povos, o acordo tem como ponto de partida o compromisso de estimular a participação dos indígenas na vida política do México¹⁹⁵. É importante destacar que o acordo não se insere em uma

¹⁹⁴ As propostas são consideradas conjuntas porque tendo em vista a transformação do acordo em reformas constitucionais, ficou decidido que o governo consultaria o EZLN antes da aprovação.

¹⁹⁵ **Acuerdo de San Andrés.** Disponível em < http://www.ezln.org/san_andres/documento_3.htm >. Acesso em 20 de junho de 2005.

perspectiva de integração, tal como o indigenismo, mas sim em uma política de reconhecimento e respeito à diversidade, baseada no Convênio 169 da OIT.

No intuito de tornar efetiva essa relação, o governo federal comprometeu-se a reconhecer alguns direitos de ordem política, jurídica, social, econômica e cultural. Os principais eram: o reconhecimento do autogoverno e das autoridades eleitas pelos conselhos indígenas, a autonomia para exercer seu sistema jurídico e para decidir sobre suas formas de organização social, o direito de decidir sobre suas formas de gerar, investir e distribuir seus recursos e, a garantia de cultura dos *pueblos*, como parte da nação mexicana.

O documento foi regido por 5 princípios. O pluralismo, a sustentabilidade, a integralidade, a participação e a livre determinação. Todos os princípios estavam relacionados com a necessidade de oferecer garantias para tornar a autonomia um regime efetivo, relacionando o reconhecimento da diversidade cultural como parte da nação, o que significa que os *pueblos* possuem direitos e deveres assegurados pelo Estado. Além disso, os princípios reafirmam o direito à participação política dos *pueblos* e a questão do autogoverno.

O ponto central do acordo era dar as bases para a modificação das leis, para que a autonomia fosse reconhecida a partir de um marco jurídico nacional. A proposta de reforma constitucional, realizada pela COCOPA, só foi finalizada em 29 de novembro de 1996 e, os desdobramentos da proposta e seu processo de aprovação representaram um dos maiores desafios enfrentados pelo EZLN desde sua emergência.

3.2 A traição de San Andrés

As principais modificações constitucionais realizadas pela COCOPA em seu projeto de Reforma Constitucional, baseavam-se na modificação dos artigos 4 e 115 da constituição mexicana. Em seu texto original o artigo 4 diz o seguinte:

La nación mexicana tiene una composición pluricultural sustentada originalmente en sus pueblos indígenas. La ley protegerá y promoverá el desarrollo de sus lenguas, cultura, usos, costumbres, recursos, y formas específicas de organización social, y garantizará a sus integrantes el efectivo acceso a la jurisdicción del Estado. En los juicios y procedimientos agrarios en que aquellos sean parte, se tomarán en cuenta sus prácticas e costumbres jurídicas en los términos que establezca la ley.

El varón e la mujer son iguales ante la ley. Esta protegerá la organización y el desarrollo de la familia.

Toda persona tiene derecho a decidir de manera libre, responsable, e informada sobre el número y el espaciamiento de sus hijos.

Toda persona tiene derecho a la protección de la salud. La ley las bases y las modalidades de acceso a los servicios de salud y establecerá la concurrencia de la federación y las entidades federativas en materia de salubridad general, conforme a lo que dispone la fracción XVI del artículo 73 de esta constitución.

Toda persona tiene derecho a un medio ambiente adecuado para su desarrollo e bienestar.

Toda familia tiene derecho de disfrutar de vivienda digna y decorosa. La ley establecerá los instrumentos y apoyos necesarios a fin de alcanzar tal objetivo.

Los niños y las niñas tienen derecho a la satisfacción de sus necesidades de alimentación, salud, educación, e sano esparcimiento para su desarrollo integral.

Los ascendientes, tutores y custodios tienen el deber de preservar estos derechos. El Estado proveerá el necesario para propiciar el respecto a la dignidad de la niñez y el ejercicio pleno de sus derechos.

El Estado otorgará facilidades a los particulares para que coadyuven al cumplimiento de los derechos de la niñez¹⁹⁶

O reconhecimento do México como uma nação pluricultural não implica no reconhecimento dos direitos políticos dos povos indígenas e, na Reforma Constitucional formulada pela COCOPA, a partir dos *Acuerdos de San Andrés*, o pluriculturalismo continua sendo sustentado pelos *pueblos*, entretanto também se reconhece o direito à livre determinação dos *pueblos*, se define os limites da autonomia, há um reconhecimento dos usos e costumes como um sistema normativo indígena e, além disso, aprova uma educação bilíngüe e intercultural.

O outro artigo que também sofreu uma grande modificação foi o artigo 115 que em seu texto original trata da divisão dos poderes no âmbito local e nacional. No texto da COCOPA o artigo 115 reconhece a livre determinação e a autonomia no âmbito local, reconhece o direito dos *pueblos* de criarem seu sistema normativo, desde que esse, não entre em contradição com a legislação local e dá o direito à remunicipalização dos territórios indígenas que, vem a ser confirmada, com a reforma do artigo 53, que é fundamental no sentido de associar a questão da autonomia com o território.

La propuesta de reformas constitucionales redactada por la Cocopa parte del reconocimiento y la definición de los pueblos indígenas como sujetos de los derechos

¹⁹⁶ **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos de 1917.** Disponível em < http://www.yucatan.com.mx/especiales/constitucion/tit_primero1.asp >. Cap. 1 Artigo 4.

consignados en los artículos constitucionales que propone reformar. Se plantea el reconocimiento de las comunidades indígenas como entidades de derecho público, del mismo modo en que ya lo son actualmente los municipios. La propuesta reconoce el derecho a la autonomía de los pueblos indígenas, en el marco del Estado mexicano, y precisa los ámbitos políticos, jurídicos y sociales en los que se hará valer dicha autonomía. Así, se reconoce el derecho de los pueblos a elegir a sus autoridades de acuerdo con sus tradiciones, y a ejercer sus sistemas normativos propios en ámbitos específicos. La propuesta establece también el derecho de los pueblos indígenas al disfrute y aprovechamiento de los recursos naturales en las tierras y los territorios que actualmente usan u ocupan de alguna manera¹⁹⁷.

A proposta de Reforma Constitucional demorou cerca de 4 anos para ser aprovada pelo Congresso Nacional Mexicano. Ao longo desse período o governo mexicano não só recuou como também rejeitou parte das propostas elaboradas a partir dos diálogos, além disso, a demora do governo em aprovar a *Ley sobre derechos y cultura indígena*, comprometeu as negociações das demais mesas de San Andrés.

Adite-se que além dos limites colocados pelo governo, no sentido de dar morosidade ao processo, as *guardias blancas* não deixaram de agir e, a violência não-institucional acabou se tornando um dos maiores limites não só para a continuação dos diálogos, como também para o exercício da autonomia nos MAREZ.

Um dos momentos mais difíceis, foi o massacre de Acteal, ocorrido no dia 22 de dezembro de 1997. A agressão, segundo as investigações do EZLN, duraram cerca de 4 horas e, ao final, teve um saldo de 45 indígenas assassinados, entre eles, 9 homens, 21 mulheres e 15 crianças¹⁹⁸. Por outro lado, o governo federal apressou-se em afirmar que o massacre fora resultado de disputas entre diferentes comunidades de Chenalhó, de caráter étnico ou religioso. Héctor Aguilar Camín em um texto publicado pelo jornal La Jornada, defendeu a tese da disputa comunitária, contudo não isentou o governo de sua responsabilidade:

¹⁹⁷ MONJARDIM, Adriana López. La crisis del diálogo entre el EZLN y el gobierno federal. **La Jornada**. México, 16 de fevereiro de 1998. Disponível em <<http://www.jornada.unam.mx/1998/02/16/crisis.html>>.

¹⁹⁸ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **La responsabilidad directa de la matanza de Acteal recae en Ernesto Zedillo Ponce de León y la Secretaría de Gobernación, quienes desde hace años dieron luz verde al proyecto de contrainsurgencia presentado por el Ejército Federal**. México 23 de dezembro de 1997. Disponível em <www.palabra.ezln.org.mx>. Acesso em 22 de outubro de 2006.

Nadie en su sano juicio político puede compartir la visión conspirativa del *subcomandante* Marcos en el sentido de que la matanza de Acteal, en Chenalhó, fue montada por el gobierno de Zedillo. Nadie en su sano juicio moral puede compartir tampoco la visión del secretario de Gobernación exculpando al gobierno que representa de toda responsabilidad en los acontecimientos. El gobierno de la República no es culpable, pero tiene una responsabilidad que asumir en la violencia de Chenalhó, porque no actuó a tiempo a sabiendas de que el conflicto estaba ahí. No actuar a tiempo para evitar la violencia es un pecado invisible pero es un pecado mayor de la autoridad, cuya función primera es prevenir, arbitrar y contener la violencia entre particulares, garantizando así la seguridad para todos. Muchas cosas pueden alegarse, menos que el gobierno federal desconocía la situación. Hoy, como en 1993, bastaba leer la prensa para medir las dimensiones posibles del problema. Según las cifras de Gustavo Hiraes, asesor hasta hace muy poco de la delegación gubernamental negociadora en Chiapas, el bando de los asesinos de Acteal, que masacró a 45 personas el 22 de diciembre, llevaba *más de sesenta muertos* a manos del bando de los victimados, que llevaban, por su parte, *más de veinte*. La matanza estaba en marcha hace tiempo. No hay dependencia federal vinculada a la secuela de la violencia en Chiapas, luego de la rebelión de enero de 1994, que no haya advertido los riesgos de la agudización del conflicto en comunidades como Chenalhó y en el norte del estado. Las primeras investigaciones del procurador general de la República en el sentido de que la violencia en Chenalhó tiene una historia de rencillas comunitarias que se remontan a los años treinta, lejos de tranquilizar, poniendo las cosas en perspectiva, aviva la inquietud por el futuro inmediato de la zona. Se viven ahí viejos desgarramientos comunitarios, agravados ahora por una rivalidad religiosa y política a la que le hace falta muy poco para dar el brinco hacia la práctica de limpieza étnica que arrasó pueblos completos en la antigua Yugoslavia. La decisión de los asesinos de erradicar "la semilla zapatista" guarda una siniestra coherencia con el correspondiente asesinato de mujeres y niños. Como en la antigua Yugoslavia, no se trata aquí sólo de matar a los enemigos vivos, sino también a quienes pueden volverse o pueden engendrar enemigos futuros¹⁹⁹.

O EZLN esforçou-se para dar seu parecer a respeito da investigação governamental, afirmando que os indígenas de Chenalhó são de origem tzotzil e católicos e que, nesse sentido, não havia um quadro de disputa na região²⁰⁰. O jogo de acusações foi muito evidenciado pela imprensa mexicana que, em seus posicionamentos, a favor ou contra o EZLN, muitas vezes deixava de abordar a complexidade do acontecimento.

¹⁹⁹ CÁMIN, Héctor Aguilar. La omisión federal. **La Jornada**. México, 29 de dezembro de 1997. Disponível em <<http://www.jornada.unam.mx/1997/12/29/camin.html>>. Acesso em 22 de outubro de 2006.

²⁰⁰ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Informe de los últimos resultados de nuestras investigaciones sobre la matanza de Acteal**. México, 26 de dezembro de 1997. Disponível em <www.palabra.ezln.org.mx>. Acesso em 22 de outubro de 2006.

Por um lado é preciso compreender que a criação dos municípios autônomos e até mesmo seu reconhecimento legal, implicava em uma re-distribuição dos poderes locais em um contexto de guerra e resistência, nesse sentido, é óbvio que o reconhecimento dos municípios autônomos também passa pelo reconhecimento da violência.

Es necesario analizar, entonces, las maneras en las que los indígenas chiapanecos experimentan el conflicto, cómo viven amenazados por una serie de agresiones ineludibles. La violencia no es, simplemente, algo que "les pasa", sino una dimensión de su existencia, y así como en algunos casos podría provocar el desconcierto y la parálisis, también puede desencadenar la creatividad de los pueblos, obligados a lidiar con una serie de hechos nuevos ante los que nadie se encuentra suficientemente preparado. Las formas represivas tradicionales en Chiapas durante los años anteriores al levantamiento zapatista, siempre graves y violatorias de los derechos humanos, resultaban también relativamente predecibles, en la medida en que han estado insertas en las estructuras de dominación. Por el contrario, la intensificación de la guerra y las ofensivas militares y paramilitares contra las comunidades indígenas suponen un nivel extraordinario de incertidumbre, porque se despliegan en un campo ajeno al de las experiencias previas. Esta incertidumbre, deliberadamente provocada como parte de la guerra sucia, invoca el miedo y la confusión, pero al mismo tiempo los pueblos descubren nuevas formas de resistencia, esperanza y creatividad, a través de su organización y en sus espacios y actos cotidianos²⁰¹.

Não se trata de determinar que são as vítimas e quem são os agressores, mas sim como as comunidades lidam com essa violência real no seu cotidiano, uma vez que ela se apresenta como um elemento de desordem. Os dados da violência em Chiapas, não se restringem apenas ao massacre de Acteal e, nesse processo em que a violência é uma ação que provoca as mais distintas reações e, se apresenta como algo que cerca a visão de vida, morte e sobrevivência das comunidades, as *guardias blancas* e os paramilitares são os verdadeiros agentes responsáveis pela desorganização dos municípios rebeldes.

²⁰¹ MONJARDIM, Adriana López e MILLÁN, Dulce Maria Rebolledo. Los municipios autónomos zapatistas. **Revista Chiapas**, n.º 7. Disponível em <http://www.ezln.org/revistachiaoas/No7/ch7_monjardim.html>. Acesso em 13 de abril de 2005.

No cotidiano das comunidades essa violência contra os municípios representa a violência contra a família, principalmente na figura da mulher. Não são poucos os casos de estupros e, se levarmos em consideração o preconceito que a mulher indígena já sofre nas comunidades²⁰², além da violência ela é obrigada a conviver com a humilhação e a vergonha.

Por outro lado, não dá para afirmarmos que a violência é o único elemento que abala a estrutura dos municípios autônomos. Temos que deixar claro que embora o EZLN se considere um movimento indígena, nem todos os indígenas de Chiapas são neozapatistas e, além disso, as comunidades indígenas possuem as mais diversas orientações em torno dos seus sistemas normativos e religiosos. Um dos maiores desafios das comunidades passa exatamente pela conciliação da religiosidade.

A partir da década de 90 houve um crescimento das religiões evangélicas e, a intolerância religiosa, por parte dos índios, passou a ser um dos maiores problemas no que diz respeito aos compromissos comunitários. Além disso, a discriminação contra a participação política das mulheres é mais um problema que as comunidades tem que enfrentar, rumo a democratização de suas próprias estruturas²⁰³.

Quando o governo afirma que o massacre em Acteal é fruto de disputas intercomunitárias e o EZLN afirma que é resultado da ação de paramilitares, observamos que há argumentação que dá sustentação para as duas versões do acontecimento e, o fato é que em função desse jogo duplo de acusações o massacre de Acteal até hoje é uma incógnita para a justiça mexicana. Também devemos considerar que fora do espaço da disputa política há outras versões para o Massacre de Acteal, complexificando ainda mais as interpretações em torno dos acontecimentos. Não deixamos de concordar com Cármin quando ele afirma que independente de seu papel no conflito, o governo mexicano é o grande responsável pela tragédia, em função do descaso em relação aos indígenas.

²⁰² Nas comunidades indígenas a questão do preconceito em relação as mulheres é uma das características que vêm sendo superada através das discussões e da prática política, sendo que algumas mulheres possuem cargos de comando no CCRI, como, por exemplo, a Comandante Esther e a já falecida Comandante Ramona.

²⁰³ CARLSEN, Laura. Autonomia indígena y usos y costumbres: la innovación de la tradición. **Revista Chiapas**, n ° 7. Disponível em <http://www.ezln.org/revistachiaoas/No7/ch7_monjardim.html>. Acesso em 13 de abril de 2005.

Também consideramos que além do descaso, a tragédia de Acteal está inserida em um contexto de aprovação da Reforma Constitucional, sendo assim, os recuos do governo durante os diálogos e a morosidade com a qual o projeto foi levado pela Câmara, também influenciaram o aumento das tensões em Chiapas. Diante dos atrasos, os neozapatistas intensificaram as mobilizações. Em 15 de março de 1998 o governo federal apresentou sua proposta de reforma constitucional, com termos bem distintos dos que foram colocados nos *Acuerdos de San Andrés*.

O principal ponto de embate entre a proposta da COCOPA e a do governo federal, diz respeito a quem possui o direito à autonomia. No texto governamental a livre determinação é um direito dos *pueblos* e sua expressão concreta é a autonomia das comunidades indígenas:

La Nación mexicana tiene una composición pluricultural sustentada originalmente en sus pueblos indígenas, que son aquéllos que descienden de poblaciones que habitaban en el país al iniciarse la colonización y antes de que se establecieran las fronteras actuales de los Estados Unidos Mexicanos y que cualquiera que sea su situación jurídica conservan sus propias instituciones sociales, económicas, culturales y políticas, o parte de ellas.

Con respeto a las demás disposiciones de esta Constitución y a la unidad del Estado Mexicano, los pueblos indígenas tienen derecho a la libre determinación; la expresión concreta de ésta es la autonomía de las comunidades indígenas para:

- I. Decidir sus formas internas de convivencia y de organización social, económica, política y cultural;
- II. Aplicar sus sistemas normativos en la regulación y solución de conflictos internos, respetando las garantías individuales, los derechos humanos y, en particular, la dignidad e integridad de las mujeres; sus procedimientos, juicios y decisiones serán convalidables, en los términos que las leyes señalen, por las autoridades jurisdiccionales del Estado;
- III. Elegir a sus autoridades y ejercer sus formas de gobierno internos de acuerdo con sus normas, garantizando la participación de las mujeres en condiciones de equidad;
- IV. Fortalecer su participación y representación políticas de conformidad con sus tradiciones;
- V. De acuerdo con las formas y modalidades de propiedad previstas en el artículo 27 de esta Constitución, acceder de manera colectiva al uso y disfrute de los recursos naturales, salvo aquéllos cuyo dominio directo corresponda a la Nación;

VI. Preservar y enriquecer sus lenguas, conocimientos y todos los elementos que configuren su cultura e identidad, y

VII. Adquirir, operar y administrar sus propios medios de comunicación, en los términos que las leyes de la materia establezcan.

La Federación, los Estados y los Municipios deberán, en el ámbito de sus respectivas competencias, y con el concurso de las comunidades indígenas, promover su desarrollo equitativo y sustentable y la educación bilingüe e intercultural. Asimismo, deberán impulsar el respeto y conocimiento de las diversas culturas existentes en la Nación y combatir toda forma de discriminación.

El Ejecutivo Federal, en consulta con las comunidades indígenas, definirá y desarrollará programas educativos de contenido regional, en los que se reconocerá la herencia cultural de los pueblos indígenas.

El Estado impulsará programas específicos de protección de los derechos de los indígenas migrantes, tanto en el territorio nacional como en el extranjero; en este último caso conforme a los principios del derecho internacional.

Para garantizar el acceso pleno de los indígenas a la jurisdicción del Estado, en todos los juicios y procedimientos que involucren a indígenas, se tomarán en cuenta sus prácticas y particularidades culturales, respetando los preceptos de esta Constitución. Los indígenas tendrán en todo tiempo el derecho a ser asistidos por intérpretes y defensores que tengan conocimiento de su lengua y cultura.

El Estado establecerá las instituciones y políticas necesarias para garantizar la vigencia de los derechos de las comunidades indígenas y su desarrollo integral, las cuales deberán ser diseñadas y operadas conjuntamente con dichas comunidades.

Las constituciones y leyes de los Estados de la República, conforme a sus particulares características, establecerán las disposiciones y modalidades pertinentes para la aplicación de los principios señalados, garantizando los derechos que esta Constitución otorga a las comunidades indígenas²⁰⁴.

²⁰⁴ **Iniciativas de Reformas Constitucionales en materia de Derechos y Cultura Indígena que presenta el Ejecutivo Federal al Congreso Mexicano.** Disponible em < <http://www.gobernacion.gob.mx/chiapas/iniciativa.html> >. Acesso em 16 de abril de 2005.

A questão reside no fato que tanto nos *Acuerdos de San Andrés*, quanto no projeto de lei da COCOPA e, também no Convenio 169 da OIT, são os *pueblos* e, não, as comunidades que são sujeitos de ambos os direitos: o de livre determinação e o de autonomia. A iniciativa do governo Zedillo dissocia o sujeito de um e do outro direito. Os *pueblos* possuem o direito a livre determinação enquanto que as comunidades possuem o direito à autonomia, ocasionando na inviabilização da proposta uma vez que a autonomia é a expressão concreta da livre determinação. O projeto de lei do governo reduz a autonomia ao âmbito das comunidades e, como já afirmamos anteriormente, o fato das comunidades terem resistido ao longo desses anos, não significa que elas sejam capazes de assegurar o futuro dos povos indígenas em sua totalidade.

A proposta do governo não significava apenas uma redução da lei COCOPA, da forma como o texto foi apresentado, a modificação implicava em aprovar uma lei completamente diferente e distante do que foi amplamente discutido em San Andrés. Além disso, a proposta de modificação do artigo 115 representava um ataque direto ao projeto autonômico:

I a IV. ...

V. Los Municipios, en los términos de las leyes federales y estatales relativas, estarán facultados para formular, aprobar y administrar la zonificación y planes y programas de desarrollo municipal y urbano; participar en la creación y administración de sus reservas territoriales; controlar y vigilar la utilización del suelo en sus jurisdicciones territoriales; intervenir en la regularización de la tenencia de la tierra urbana; otorgar licencias y permisos para construcciones, y participar en la creación y administración de zonas de reservas ecológicas. Para tal efecto y de conformidad a los fines señalados en el párrafo tercero del artículo 27 de esta Constitución, expedirán los reglamentos y disposiciones administrativas que fueren necesarios.

En los planes de desarrollo municipal y en los programas que de ellos se deriven, los ayuntamientos le darán participación a los núcleos de población ubicados dentro de la circunscripción municipal, en los términos que establezca la legislación local. En cada Municipio se establecerán mecanismos de participación ciudadana para coadyuvar con los ayuntamientos en la programación, ejercicio, evaluación y control de los recursos, incluidos los de origen federal, que se destinen al desarrollo social;

VI a VIII. ...

IX. En cada Municipio, las comunidades indígenas tendrán derecho a asociarse libremente a fin de coordinar sus acciones para la promoción de su desarrollo económico y social.

En términos del último párrafo de la fracción III de este artículo, los Municipios con población mayoritariamente indígena podrán coordinarse y asociarse para promover su desarrollo. Las autoridades competentes transferirán de manera ordenada los recursos que se asignen a estos Municipios, para su administración directa por los mismos, y

X. En los Municipios con población de mayoría indígena, la legislación local establecerá las bases y modalidades para asegurar la participación de las comunidades indígenas en la integración de los ayuntamientos, organismos auxiliares e instancias afines.

Las legislaturas de los Estados, al aprobar la creación de nuevos Municipios, tomarán en cuenta la distribución geográfica de las comunidades indígenas, previa opinión de las poblaciones involucradas.

Da forma como o governo considerou a relação entre regiões autonômicas e municípios, a autonomia se expressará e será exercida no âmbito municipal, nos termos estabelecidos pelas constituições locais e, seu regime normativo, deverá ser aprovado pelos estados. Pensada e organizada dessa forma a autonomia converte-se em heteronomia, uma vez que suas formas de organização não serão determinadas pelos indígenas, mas sim, pelos poderes administrativos locais. Ao contrário da autonomia, em que as comunidades criariam suas leis em conformidade com a Constituição, o modelo proposto pelo governo significa heteronomia porque as leis a serem seguidas pelas indígenas, seriam criadas por terceiros, ou seja, fora de suas formas de organização e, conseqüentemente, impostas pelos mecanismos legais.

Outro ponto a ser considerado é que durante os diálogos o EZLN já apontava para a necessidade de discutir a reforma do artigo 27 e, conseqüentemente a questão do território indígena. Se a lei da COCOPA foi insuficiente na questão do território, a proposta de Zedillo foi completamente omissa, o que restringe ainda mais a aplicação da autonomia. A reação do EZLN veio através da divulgação da *Quinta Declaración de la Selva Lacandona*, onde afirmava que na tentativa de buscar uma solução pacífica para o conflito, o governo federal havia falhado naquela que era a demanda essencial do EZLN, a aprovação e o reconhecimento dos direitos indígenas.

Na primeira parte do documento o EZLN se compara ao governo federal, não só no sentido de afirmar uma oposição entre ambos, mas também para ressaltar suas qualidades morais, sobre um adversário que não cumpre os acordos firmados. O tema central da Quinta Declaración é a traição de San Andrés por parte do governo e, a negação da proposta governamental por parte do EZLN. A principal recusa é a da redução da autonomia dos *pueblos* às comunidades, tendo em vista as diversas formas de organização dos indígenas:

Una reforma constitucional en materia de derechos y cultura indígenas no debe ser unilateral, debe incorporar los Acuerdos de San Andrés y reconocer así los aspectos fundamentales de las demandas de los pueblos indios: autonomía, territorialidad, pueblos indios, sistemas normativos. En los Acuerdos se reconoce el derecho a la autonomía indígena y el territorio, conforme al convenio 169 de la OIT, firmado por el Senado de la República. Ninguna legislación que pretenda encoger a los pueblos indios al limitar sus derechos a las comunidades, promoviendo así la fragmentación y la dispersión que hagan posible su aniquilamiento, podrá asegurar la paz y la inclusión en la Nación de los más primeros de los mexicanos. Cualquier reforma que pretenda romper los lazos de solidaridad históricos y culturales que hay entre los indígenas, está condenada al fracaso y es, simplemente, una injusticia y una negación histórica. Aunque no incorpora todos los Acuerdos de San Andrés (una prueba más de que no fuimos intransigentes, aceptamos la labor de la coadyuvancia y la respetamos), la iniciativa de ley elaborada por la Comisión de Concordia y Pacificación es una propuesta de ley que nace del proceso de negociación y, por tanto, está en el espíritu de darle continuidad y razón de ser al diálogo, es una base firme que puede abrir la solución pacífica del conflicto, se convierte en una importante ayuda para anular la guerra y preceder a la paz. La llamada "ley Cocopa" se elabora sobre la base de lo que produjeron los pueblos indios desde abajo, reconoce un problema y sienta las bases para solucionarlo, refleja otra forma de hacer política, la que aspira a hacerse democrática, responde a una demanda nacional de paz, une a sectores sociales y permite seguir adelante en la agenda de los grandes problemas nacionales. Por eso hoy ratificamos que apoyamos la iniciativa de ley elaborada por la Comisión de Concordia y Pacificación y demandamos que se eleve a rango constitucional²⁰⁵.

O documento tinha como prerrogativa a afirmação da lei elaborada pela COCOPA, como àquela que embora não representasse por completo as demandas indígenas, era fruto do diálogo e da negociação entre as partes. Quando o governo recua e lança um projeto de lei, diferente dos termos de *San Andrés* há um aumento da desconfiança em relação ao Estado mexicano e seu papel para solucionar o conflito indígena.

²⁰⁵ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Quinta Declaración de la Selva Lacandona**. México, 17 de julio de 1998. Disponível em <www.palabra.ezln.org>. Acesso em 25 de outubro de 2005.

A *Quinta Declaración* convoca a população a lutar pelos direitos indígenas, como um passo para a democracia. Além disso, o EZLN se compromete a realizar uma consulta nacional para averiguar se a lei da COCOPA é, ou não, aceita pela população e, qual o posicionamento dos mexicanos em relação à guerra de baixa intensidade²⁰⁶. Os termos da consulta foram definidos em novembro, após o encontro do EZLN com a sociedade civil e, ficou decidido que todos os mexicanos maiores de 12 poderiam participar da consulta e a mesma só seria realizada em 21 de março de 1999, prazo considerado suficiente para promover uma divulgação ampla e incluyente da consulta²⁰⁷. As perguntas da consulta foram:

Pregunta 1. ¿Estás de acuerdo en que los pueblos indígenas deben ser incluidos con toda su fuerza y riqueza en el proyecto nacional y tomar parte activa en la construcción de un México nuevo?

Pregunta 2. ¿Estás de acuerdo en que los derechos indígenas deben ser reconocidos en la Constitución mexicana conforme a los acuerdos de San Andrés y a la propuesta correspondiente de la Comisión de Concordia y Pacificación del Congreso de la Unión?

Pregunta 3. ¿Estás de acuerdo en que debemos alcanzar la paz verdadera por la vía del diálogo, desmilitarizando el país con el regreso de los soldados a sus cuarteles como lo establecen la Constitución y las leyes?

Pregunta 4. ¿Estás de acuerdo en que el pueblo debe organizarse y exigir al gobierno que ``mande obedeciendo" en todos los aspectos de la vida nacional?

Estas preguntas podrán responderse con un sí, no, no sé²⁰⁸.

²⁰⁶ Agressões e enfrentamentos não declarados oficialmente, realizados, na maioria das vezes, por tropas paramilitares, provocando ameaças verbais e físicas a membros das comunidades zapatistas, além de assassinatos, roubos e destruição de casas e plantações.

²⁰⁷ COMANDANCIA GENERAL DO EZLN. *Convocatoria a la consulta por el Reconocimiento de los Derechos de los Pueblos Indios y por el Fin de la Guerra de Exterminio*. México, 11 de dezembro de 1998. Disponível em <www.palabra.ezln.org>. Acesso em 25 de outubro de 2005.

²⁰⁸ Ibidem.

Durante a realização da consulta participaram cinco mil delegados neozapatistas (2.500 mulheres, 2.500 homens) e 28 mil apoiadores em 2.635 bases de apoio. O resultado da consulta foi a participação de mais de 2,5 milhões de mexicanos, sendo que 95% votaram a favor do EZLN²⁰⁹. Nos meses seguintes as comunidades foram obrigadas a conviver com a intensificação da ofensiva militar na região e, paralelo aos ataques o EZLN buscava aumentar suas bases de apoio na sociedade mexicana, através da realização de encontros com diversos setores sociais como, por exemplo, estudantes, professores e trabalhadores rurais.

Começaram também as campanhas eleitorais e, Vincent Fox, candidato do Partido da Ação Nacional (PAN), demonstrava interesse em entrevistar o Subcomandante Marcos, para se posicionar a favor da causa indígena. Os outros candidatos eram Francisco Labastida Ochoa (PRI) e, novamente, Cuauhtémoc Cárdenas (PRD). Todos os candidatos diziam ter interesse em resolver o problema de Chiapas.

Em 19 de junho de 2000 o EZLN lança um comunicado a respeito das eleições. O principal tema é o Poder e, os neozapatistas fazem críticas às campanhas eleitorais divulgadas nos grandes veículos de comunicação, uma vez que, essas campanhas se inserem na lógica dos espelhos de Poder, dificultando uma compreensão mais crítica da realidade sócio política. Para o EZLN, durante as eleições os cidadãos não são convocados a decidir a favor de um projeto político, mas sim, a favor da melhor imagem de projeto político. Ademais, havia também o problema do PRI que já estava no poder há 70 anos, nesse sentido, o EZLN alertou a população para o presidencialismo mexicano e sua distância do modelo democrático como uma forma de sucessão de poderes e projetos políticos²¹⁰.

O documento insiste na visão de Poder projetada em 1995 e, o EZLN afirmou que não iria apoiar nenhum candidato à eleição, mesmo que esse candidato fosse da esquerda, nesse caso, a esquerda institucional. Os argumentos dos neozapatistas passam, exatamente, pela visão que o movimento tem do Poder institucional e, pela luta por conciliar política e moral. Questionados sobre o porquê não apoiar o PRD, eles respondem:

²⁰⁹ ARELLANO, Alejandro Buenrostro y e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo de (orgs.). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 350.

²¹⁰ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre el próximo proceso electoral**. México, 11 de dezembro de 1998. Disponível em <www.palabra.ezln.org>. Acesso em 25 de outubro de 2005.

Para los zapatistas, la política es una cuestión de principios. No sólo de principios, pero también de principios. Quienes tienen como principios el cambio social y la lucha civil y pacífica para lograrlo, deben obrar en consecuencia, sin importar las adversidades o coyunturas, si quieren tener legitimidad en el México de abajo. Hoy, frente al actual proceso electoral, los zapatistas nos pronunciamos por el respeto a esta forma de lucha civil y pacífica, y por el que todas las opciones políticas (la derecha y la izquierda, para usar términos geográficos) estén representadas, de modo que el ciudadano pueda realmente elegir de entre ellas. Rechazamos el argumento del "voto útil"²¹¹.

Na linguagem utilizada na Internet sabemos que os textos escritos em letras maiúsculas representam que o falante está com a voz alta, está gritando. Todo o texto sobre o processo eleitoral encontra-se nessa condição, por isso, também entendemos que mais que um posicionamento em torno do processo eleitoral, o documento também em um grito, um chamado do EZLN à população, principalmente porque a *Convención Nacional Democrática*, de 1994, não foi suficiente para promover o debate rumo a democracia eleitoral de acordo com os objetivos do EZLN e, pela necessidade de romper com a hegemonia eleitoral do PRI. No final do texto, o EZLN reafirma sua posição em relação ao Poder institucional:

El tiempo electoral no es el tiempo de los zapatistas. No sólo por nuestro sin rostro y nuestra resistencia armada. También, y sobre todo, por nuestro afán en encontrar una nueva forma de hacer política que poco o nada tiene qué ver con la actual. Queremos encontrar una política que vaya de abajo hacia arriba, una en la que el "mandar obedeciendo" sea más que una consigna; una en la que el poder no sea el objetivo, una en la que el "referéndum" y "plebiscito" sean más que palabras de difícil ortografía; una en la que un funcionario pueda ser removido de su cargo por elección popular. De los partidos políticos decimos que no nos sentimos representados por ninguno. No somos ni perredistas ni panistas, mucho menos priístas. A los partidos les criticamos su distancia de la sociedad, su existencia y actividad sólo de acuerdo al calendario electoral, el pragmatismo político que cunde en sus direcciones, el malabarismo cínico de algunos de sus miembros, el desprecio hacia el diferente. Democracia es que, independientemente de quién está en un puesto, la mayoría de la gente tenga el poder de decisión sobre los asuntos que le incumben. Es el poder de la gente para sancionar a quien está de gobierno, dependiendo de su capacidad,

²¹¹ Ibidem.

honestidad y eficacia. En la idea zapatista, la democracia es algo que se construye desde abajo y con todos, incluso con aquellos que piensan diferente a nosotros. La democracia es el ejercicio del poder por la gente todo el tiempo y en todos los lugares.

A eleição do ano 2000 é considerada um marco para a história política do México, uma vez que ela rompeu com a hegemonia do PRI no poder e, após 71 sem alteração político partidária, elegeu Vicent Fox, candidato do PAN à presidência. De 19 de junho de 2000 até o dia da posse presidencial em 2 de dezembro, o EZLN emitiu apenas 5 documentos. Três não se referiam ao governo, um apresentava o balanço do governo Zedillo e, o último após o anúncio do candidato vitorioso, convocava a imprensa para uma declaração que seria dada a respeito do posicionamento do EZLN frente ao novo governo.

No documento de 2 de dezembro, cujo único destinatário era Fox, o EZLN começa afirmando que o presidente herdou uma guerra e, nesse sentido, ele reafirma a luta neozapatista independente da alternância dos partidos políticos no governo. O EZLN, inclusive evidencia que a desconfiança em relação ao governo é independente dos partidos políticos e que o EZLN não dará apoio a nenhum governo que ignore a causa indígena e promova o neoliberalismo.

O EZLN entendeu que Fox chegou ao poder devido ao repúdio que o PRI provocou na sociedade mexicana, contudo os neozapatistas afirmam que a verdadeira vitória não foi de Fox, mas sim da população que, no entendimento deles, não só votou contra o PRI, mas essencialmente contra o que o PRI representava enquanto Poder²¹². Em nossa análise, esse documento está inserido em uma resposta implícita aos setores da sociedade mexicana que acreditavam que o EZLN perderia os argumentos de sua luta caso o PRI perdesse o poder, sendo assim, o documento não deve ser interpretado apenas como um esclarecimento a Vicent Fox, mas essencialmente, um esclarecimento à sociedade mexicana em geral que tinha como principal objetivo reafirmar a luta neozapatista no novo contexto político.

²¹² COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A Vicent Fox: es mi deber informarle que a partir de hoy ha heredado una guerra en el suroeste mexicano.** Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

No mesmo dia, o EZLN também divulgou um comunicado afirmando que ainda mantinha o interesse no diálogo e, no cumprimento dos acordos, sendo que o movimento exigiu do novo governo garantias para que o diálogo fosse retomado, entre elas o cumprimento dos *Acuerdos de San Andrés*, a liberação dos presos zapatistas e a desmilitarização da região do conflito²¹³. A idéia que temos é que mesmo afirmando uma posição de desconfiança em relação ao governo, o EZLN entendia ser fundamental a negociação pacífica para o fim do conflito e também o reconhecimento da autonomia, em uma busca de efetivar os MAREZ e o *mandar obedeciendo* em uma base legal e legítima.

Ainda no mesmo dia o EZLN emite um novo comunicado. Esse foi destinado ao povo mexicano e à sociedade internacional e, o motivo de sua divulgação foi a convocação para uma grande marcha rumo à capital mexicana, para exigir a aprovação da proposta de lei da COCOPA²¹⁴. O EZLN convoca a sociedade civil mexicana e internacional, partindo dos seguintes pressupostos:

1. Que no es posible concebir un México digno sin un lugar digno para los pueblos indígenas del país.
2. Que el reconocimiento constitucional de los derechos y la cultura de los pueblos indígenas es un pendiente cuya solución no puede postergarse por más tiempo.
3. Que el pueblo de México y los pueblos del mundo han sido sensibles a las demandas indígenas y se han solidarizado con ellas de acuerdo a sus posibilidades.
4. Que el EZLN ha sostenido como importante bandera la causa indígena.
5. Que es de todos conocida la decisión del actual Ejecutivo federal de comprometerse con el cumplimiento de los acuerdos de San Andrés y enviar al Congreso de la Unión la propuesta de ley indígena elaborada por la Cocopa en diciembre de 1996²¹⁵.

²¹³ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Frente al nuevo titular del Poder Ejecutivo federal, el EZLN define su posición respecto a las posibilidades de solución pacífica de la guerra.** Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

²¹⁴ COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Llamado a una grande movilización con el fin de conseguir del Congreso de la Unión mexicano el reconocimiento constitucional de los derechos y cultura indígena, de acuerdo con la iniciativa de la COCOPA.** Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

²¹⁵ Ibidem.

Entendemos que diante das dificuldades encontradas no governo anterior para transformar as demandas indígenas em direitos, o EZLN não esperava um posicionamento positivo por parte do governo Fox, até porque a história da desconfiança dos movimentos chiapanecos em relação ao governo não nasce com o EZLN. Quando o EZLN reafirma sua luta, ou melhor, sua guerra, e quando diz que pretende retomar o diálogo seu objetivo não é estabelecer uma comunicação com o novo governo, mas sim, mostrar à população, destinatário encoberto dos dois primeiros comunicados, qual o posicionamento do EZLN diante da nova situação. Quando o EZLN convoca a sociedade civil, utilizando-se de sua capacidade de mobilização e da função polêmica do discurso, para exigir o cumprimento dos acordos, ele fala com o governo, destinatário encoberto do último comunicado. Historicamente, desde seu surgimento, o EZLN ao emitir comunicados ao governo federal, quase sempre não encontrava resposta, principalmente em comunicados que faziam algum tipo de exigência mais específica, por isso a necessidade de falar com o governo através dos comunicados destinados, a princípio, à população.

Os discursos do dia 2 de dezembro, partiam do pressuposto de que para chamar a atenção do governo, era necessário fazer uma pressão que envolvesse não só o EZLN e a COCOPA, mas essencialmente a população que sempre foi a principal interlocutora do EZLN. Enviar comunicados exigindo garantias como desmilitarização de Chiapas, após seis anos de luta era, no mínimo, uma distração.

Esse jogo de distrações foi provavelmente uma das características mais marcantes da relação entre o EZLN e o governo Fox. No dia 5 de dezembro, Fox enviou ao Congresso Nacional o projeto de Reforma Constitucional da COCOPA como uma iniciativa do governo, entretanto os neozapatistas não deixaram de organizar a Grande Marcha, marcada para começar em fevereiro de 2001.

De um lado o governo federal ameaçava prender a delegação do EZLN, afirmando que a mobilização dos neozapatistas era ilegal, por outro lado, o EZLN preparava a marcha, afirmando a legitimidade de sua mobilização. No dia 24 de fevereiro de 2001 a marcha neozapatista começou, ao todo seriam seis mil quilômetros em 13 estados, nos quais o EZLN havia se comprometido com 77 atos públicos²¹⁶. O fato é que mesmo com as ameaças de repressão do governo, em 11 de março o EZLN chegou na Cidade do México, na praça Zócalo. Balandier afirma que as cidades são espaços urbanos em que os símbolos e as significações de poder são abundantes. No caso da praça de Zócalo não é diferente.

En México, el Zócalo, vasta plaza que bordea el Palacio Nacional en el corazón de la ciudad, es un lugar de celebración. Cada año, el 15 de septiembre, a las once de la noche, ante una reunión de varios cientos de miles de personas, el presidente de la República reitera desde el balcón de palacio el grito de revuelta lanzado por el padre Miguel Hidalgo, iniciador de la Independencia en 1810. El mandatario oficia; el pueblo – coro innumerable – responde con un ¡ Viva! A cada una de sus fórmulas. Las campanas suenan. Luego, estalla la fiesta bajo los fuegos artificiales. Los dirigentes se convierten, en este ritual periódico, en guardianes de la continuidad mística de la Revolución. Crean la ilusión de la permanencia revolucionaria²¹⁷

Quando o EZLN chega a praça com sua delegação, exigindo do governo que os acordos sejam cumpridos, ele não só demonstra seu poder de mobilização, como também dá um novo significado ao tipo de revolução a ser evocada naquele espaço. Em antigos espaços de poder emergem novas significações e, para o EZLN, chegar a Zócalo foi uma vitória. Contudo, uma vitória que não poderia ser comemorada porque, uma vez que chegaram à capital, os neozapatistas foram impedidos de discursar no Congresso Nacional a favor da lei COCOPA. Somente em 28 de março a Comandante Ester, o Comandante David, o Comandante Zebedeo e o Comandante Tacho conseguem discursar e, o EZLN faz a marcha de volta para Chiapas esperando o reconhecimento dos direitos indígenas. Todos os discursos ressaltaram a morosidade do processo e a importância de aprovar uma lei de acordo com os termos de San Andrés como ponto fundamental para a pacificação em Chiapas.

²¹⁶ GENNARI, Emilio. **EZLN: Passos de uma rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 102.

²¹⁷ BALANDIER, Georges. **El poder en escenas: de la representación del poder al poder de la representación**. Barcelona: Paidós, 1994. p. 26-27.

Em abril o Congresso Nacional inicia as discussões sobre a Lei COCOPA e, no dia 29 do mesmo mês o governo Fox, com o apoio do PRD, aprova a reforma constitucional, sob um marco que reconhece a autonomia como um direito das comunidades e não dos *pueblos*, além disso, o autogoverno a eleição dos representantes fica submetida aos municípios. A lei aprovado pelo governo Fox seguia os mesmos parâmetros da proposta de Zedillo que havia sido fortemente rechaçada pelo EZLN que, no mesmo dia, divulga um comunicado, afirmando a traição de San Andrés e também declarando que não faria mais contato com governo e seguiria em rebeldia²¹⁸.

Entre abril de 2001 e janeiro de 2003 o EZLN atravessou uma fase de silêncio, resistindo cotidianamente aos ataques paramilitares aos municípios autônomos e se reorganizando para uma nova fase, marcada pelo exercício de suas formas de governo, independente de sua condição jurídica. Em julho de 2003 o EZLN anuncia à sociedade mexicana a morte de *Aguascalientes*²¹⁹ e o nascimento dos *Caracoles* e das *Juntas de Buen Gobierno*. O nome *Caracoles* parte de duas premissas: a primeira é a de resignificação de elementos da cultura maia, quando, de acordo com sua cosmovisão os caracóis representavam um elemento de comunicação entre os deuses que sustentavam o céu:

Según nuestros más anteriores, al cielo hay que sostenerlo para que no se caiga. O sea que el cielo no mero está firme, sino que cada tanto se pone débil y como que se desmaya y se deja caer así nomás como se caen las hojas de los árboles y entonces puras calamidades que pasan porque llega el mal a la milpa y la lluvia lo rompe todo y el sol castiga al suelo y es la guerra quien manda y es la mentira quien vence y es la muerte quien camina y es el dolor quien piensa.

Dijeron nuestros más anteriores que así pasa porque los dioses que hicieron el mundo, los más primeros, tanto empeño pusieron en hacer el mundo que, después de terminarlo, ya no muy tenían fuerza para hacer el cielo o sea el techo de nuestra casa y le pusieron ahí nomás lo que se les ocurrió y entonces el cielo está puesto sobre la tierra nomás como un techo de ésos de plástico. Entonces el cielo no está mero firme, sino que a veces como que se afloja. Y has de saber que cuando esto pasa, se desarreglan los vientos y las aguas, el fuego se inquieta y la tierra da en levantarse y caminar sin encontrar donde estarse sosiega.

²¹⁸ SUBCOMANDANTE MARCOS. **La reforma constitucional aprobada en el congreso de la unión no responde en absoluto a las demandas de los pueblos indios de México, del congreso nacional indígena, del ezln, ni de la sociedad civil nacional e internacional que se movilizó en fechas recientes.** Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

²¹⁹ *Aguascalientes* foram espaços de troca de idéias e informações entre zapatista e não-zapatistas, inaugurado em 1994. Além dos diálogos, *Aguascalientes* se converteu em centros de apoio ao EZLN.

Por eso dijeron los que antes de nosotros se llegaron, que, pintados de colores diferentes, cuatro dioses se regresaron al mundo y, haciéndose gigantes, se pusieron en las cuatro esquinas del mundo para agarrarlo al cielo para que no se cayera y se estuviera quieto y bien planito, para que sin pena lo caminaran el sol y la luna y las estrellas y los sueños.

Pero, también cuentan aquellos del paso primero en estas tierras, que a veces a uno o a más de los bacabes, los sostenedores del cielo, como que le entra su sueño y como que se duerme o se distrae con alguna nube y entonces no lo tensa bien su lado del techo del mundo o sea del cielo, y entonces el cielo o sea el techo del mundo como que se afloja y como que se quiere caer sobre la tierra, y el sol y luna ya no tienen plano su camino y las estrellas igual.

Así pasó desde el principio, por eso los dioses primeros, los que nacieron el mundo dejaron encargado a uno de los sostenedores del cielo y él debe estar pendiente para leer el cielo y ver cuando empieza a aflojarse y entonces este sostenedor debe hablarle a los otros sostenedores para que despierten y vuelvan a tensar su lado y las cosas se acomoden de nuevo.

Y este sostenedor nunca duerme, siempre debe estar alerta y pendiente para despertar a los demás cuando el mal se cae sobre la tierra. Y dicen los más antiguos en el paso y la palabra que este sostenedor del cielo lleva en el pecho colgado un caracol y con él escucha los ruidos y silencios del mundo para ver si todo está cabal, y con el caracol los llama a los otros sostenedores para que no se duerman o para que se despierten.

Y dicen aquellos que más primero fueron que, para no dormirse, este sostenedor del cielo va y viene dentro y fuera de su propio corazón, por los caminos que lleva en el pecho, y dicen aquellos enseñadores antiguos que este sostenedor enseñó a los hombres y mujeres la palabra y su escritura porque, dicen mientras la palabra camine el mundo es posible que el mal se aquiete y esté el mundo cabal, así dicen.

Por eso la palabra del que no duerme, del que está pendiente del mal y sus maldades, no camina directo de uno a otro lado, sino que anda hacia sí misma, siguiendo las líneas del corazón, y hacia fuera, siguiendo las líneas de la razón, y dicen los sabedores de antes que el corazón de los hombres y mujeres tiene la forma de un caracol y quienes tienen buen corazón y su pensamiento se andan de uno a otro lado, despertando a los dioses y a los hombres para que se estén pendientes de que el mundo se esté cabal. Por eso, quien vela cuando los demás duermen usa un su caracol, y lo usa para muchas cosas, pero sobre todo para no olvidar²²⁰.

²²⁰ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Chiapas la treceava estela. Tercera parte: un nombre. La historia del sostentador del cielo.** México, julio de 2003. Disponible en < <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acceso en 21 de julio de 2006.

Se levarmos em consideração que a capacidade de estabelecer redes de comunicação é uma das principais características do EZLN, podemos interpretar que a história dos caracóis é uma alusão a necessidade de manter a comunicação, mesmo após o encerramento de *Aguascalientes*. O segundo ponto a ser destacado está relacionado com a imagem que o caracol evoca, ou seja, a imagem da espiral, que remete a um movimento curvilíneo ao redor de um ponto central. Com a inauguração dos Caracoles, o EZLN inaugurou uma nova fase do movimento, pautada na intensificação das resistências promovidas a partir da autonomia. Nesse sentido, o caracol também representa a possibilidade do EZLN se articular, com outros movimentos de resistência, tendo a questão da autonomia indígena como ponto de partida.

As *Juntas de Buen Gobierno* surgem como um complemento à idealização dos *Caracoles*, uma vez que elas são uma tentativa de superação das dificuldades encontradas na gestão dos MAREZ, tanto a nível interno, quanto em sua relação com a sociedade civil. Em sua relação com a sociedade os *Aguascalientes* se converteram em centros de apoio aos municípios autônomos, entretanto esse apoio, na maioria das vezes ficava restrito aos municípios que serviam de sede para os encontros do EZLN com a sociedade e, o mesmo acontecia com as comunidades, gerando uma distribuição desigual dos recursos conquistados junto a sociedade. Outro ponto que também provocava tensão interna era a relação entre as famílias zapatistas e os membros externos à comunidade:

En el caso de familias de zapatistas, ocurre que la sociedad civil, cuando visita las comunidades o trabaja en proyectos o se instala como campamento de paz, suele construir una relación especial con una o varias familias de la comunidad. Lógicamente, con encargos, regalos o atenciones especiales, esas familias tienen más ventajas que el resto, aunque sean todas zapatistas. No es raro, también que quienes tienen interlocución con la sociedad civil por el cargo que ocupan en la comunidad, en el municipio autónomo, en la región, o en la zona, reciban atenciones especiales y regalos que muchas veces dan de qué hablar en el resto de la comunidad y no siguen el criterio zapatista de "a cada quien según sus necesidades"²²¹.

²²¹ SUBCOMANDANTE MARCOS. **Chiapas la treceava estela. Quinta parte: uma historia.** México, julho de 2003. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

Além disso, também havia a necessidade de organizar os municípios autônomos para a defesa contra a ação dos paramilitares. Internamente, o *mandar obedeciendo* seguia sendo aplicado em todos os MAREZ, sem exceção, entretanto, como toda forma de governo, estava passível de desvios. As autoridades deveriam sempre cumprir as decisões tomadas pelas comunidades, porém, em alguns casos, essas lideranças, em função do seu acúmulo de atividades, acabavam se corrompendo, principalmente em relação a ganhos ilícitos. Nesse sentido, devemos deixar claro que provavelmente, a principal diferença entre o *mandar obedeciendo* e os governos tradicionais é que quando essas autoridades se corrompiam, eram imediatamente punidas pela comunidade, não só com a perda do cargo, mas também com a obrigação de realizar serviços comunitários para repor o que tomou indevidamente. Nas palavras de Marcos:

Sin embargo, no quiero que quede la impresión de que se trata de algo perfecto y que sea idealizado. El "mandar obedeciendo" en los territorios zapatistas es una tendencia, y no está exenta de sube-y-bajas, contradicciones y desviaciones, pero es una tendencia dominante. De que ha resultado en beneficio de las comunidades habla el haber logrado sobrevivir en condiciones de persecución, hostigamiento y pobreza que pocas veces pueden encontrarse en la historia del mundo. No sólo, los consejos autónomos han logrado llevar adelante, con el apoyo fundamental de las "sociedades civiles", una labor titánica: construir las condiciones materiales para la resistencia²²².

Em nossa concepção a criação dos *Caracoles* e das *Juntas de Buen Gobierno* parte da necessidade de reconhecer e superar os desacertos dos MAREZ, como uma forma de se manter em resistência, em um contexto em que a autonomia precisava fortalecer sua base de legitimidade, já que a possibilidade de implementação da autonomia pela via da legalidade já estava fora de questão.

²²² Ibidem

As principais tarefas, naqueles momentos, eram, examinar quais municípios precisavam de mais apoio e, quais seriam as prioridades para promover o desenvolvimento dessas regiões. Outro ponto fundamental era registrar quais iniciativas faziam parte da luta neozapatista, a fim de evitar possíveis fraudes, como, por exemplo, pessoas que lançavam páginas na Internet pedindo auxílio financeiro para o EZLN. Além disso, para acabar com o problema da má distribuição dos recursos, o EZLN criou o chamado *impuesto hermano* que consistia em um repasse de 10% de toda renda gerada pelas comunidades às Juntas, para que essa fosse revertida em auxílio para as comunidades mais necessitadas²²³.

Foram formadas 5 *Juntas de Buen Gobierno* e a principal função das juntas era acabar com o desequilíbrio entre os municípios e também mediar os conflitos que eventualmente pudesse ocorrer entre os municípios autônomos e os municípios governamentais. Nesse sentido, os membros do EZLN que manifestassem interesse em assumir os cargos das juntas, deveriam, imediatamente, abrir mão de seu cargo no exército, uma vez que, as novas instâncias da autonomia deveriam gozar de plena independência em relação ao EZLN.

Diante da impossibilidade de conquistar os direitos indígenas através do diálogo com o governo e da via pacífica, o EZLN passou a se preocupar em garantir o exercício da autonomia e de se rearticular em novos espaços de intermediação com a sociedade. A fase inaugurada pelo EZLN em 2003, longe de se afastar dos princípios de 1994, buscou na verdade, reinterpretá-los em um novo contexto, marcado pelo fracasso da negociação governamental e pela necessidade de ampliar cada vez mais seus espaços de interlocução.

²²³ ORNELAS, Raúl. La autonomía como eje de la resistencia zapatista. IN: CECENÁ, Ana Esther (org.). **Hegemonias y emancipaciones en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. Disponível em <<http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/ornelas.rtf>>. Acesso em 21 de junho de 2006.

O reconhecimento da autonomia seria fundamental para o EZLN resolver as questões construídas em torno da distribuição desigual de poderes na sociedade, mas, como esse reconhecimento não foi possível, o EZLN optou por garantir a multiplicação do sujeito responsável pela mudança social. Diferente das esquerdas tradicionais que constroem seu programa político pautado em um sujeito limitado e definido que, na maioria das vezes, se confunde com os trabalhadores, sejam eles rurais ou urbanos, o EZLN aposta na ampliação do sujeito político da transformação social como uma forma de construir mecanismos de resistência ao poder na nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a construção do Estado Nacional no México foi um processo de (re) apropriação da memória coletiva, edificada pelo sistema educativo e centrada na figura do mestiço. Nesse processo os indígenas foram expropriados de sua história e colocados à margem da nação.

Após séculos de naturalização de um elemento indígena dominado, a sociedade latino-americana assiste a emergência dos movimentos indígenas em diversos países lutando por reconhecimento e direitos que se converte em uma luta pelo direito a livre determinação concretizado no direito à autonomia.

De forma mais ampla, a autonomia deve ser entendida como a “faculdade de um sujeito – individual ou coletivo – de eleger e realizar livremente, sem imposições seu próprio plano de vida²²⁴”. Para um grupo social a autonomia implica no direito a preservar sua identidade e mais, no direito de ser diferente. Para uma sociedade a autonomia implica em tolerância cultural e na liberdade para os diferentes grupos que a compõem.

Alguns críticos e intelectuais do governo acusam os indígenas de separatismo. Entretanto a luta pela autonomia implica numa reorganização da sociedade dentro do marco do Estado Nacional. Como nos ensina Yvon Le Bot, a luta neozapatista insiste na afirmação da mexicanidade: “Os zapatistas querem-se resolutamente mexicanos, indígenas mexicanos. Nunca apregoam um separatismo ou irredentismo maia, a formação de uma nação que assente numa base étnica²²⁵”.

Nos discursos do EZLN fica claro que os indígenas entendem que a nação lhes foi roubada, entretanto, ao invés de reprojeter a nação indígena como um novo discurso de poder unilateral, eles afirmam que a luta é pelo reconhecimento dos indígenas, mas ela é também uma luta de todos, ou melhor, para todos. Na Quarta Declaração da Selva Lacandona o EZLN deixa claro seu objetivo de construir uma nação que respeite as diferenças. Dizem os neozapatistas:

²²⁴ VILLORO, Luis. O futuro dos povos indígenas II. IN: ARRELANO, Alejandro Buenrostro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). **Chiapas: reconstruindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.177.

²²⁵ LE BOT, Yvon. **O Sonho Zapatista**. Tradução de Pedro Baptista. Portugal: Edições Asa, 1997. p. 61.

Hermanos:

Muchas palabras se caminan en el mundo. Muchos mundos se hacen. Muchos mundos nos hacen. Hay palabras y mundos que son mentiras e injusticias. Hay palabras y mundos que son verdades y verdaderos. Nosotros hacemos mundos verdaderos. Nosotros somos hechos por palabras verdaderas.

En el mundo del poderoso no caben más que los grandes y sus servidores. En el mundo que queremos nosotros caben todos.

El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos. La Patria que construimos es una donde quepan todos los pueblos y sus lenguas, que todos los pasos la caminen, que todos la ríen, que la amanezcan todos²²⁶.

O EZLN enfatiza e remete-se, em seu discurso, aos homossexuais, à liberdade das mulheres, etc., a todos aqueles que têm a pobreza como presente e a dignidade como futuro, ou seja, as minorias que enchem os porões do mundo e que na verdade se constituem como a grande maioria – e excluídos –, desse sistema social. Entendemos que o ideal de *um mundo onde caibam todos os outros mundos* é uma marca de que a luta neozapatista é essencialmente uma luta pelo Estado Nacional Plural. Esse Estado garante aos seus cidadãos o direito de igualdade nas diferenças. Em outras palavras:

O Estado plural não é o resultado de um acordo entre indivíduos que se consideram intercambiáveis, mas entre pessoas situadas com identidades próprias, pertencentes a culturas diversas. Os sujeitos e grupos que sustentam valores distintos e têm diferentes idéias de nação, cooperam aceitando suas diversidades em um Estado plural²²⁷.

O Estado Plural não pretende forjar a pátria com base na uniformidade cultural. Pelo contrário, a nova pátria é na verdade um espaço de diálogo mais amplo, no qual a nação não nasce mais sob o signo do poder de um grupo sobre o outro, mas sim da negociação entre os povos que a compõem. A concepção de pluralismo parte do pressuposto de que a

²²⁶ COMANDANCIA GENERAL DEZ EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona**. México: 1º de janeiro de 1996. Disponível em < http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_01_01_a.htm >. Acesso em 16 de agosto de 2005.

²²⁷ VILLORO, Luis. O futuro dos povos indígenas II. IN: ARRELANO, Alejandro Buenrostro e OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino (orgs.). **Chiapas: reconstruindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.175.

nossa realidade não é composta por apenas um centro de poder dominante, historicamente identificado como Estado, mas sim, da oposição à tendência de concentração de poderes²²⁸.

Nesse sentido, no marco de transformações sociais, a autonomia apresenta-se como uma possibilidade de solução para o problema das trocas desiguais de poder. Diferente das esquerdas tradicionais o foco da revolução iniciada pelos neozapatistas não é um sujeito, mas sim os sujeitos. Nesse sentido, a objetivação do *Tudo, para todos! Nada, para nós!*, se dá a partir da multiplicação dos sujeitos sociais e da redistribuição dos poderes e, o reconhecimento da cidadania étnica é uma das formas de concretização desse projeto.

Para Bourdieu a política é uma atividade que se caracteriza pela profissionalização e pela concentração do capital político. Nesse sentido o acúmulo de capital político por um determinado grupo ou indivíduo implica no desapossamento de instrumentos materiais e culturais necessários à vida política de um número muito grande de agentes.

Sendo assim outra característica fundamental do mercado da política é a falta de liberdade, uma vez que o capital político vai estar concentrado nas mãos de representantes que, não só podem agir de acordo com os interesses de seus mandantes, mas também podem impor seus interesses de mandatários gerando uma universalização dos interesses.

É interessante observar que o desapossamento dos que estão em maior número ocorre em função da profissionalização da política. Esse processo de profissionalização pressupõe uma preparação e um aprendizado, que tem como objetivo oferecer as marcações do jogo político, que seria um conjunto de regras e práticas do mercado político que está relacionada com a manutenção, tomada de posições e previsibilidade da política²²⁹.

Se retomarmos a visão de Bourdieu de que a política é uma atividade que se caracteriza pela profissionalização e pela concentração do capital político e, nesse sentido, provoca uma concentração de poderes nas mãos de determinados grupos, podemos interpretar o *mandar obedecendo* como uma resposta à profissionalização da política e à separação entre governante e governados.

A maneira como os neozapatistas interpretam as relações de poder foi fundamental para a construção dos laços de solidariedade que foram firmados ao redor do EZLN,

²²⁸ BOBBIO, Norberto. Pluralismo. IN: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. Vol.2. 5ª.ed. Tradução de Carmem C. Varriale (et al.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 928.

²²⁹ Ibidem, p.172.

fazendo com que atualmente eles tenham centros de apoio a causa neozapatista em diversos países do mundo. De um lado ele resignificam os valores e os métodos das lutas sociais questionando o poder, mas por outro lado, ao realizar esse movimento, os neozapatistas criaram novos espaços de poder²³⁰, pautados no princípio do diálogo.

As mediações construídas pelo neozapatismo buscam rearticular as novas relações de poder a partir de novas relações sociais e, nesse contexto, um dos maiores poderes conquistados pelo EZLN foi o de mobilizar através das palavras:

“(...) el movimiento zapatista ha generado con sus discursos (que también son acciones) una situación inédita, por lo menos en nuestro país, al hacer de su palabra y con su palabra, como ya se dijo, una forma de interacción social y política eficaz, que convoca y provoca a otros a participar con sus propios discursos (lo que no es poca cosa) en la toma de decisiones colectivas: una de las características de una auténtica vida democrática.

Nos ha enseñado a escuchar y a reconocer el poder de la palabra más que la palabra del poder, el poder de poder apalabrarnos, y también nos ha enseñado a darle una oportunidad a la palabra de cada uno de nosotros, que a la vez somos otros²³¹”.

Longe de afirmarmos que o poder neozapatista reside exclusivamente no ato de se comunicar, ressaltamos que as formas de comunicação estabelecidas foram essenciais para que o EZLN conquistasse uma credibilidade política nos mais diversos setores sociais, ampliando cada vez mais as bases de apoio e os espaços de interlocução do EZLN, possibilitando assim a construção da legitimidade sob uma base social e, não, institucional.

Partindo dessa lógica o regime autônomo relaciona-se com a problemática do Poder construídas pelos neozapatistas porque o seu reconhecimento é essencialmente o reconhecimento da diversidade, não só da diversidade étnica, mas também da diversidade política presente nas sociedade e no interior do discurso neozapatista. A luta pela autonomia converte-se então na luta pela distribuição dos poderes entre os diversos setores

²³⁰ CND, Aguascaliente, Juntas de Buen Gobierno, MAREZ, Forum Contra o Neoliberalismo e Pela Humanidade, Congreso Nacional Indígena, além das marchas realizadas com outros movimentos sociais e a sociedade civil.

²³¹ MARTÍNEZ, Luis de la Peña. La voz alzada: la rebelión discursiva del zapatismo . **Revista Rebeldía**, n. 16. Disponível em< <http://www.revistarebeldia.org/revistas/016/index.html> >. Acesso em 25 junho de 2004.

da sociedade, por isso também era importante que a autonomia fosse reconhecida como direito dos *pueblos*, uma vez que as populações indígenas não estão presas às comunidades, mas também resignificam espaços fora do mundo do rural, no qual o reconhecimento das autonomias representaria também a criação de novos espaços de discussão nos bairros, municípios e cidades.

Quando o EZLN amplia o sujeito político da transformação social há dois elementos centrais a serem considerados: primeiro, o reconhecimento de que a satisfação das demandas da população indígena passa também pelas relações que os indígenas constroem com os demais setores sociais, tendo em vista que não podemos mais tratar os indígenas a partir de uma perspectiva isolacionista; segundo, é o entendimento de que as melhorias conquistadas só serão significativas se forem estendidas aos diversos setores sociais, em função dos processos de interação presentes na sociedade.

A luta pela autonomia, abordada nesse trabalho, foi apenas um dos elementos de reivindicação dos neozapatistas. Privilegiamos esse momento porque, entendemos que após 13 anos de luta e guerra contra o governo, a bandeira da autonomia, como uma forma de *empoderamiento* dos sujeitos étnicos, foi, ao lado dos diálogos e de sua capacidade de mobilização, uma verdadeira expressão do poder neozapatista no âmbito da ação política. Mesmo sem conseguir a aprovação da Reforma Constitucional nos moldes de San Andrés, o EZLN não recuou na tarefa de exercer os princípios políticos que foram construídos pelas comunidades indígenas e camponesas de Chiapas.

Provavelmente muitos se questionam se o EZLN melhorou as condições de vida da população chiapaneca, nossa resposta é: Depende do ponto de vista. O EZLN diminuiu a pobreza do Estado? Não. Resolveu o problema da saúde, da educação e da falta de recursos básicos? Não. É interessante para as comunidades viverem sob a constante ameaça e violência das milícias paramilitares? Não. Entretanto, do ponto de vista da política, o neozapatismo devolveu as comunidades o poder de se organizar e de se autogovernar, através de um processo cotidiano de resistência e construção de novos saberes e rumos políticos e, isso, na nossa visão, significa que o EZLN ajudou as comunidades chiapanecas a sonhar e não perder a esperança a respeito de um futuro melhor.

Essa nova perspectiva de futuro, não resolve o problema de como o EZLN vai continuar interferindo, ou não, nas questões políticas e indígenas do México, fazendo com que a pergunta fundamental seja: Qual o verdadeiro alcance da luta neozapatista? Há chances de a resistência continuar sem que seja necessário assumir o jogo político do Poder? Como nos ensina Norberto Bobbio: “A dificuldade de conhecer o futuro depende também do fato de que cada um de nós projeta no futuro suas próprias aspirações e inquietações, enquanto a história prossegue o seu curso indiferente às nossas preocupações...”²³²,

O que temos de concreto é que enquanto movimento social o EZLN não teme recomeços e, uma nova fase foi inaugurada em junho de 2005 com a divulgação da *Sexta Declaración da Selva Lacandona*. Atualmente o alcance da luta zapatista, embora tenha uma ampla rede de apoio nos diversos países, se restringe ao México, nesse sentido, entendemos que para compreender o real alcance de um movimento que está em curso é necessário manter uma constante atualização das leituras das fontes e das informações divulgadas pelo movimento, dentro dessa perspectiva, o trabalho apresentado foi apenas uma contribuição para compreendermos um dos aspectos de uma luta que, com certeza, ainda tem muitos temas para serem pesquisados.

²³² BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6ª. Ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.17-18.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Fontes:

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Declaración de la Selva de Lacandona.** México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em < >. Acesso em 10 de outubro de 2004.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre el EZLN y las condiciones para el dialogo.** México, 6 de Janeiro de 1994. . Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A la prensa: cartas del CCRI-CG.** México, 2 de fevereiro de 1994. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Al pueblo de México: as demandas del EZLN.** México 1º de março de 1994. Disponível em <<http://www.ezln.org/documentos/1994/199312xx.es.htm>>. Acesso em 10 de outubro de 2004.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre la consulta: para todos todo, para nosotros nada.** México 10 de junho de 1994. Disponível em <<http://www.ezln.org/documentos/1994/199312xx.es.htm>>. Acesso em 16 de agosto de 2005.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona.** México, 10 de junho de 1994. Disponível em <<http://ezln.org/documentos/1994/19940610.es.htm>>. Acesso em 10 de outubro de 2004.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Votán-Zapata. Guardián y Corazón del Pueblo.** México, 10 de abril de 1995. Disponível em < <http://www.ezln.org/documentos/1995/19950410.es.htm>>. Acesso em 22 de julho de 2003.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona.** México: 1º de janeiro de 1996. Disponível em < http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_01_01_a.htm>. Acesso em 16 de agosto de 2005.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Carta a los participantes de lo Forum Nacional Indígena.** México, 3 de janeiro de 1996. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 13 de maio de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **El Diálogo de San Andrés y los Derechos e Cultura Indígenas. Punto y seguido.** México, 15 de fevereiro de 1996. Disponível em <<http://www.palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 02 de outubro de 2005.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **La responsabilidad directa de la matanza de Acteal recae en Ernesto Zedillo Ponce de León y la Secretaria de Gobernación, quienes desde hace años dieron luz verde al proyecto de contrainsurgencia presentado por el Ejército Federal.** México 23 de dezembro de 1997. Disponível em <www.palabra.ezln.org.mx>. Acesso em 22 de outubro de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Quinta Declaración de la Selva Lacandona.** México, 17 de julho de 1998. Disponível em <www.palabra.ezln.org>. Acesso em 25 de outubro de 2005.

COMANDANCIA GENERAL DO EZLN. **Convocatoria a la consulta por el Reconocimiento de los Derechos de los Pueblos Indios y por el Fin de la Guerra de Exterminio.** México, 11 de dezembro de 1998. Disponível em <www.palabra.ezln.org>. Acesso em 25 de outubro de 2005.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre el próximo proceso electoral.** México, 11 de dezembro de 1998. Disponível em <www.palabra.ezln.org>. Acesso em 25 de outubro de 2005.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Frente al nuevo titular del Poder Ejecutivo federal, el EZLN define su posición respecto a las posibilidades de solución pacífica de la guerra.** México, 2 de dezembro de 2000. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A Vicent Fox: es mi deber informarle que a partir de hoy ha heredado una guerra en el suroeste mexicano.** México, 2 de dezembro de 2000. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Llamado a una grande movilización con el fin de conseguir del Congreso de la Unión mexicano el reconocimiento constitucional de los derechos y cultura indígena, de acuerdo con la iniciativa de la COCOPA.** México, 2 de dezembro de 2000 Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

MAYOR INSURGENTE MOISÉS. **Mensaje del EZLN a los pobladores de San Pedro de Michoacán.** México, maio de 1997. Disponível em < http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1997/1997_05_a.htm >. Acesso em 18 de agosto de 2005.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Carta de Marcos sobre la paz que algunos piden.** México, 13 de Janeiro de 1994. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **¿ De que nos van a perdonar?** México, 18 de janeiro de 1994. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Informe: posición del EZLN respecto al diálogo y a la paz.** México: 23 de fevereiro de 1994. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 13 de maio de 2006.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Discurso del Subcomandante Marcos durante la visita de Cuauhtémoc Cárdenas.** México, 17 de maio de 1994. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_05_17.htm>. Acesso em 28 de outubro de 2005.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **La historia de los espejos.** México, 06 de junho de 1995. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1995/1995_06_09.htm>. Acesso em 25 de junho de 2006.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Carta a Zedillo: Bienvenido a la pesadilla.** México 03 de dezembro de 1995. Disponível em <<http://www.palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em 25 de janeiro de 2006.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Carta a Alianza Cívica sobre la consulta.** México, 20 de junho de 1995. Disponível em < http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1995/1995_06_20.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2005.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **La política, la odontología y la moral.** México, 14 de Janeiro de 1996. Disponível em < http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_01_14.htm>. Acesso em 23 de outubro de 2005.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Informe de los últimos resultados de nuestras investigaciones sobre la matanza de Acteal.** México, 26 de dezembro de 1997. Disponível em <www.palabra.ezln.org.mx>. Acesso em 22 de outubro de 2006.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Marcos a Fox: “queremos garantías; no nos tragamos eso de que todo cambió”.** Entrevista concedida a Carlos Monsivais e Hermann Bellinghausen. México, 08 de janeiro de 2001. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 13 de maio de 2006.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **La reforma constitucional aprobada en el congreso de la unión no responde en absoluto a las demandas de los pueblos indios de México, del congreso nacional indígena, del ezln, ni de la sociedad civil nacional e internacional que se movilizó en fechas recientes.** México, 29 de abril de 2001. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Chiapas la treceava estela. Tercera parte: un nombre. La historia del sostentador del cielo.** México, julho de 2003. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Chiapas la treceava estela. Quinta parte: una historia.** México, julho de 2003. Disponível em< <http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em 21 de julho de 2006.

SERVICIOS DEL PUEBLO MIXE, A.C. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/No2/ch2pueblomixe.html>> . Acesso em 12 de abril de 2005.

Iniciativas de Reformas Constitucionales en materia de Derechos y Cultura Indígena que presenta el Ejecutivo Federal al Congreso Mexicano. Disponível em <<http://www.gobernacion.gob.mx/chiapas/iniciativa.html>> . Acesso em 16 de abril de 2005.

Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos de 1917. Disponível em <http://www.yucatan.com.mx/especiales/constitucion/tit_primerol.asp> . Cap. 1 Artigo 4.

Acuerdo de San Andrés. Disponível em < http://www.ezln.org/san_andres/documento_3.htm > . Acesso em 20 de junho de 2005.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Convenio sobre pueblos indígenas y tribales. **ILOLEX: La base de datos sobre las Normas internacionales del trabajo.** Disponível em <<http://ilolex.ilo.ch:1567/public/spanish/50normes/infleg/ilospa/index.htm>> . Acesso em 20 de março de 2005.

Bibliografia:

ABBAGNANO, Nicola. Dignidade. IN: **Dicionário de Filosofia.** Tradução de Alfredo Bosi. 2^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

ALTMANN, Werner. A rebelião de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico. IN: BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luís Bernardo. **América Latina: História, idéias e revolução.** São Paulo: Xamã, 1998.

ANAYA PEREZ, Marco Antonio e BATISTA ZANE, Refugio (coords.). 2^a.ed. **¡Todos somos Marcos! Historia del México Moderno y Contemporáneo.** Chapingo, México: Universidad Autónoma Chapingo, 2001.

ARELLANO, Alejandro Buenrostro y e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo de (orgs.). **Chiapas: construindo a esperança.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BALANDIER, Georges. **A desordem : elogio do movimento.** Tradução de Suzana Martins. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.

BALANDIER, Georges. **El poder em escenas: de la representación del poder al poder de la representación.** Barcelona: Paidós, 1994.

BAUMANN, Zygmunt. **O Mal Estar da Pós-Modernidade.** Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi.** Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BENGOA, José. **La emergência indígena en América Latina**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6ª. Ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. Vol.2. 5ª.ed. Tradução de Carmem C. Varriale (et al.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. Vol.1. 5ª.ed. Tradução de Carmem C. Varriale (et al.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

BORON, Atílio a. **Filosofia Política Marxista**. Tradução de Sandra Trabucc Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CÁMIN, Héctor Aguillar. **México: a cinza e a semente**. Tradução de BEI. São Paulo: BEI Comunicação, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim e DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir. **Representação: contribuição a um debate transdisciplinar**. São Paulo: Papyrus, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de texto. In: CARDOSO, Ciro Flamarions e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHONG, Natividad Gutiérrez. **Mitos Nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano**. México: PYV, 2001.

DE LA GRANGE, Bertrand e RICO, Maite. **Subcomandante Marcos: la genial impostura**. Madri: El Pais Aguilar, 1998.

DIÁZ-POLANCO, Héctor. La rebelión de los índios zapatistas y la autonomía. In: CHOMSKY, Noam (et.al.). **Chiapas Insurgente: 5 ensayos sobre la realidad mexicana**. México: Editorial Txalaparta, 1997.

_____. **La rebelion zapatista y la autonomia**. 3ª. Ed. México: Siglo XXI Editores, 2003.

_____. O indigenismo simulador. IN: ARRELANO, Alejandro Buenrostro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). **Chiapas: reconstruindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DÍAZ, Carlos Tello. **Chiapas: La Rebelión de Las Cañadas**. Madrid: Acento Editorial, 1995.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAVRE, Henri. **El indigenismo**. México, D.F: Fondo de Cultura Económica. 1999.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 3ª. Ed. São Paulo: Ática, 1993.

FONTANA, Josep. **História depois do fim da História**. Tradução de Antonio Penalves Rocha. São Paulo: EDUSC, 1998.

FONTANA, Mónica Graciela Zoppi e NEGRONI, María Marta García. **Análisis lingüístico y discurso político: El poder de enunciar**. Argentina: Centro Editor de América Latina, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Ed. Tradução de Roberto Machado. 18ª. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

GENNARI, Emilio. **Chiapas: as comunidades Zapatistas reescrevem a história**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

_____. **EZLN: Passos de uma rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GELLNER, Ernest. El nacionalismo y las dos formas de cohesión en sociedades complejas. In: **Cultura, identidad y política. El nacionalismo y los nuevos cambios sociales**. Barcelona: Gedisa, 1993.

_____. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos de nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GILLY, Adolfo. **Chipas la razón ardiente: Ensayo sobre la rebelión del mundo encantado**. 2ª. Ed. México: Ediciones ERA, 2002

GROS, Christian. El movimiento indígena: del nacional-populismo al neoliberalismo. In: KÖNIG, Hans-Joachim (ed.). **El indio como sujeto y objeto de la historia latinoamericana: pasado y presente**. Frankfurt/Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª. Ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade.** Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder.** Tradução de Emir Sader. São Paulo: Viramundo, 2003.

LE BOT, Yvon. **O Sonho Zapatista.** Tradução de Pedro Baptista. Portugal: Edições Asa, 1997.

LEÓN, Antonio García de. **Resistencia y Utopía. Memorial agraviados y crónica de revueltas y profecías acaecidas en la provincia de Chiapas durante los últimos quinientos años de su historia.** México: ERA, 1985, tomo II.

NAVARRETE, Frederico. **Las relaciones interétnicas en México.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAZOS, Luis. **¿Por que Chiapas?** México: Editorial Diana, 1994.

PESAVENTO, S. J. . Em Busca de Uma Outra História: Imaginando O Imaginário. **Revista brasileira de História**, São Paulo: v. 15, n. 29, 1995.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RENAN, Ernest. Qué es una nación? In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). **La invención de la nación. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha.** Buenos Aires: Manantial, 2000.

ROBIN, Regine. **História e Lingüística.** São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

ROJAS, Rodrigo Montoya. Movimentos indígenas na América do Sul: potencialidade e limite. IN: BARSOTTI, Paulo e PÉRICAS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução.** São Paulo: Xamã, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Contexto, v.15, n. 30, 1995. Dossiê Historiografia: propostas e práticas.

SMITH, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____. ¿Gastronomía o geología? El rol del nacionalismo en la reconstrucción de las naciones. In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). **La invención de la nación. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha**. Buenos Aires: Manantial, 2000.

SOLÍS, Daniel Villafuerte (et al). **La tierra en Chiapas: viejos problemas nuevos**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

VILLORO, Luis. O poder e o valor. IN: ARRELANO, Alejandro Buenrostro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). **Chiapas: reconstruindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VON WRIGHT, G. H. Apud: BAUMANN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução de Marcos Penchel. Rio de Janeiro: JZE, 1999.

Documentos Eletrônicos:

BARRIOS, Elizabeth Pólito e ESPONDA, Juan Gonzáles. Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista. **Revista Chiapas**, México, n. 1. Disponível: <<http://www.ezln.org/revistachiapas1>>. Acesso em 21 de outubro de 2001.

BORON, Atílio A. **Poder, contrapoder y antipoder: notas sobre un extravío teórico político en el pensamiento crítico contemporáneo**. Disponível em <<http://www.herramienta.com.ar>>. Acesso em 20 de julho de 2005.

CÁMIN, Héctor Aguilar. La omisión federal. **La Jornada**. México, 29 de dezembro de 1997. Disponível em <<http://www.jornada.unam.mx/1997/12/29/camin.html>>. Acesso em 22 de outubro de 2006.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. Causas da rebelião em Chiapas. **Revista Olho da História**, Bahia, n.3. Disponível: <<http://www.ufba.br/~revistao/03casano.html>>. Acesso em 16 de outubro de 2001.

CARLSEN, Laura. Autonomía indígena y usos y costumbres: la innovación de la tradición. **Revista Chiapas**, México, n.7. Disponible em <<http://www.ezln.org/revistachiapas/No7/ch7carlsen.html>>. Acesso em 22 de outubro de 2005.

CECENÁ, Ana Esther e ZARAGOZA, José. Cronologia del conflicto. **Revista Chiapas**, México, n. 1. Disponível: <<http://www.ezln.org/revistachiapas1>>. Acesso em 21 de outubro de 2001.

CLIFFORD, James. **Indigenous Articulations**. Disponível em <<http://www.humwww.ucsc.edu/~jcliff/indigenous-articulations.pdf>>. Acesso em 05 de dezembro de 2006.

DIÁZ-POLANCO, Héctor. La autonomía indígena y la reforma constitucional en México. **Observatorio Social de América Latina**, n.4. Argentina: CLACSO, 2001. Disponível em:

<<http://clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>>. Acesso em 20 de junho de 2005.

ELORRIAGA, J. e RODRIGUEZ, S. **Globalização e resistência: a necessidade de mudar o tabuleiro**. Disponível em: <<http://www.portoalegre2002.org>>. Acesso em 23 de abril de 2002.

HÉAU-LAMBERT, Catherine e RAJCHENBERG, Enrique. História y simbolismo en el movimiento zapatista. **Revista Chiapas**, México, n. 4. Disponível em : <<http://www.ezln.org/revistachiapas/index>>. Acesso em 16 de outubro de 2001.

HOLLOWAY, John. La revuelta de la Dignidad. **Revista Chiapas**, México, n. 6. Disponível em : <<http://www.ezln.org/revistachiapas/index>>. Acessado em 31 de maio de 2003.

INEGI. Disponível em: <<http://www.inegi.gob.mx>>.

MARTÍNEZ, Luis de la Peña. La voz alzada: la rebelión discursiva del zapatismo . **Revista Rebeldía**, n. 16. Disponível em<<http://www.revistarebeldia.org/revistas/016/index.html>>. Acesso em 25 junho de 2004.

MONJARDIM, Adriana López e MILLÁN, Dulce Maria Rebolledo. Los municipios autónomos zapatistas. **Revista Chiapas**, n.º 7. Disponível em <http://www.ezln.org/revistachiaoas/No7/ch7_monjardim.html>. Acesso em 13 de abril de 2005.

MONJARDIM, Adriana López. La crisis del diálogo entre el EZLN y el gobierno federal. **La Jornada**. México, 16 de fevereiro de 1998. Disponível em <<http://www.jornada.unam.mx/1998/02/16/crisis.html>>.

MONTES, Adelfo Regino. Los pueblos indígenas y la diversidad negada. **Revista Chiapas**, México, n.7. Disponível em < <http://www.ezln.org/revistachiapas/ch7regino.html>>. Acesso em 28 de agosto de 2005.

ORNELAS, Raúl. La autonomía como eje de la resistencia zapatista. IN: CECENÁ, Ana Esther (org.). **Hegemonias y emancipaciones en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. Disponível em <<http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/ornelas.rtf>>. Acesso em 21 de junho de 2006.

PUIG, Andrés Fábregas. **Los pueblos índios y el nacionalismo mexicano**. Disponível em: < <http://www.cge.udg.mx/revistaudg/rug13/lospueblos.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2005.

RICARDEZ, Rubén Jiménez. Las razones de la sublevación. **Revista Chiapas**, México, n.3. Disponível: <<http://www.ezln.org/revistachiapas3>>. Acesso em 23 de outubro de 2001.

SUÁREZ, Águeda Gómez. Identidades colectivas y discursos sobre el sujeto indígena. **AIBR. Revista de Antropología Ibéroamericana**, nº 41, 2005. Disponível em : < <http://www.aibr.org/antropologia/aibr/>>. Acesso em 20 de abril de 2006.

ANEXO I: ACUERDO DE SAN ANDRÉS

En la segunda parte de la Plenaria Resolutiva del Tema 1 sobre Derechos y Cultura Indígena, y después de las consultas que cada parte realizó, el EZLN y el Gobierno Federal llegaron al siguiente

ACUERDO

Respecto a los documentos

“PRONUNCIAMIENTO CONJUNTO QUE EL GOBIERNO FEDERAL Y EL EZLN ENVIARÁN A LAS INSTANCIAS DE DEBATE Y DECISIÓN NACIONAL”,

“PROPUESTAS CONJUNTAS QUE EL GOBIERNO FEDERAL Y EL EZLN SE COMPROMETEN A ENVIAR A LAS INSTANCIAS DE DEBATE Y DECISIÓN NACIONAL, CORRESPONDIENTES AL PUNTO 1.4 DE LAS REGLAS DE PROCEDIMIENTO” Y

“COMPROMISOS PARA CHIAPAS DEL GOBIERNO DEL ESTADO Y FEDERAL Y EL EZLN, CORRESPONDIENTES AL PUNTO 1.3 DE LAS REGLAS DE PROCEDIMIENTO”, emanados de la primera parte de la Plenaria Resolutiva correspondiente al tema de Derechos y Cultura Indígena:

A. El Gobierno Federal, a través de su delegación, manifiesta su aceptación de dichos documentos.

B. El EZLN, a través de su delegación, manifiesta su aceptación de dichos documentos. En relación con las cuestiones respecto a las cuales formuló, en la sesión del 14 de febrero de 1996 de esta segunda parte de la Plenaria Resolutiva, propuestas de agregados y de sustituciones o eliminaciones en el texto de los mismos, de acuerdo con los resultados de la consulta realizada por el EZLN, expresa lo siguiente:

1. La delegación del EZLN insiste en señalar la falta de solución al grave problema agrario nacional, y en la necesidad de reformar el Artículo 27 Constitucional, que debe retomar el espíritu de Emiliano Zapata, resumido en dos demandas básicas: la tierra es de quien la trabaja, y Tierra y Libertad. (Documento “Propuestas conjuntas que el Gobierno federal y el EZLN se comprometen a enviar a las instancias de debate y decisión nacional, correspondientes al punto 1.4 de las Reglas de Procedimiento”: página 11, apartado 5, “Reformas Constitucionales y Legales”, inciso B).

2. Por lo que se refiere al desarrollo sustentable, la delegación del EZLN considera insuficiente que el gobierno indemnice a los pueblos indígenas por los daños ocasionados en sus tierras y territorios, una vez ocasionado el daño. Es necesario desarrollar una política de verdadera sustentabilidad, que preserve las tierras, los territorios y los recursos naturales de los pueblos indígenas, en suma, que contemple los costos sociales de los proyectos de desarrollo. (Documento “Pronunciamiento conjunto que el Gobierno Federal y el EZLN enviarán a las instancias de debate y decisión nacional”, página 5, en el subtítulo “Principios de la nueva relación”, inciso 2).

3. En lo referente al tema Situación, Derechos y Cultura de la Mujer Indígena, la delegación del EZLN considera insuficientes los actuales puntos de acuerdo. Por la triple opresión que padecen las mujeres indígenas, como mujeres, como indígenas y como pobres, exigen la construcción de una nueva sociedad nacional, con otro modelo económico, político, social y cultural que incluya a todas y a todos los mexicanos. (Documento 3.2 “Acciones y medidas para Chiapas. Compromisos y propuestas conjuntas de los gobiernos del Estado y Federal y el EZLN”, página 9).

4. En términos generales la delegación del EZLN considera necesario que, en cada caso, se expliciten los tiempos y plazos en que los acuerdos deben ser llevados a la práctica, y que, para ello, los pueblos indígenas y las autoridades correspondientes deben programar y calendarizar de mutuo acuerdo su instrumentación.

5. Acerca de las garantías de acceso pleno a la justicia, la delegación del EZLN considera que no puede pasarse por alto la necesidad del nombramiento de intérpretes en todos los juicios y procesos que se sigan a los indígenas, asegurando que dichos intérpretes cuenten con la aceptación expresa del procesado y conozcan tanto el idioma como la cultura y el sistema jurídico indígenas. (Documento 2 “Propuestas conjuntas que el Gobierno Federal y el EZLN se comprometen a enviar a las instancias de debate y decisión nacional, correspondientes al punto 1.4 de las Reglas de Procedimiento, página 6, subtítulo: “Garantías de acceso pleno a la justicia”).

6. La delegación del EZLN considera indispensable que se legisle para proteger los derechos de los migrantes, indígenas y no indígenas, dentro y fuera de las fronteras nacionales. (Documento 1, “Pronunciamiento conjunto que el Gobierno Federal y el EZLN enviarán a las instancias de debate y decisión nacional”, página 5, punto 8, subtítulo: “Proteger a los indígenas migrantes”):

7. A fin de fortalecer los municipios, la delegación del EZLN considera que se requieren compromisos explícitos del gobierno para garantizar su acceso a la infraestructura, capacitación y

recursos económicos adecuados. (Documento 2 “Propuestas conjuntas que el Gobierno Federal y el EZLN se comprometen a enviar a las instancias de debate y decisión nacional correspondientes al punto 1.4 de las Reglas de Procedimiento”, página 3).

8. Por lo que se refiere a los medios de comunicación, la delegación del EZLN considera necesario que se garantice el acceso a información veraz, oportuna y suficiente sobre las actividades del gobierno, así como el acceso

de los pueblos indígenas a los medios de comunicación existentes, y que se garantice el derecho de los pueblos indígenas a contar con sus propios medios de comunicación (radiodifusión, televisión, teléfono, prensa escrita, fax, radios de comunicación, computadoras y acceso a satélite). (Documento 2 “Propuestas conjuntas que el Gobierno federal y el EZLN se comprometen a enviar a las instancias de debate y decisión nacional correspondientes al punto 1.4 de las reglas de procedimiento”, página 9, punto 8: “Medios de comunicación”).

C. Con relación a las partes de los documentos a las que se refiere el inciso B, ambas delegaciones convienen que, en la oportunidad que identifiquen de común acuerdo durante el diálogo, agotarán los esfuerzos de negociación sobre las mismas.

D. Las Partes harán llegar a las instancias de debate y decisión nacional y a las instancias que correspondan los tres documentos que se acompañan, mismos que contienen los acuerdos y compromisos alcanzados por las Partes.

E. Ambas partes asumen el compromiso de enviar el presente resolutivo a las instancias de debate y decisión nacional y a las instancias del estado de Chiapas que correspondan, en el entendido de que los puntos señalados en el inciso B también deberán ser consideradas, por dichas instancias, como materia producto del diálogo.

El presente y los tres documentos que lo acompañan, quedan debidamente formalizados como acuerdos en los términos de las Reglas de Procedimiento y de la Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas, y se integran como tales al Acuerdo de Concordia y Pacificación con Justicia y Dignidad.

16 de febrero de 1996.

DOCUMENTO 1

Pronunciamiento Conjunto que el Gobierno Federal y el EZLN enviarán a las Instancias de Debate y Decisión Nacional

16 de Enero de 1996

En el marco del diálogo celebrado entre el EZLN y el Gobierno Federal para lograr un Acuerdo de Concordia y Pacificación con Justicia y Dignidad, celebrado en la sede de San Andrés, Chiapas, las Partes han discutido el tema de Derechos y Cultura Indígena y han acordado, en los términos del inciso 1.5. de las Reglas de Procedimiento, emitir el presente pronunciamiento.

La reunión Plenaria Resolutiva del EZLN y el Gobierno Federal sobre Derechos y Cultura Indígena, es la ocasión y el foro más adecuados para que el Gobierno Federal y el EZLN presenten la propuesta para una “Nueva relación de los pueblos indígenas y el Estado”.

Este pronunciamiento contiene los principios y fundamentos necesarios para la construcción de un pacto social integrador de una nueva relación entre los pueblos indígenas, la sociedad y el Estado. Este pacto social para una nueva relación parte de la convicción de que una nueva situación nacional y local para los pueblos indígenas sólo podrá arraigar y culminar con la participación de los propios indígenas y la sociedad en su conjunto, en el marco de una profunda reforma del Estado.

CONTEXTO DE LA NUEVA RELACIÓN

1. La historia confirma que los pueblos indígenas han sido objeto de formas de subordinación, desigualdad y discriminación que les han determinado una situación estructural de pobreza, explotación y exclusión política. Confirma también que han persistido frente a un orden jurídico cuyo ideal ha sido la homogeneización y asimilación cultural. Confirma, finalmente, que para superar esa realidad se requieren nuevas acciones profundas, sistemáticas, participativas y convergentes de parte del gobierno y de la sociedad, incluidos, ante todo, los propios pueblos indígenas.

Se requiere una nueva política de Estado, no de coyuntura, que el actual Gobierno Federal se compromete a desarrollar en el marco de una profunda reforma del Estado, que impulse acciones para la elevación de los niveles de bienestar, desarrollo y justicia de los pueblos indígenas, y que fortalezca su participación en las diversas instancias y procesos de toma de decisiones, con una política incluyente.

Se requiere el concurso de todos los ciudadanos y organizaciones civiles, que el actual Gobierno Federal se compromete a propiciar, para desterrar mentalidades, actitudes y comportamientos discriminatorios hacia los indígenas, y para desarrollar una cultura de la pluralidad y la tolerancia que acepte sus visiones del mundo, sus formas de vida y sus conceptos de desarrollo.

Se requiere la participación de los pueblos indígenas, que el actual Gobierno Federal se compromete a reconocer y estimular, para que sean los actores fundamentales de las decisiones que afectan su vida, y reafirmen su condición de mexicanos con pleno uso de derechos que por su papel en la edificación de México tienen ganada por derecho propio.

En síntesis, se requiere un nuevo esfuerzo de unidad nacional, que el actual Gobierno Federal, con la participación de los pueblos indígenas y el conjunto de la sociedad, se compromete a impulsar, para que no haya mexicanos con potencialidades restringidas, que debe servir para que México se engrandezca asumiendo con orgullo la historia milenaria y la riqueza espiritual de los pueblos indígenas, y para que desarrolle a plenitud todas sus potencialidades económicas, políticas, sociales y culturales.

2. Las condiciones de pobreza y marginación que afectan a los pueblos indígenas, muestran el carácter desigual del desarrollo de la sociedad mexicana, y definen el alcance de las exigencias de

justicia social que debe atender el Estado para concurrir al progreso de ese importante núcleo de mexicanos.

El Gobierno Federal está consciente de esa responsabilidad, y expresa su firme voluntad de impulsar las políticas y emprender las acciones que resuelvan esa tarea nacional. Asume cabalmente el compromiso de fortalecer la participación de los pueblos indígenas en el desarrollo nacional, en un marco de respeto a sus tradiciones, instituciones y organizaciones sociales, y de mayores oportunidades para mejorar sus niveles de vida, de mayores espacios políticos y culturales para avances futuros, y de mayor acceso a la construcción conjunta de una sociedad más moderna y eficiente, más vigorosa y unida, más plural y tolerante, y que distribuya equitativamente los frutos del desarrollo. Los pueblos indígenas contribuirán con lo mejor de sus propias culturas a esa edificación de una sociedad plural y tolerante.

Las perspectivas de desarrollo de México están estrechamente condicionadas a la tarea histórica de eliminar la pobreza, la marginación y la insuficiente participación política de millones de indígenas mexicanos. El objetivo de construir una sociedad más justa y menos desigual es la piedra angular para alcanzar un desarrollo más moderno y construir una sociedad más democrática. Estas metas son parte esencial del proyecto de nación que el pueblo de México desea, no sólo como compromiso moral de la sociedad y de los pueblos indígenas y como responsabilidad indeclinable del Gobierno de la República, sino como condición indispensable para asegurar el tránsito a mejores niveles de desarrollo del país.

Para el Gobierno Federal, la tarea histórica y la demanda actual, social y estructural, de combatir la pobreza y la marginación de los pueblos indígenas, requiere de su participación y la de la sociedad en su conjunto, como factores determinantes para impulsar el necesario establecimiento de una nueva relación entre los pueblos indígenas del país y el Estado, sus instituciones y niveles de gobierno.

Esta nueva relación debe superar la tesis del integracionismo cultural para reconocer a los pueblos indígenas como nuevos sujetos de derecho, en atención a su origen histórico, a sus demandas, a la naturaleza pluricultural de la nación mexicana y a los compromisos internacionales suscritos por el Estado mexicano, en particular con el Convenio 169 de la OIT.

El Gobierno Federal asume que el establecimiento de esta nueva relación con los pueblos indígenas, le asigna el compromiso de contribuir a resolver sus problemas esenciales, y de que esa acción

deberá expresarse en políticas sistemáticas y concretas, con apego a las modalidades que impongan las diversidades regionales y las características propias de cada pueblo indígena.

COMPROMISOS DEL GOBIERNO FEDERAL CON LOS PUEBLOS INDÍGENAS

3. Las responsabilidades que el Gobierno Federal asume como compromisos que el Estado mexicano debe cumplir con los pueblos indígenas en su nueva relación son:

1. Reconocer a los pueblos indígenas en la Constitución general. El Estado debe promover el reconocimiento, como garantía constitucional, del derecho a la libre determinación de los pueblos indígenas que son los que “descienden de poblaciones que habitaban en el país en la época de la conquista o la colonización y del establecimiento de las actuales fronteras estatales, y que, cualquiera que sea su situación jurídica, conservan sus propias instituciones sociales, económicas, culturales y políticas, o parte de ellas. La conciencia de su identidad indígena deberá considerarse un criterio fundamental para determinar los grupos a los que se aplican las disposiciones” sobre pueblos indígenas. El derecho a la libre determinación se ejercerá en un marco constitucional de autonomía asegurando la unidad nacional. Podrán, en consecuencia, decidir su forma de gobierno interna y sus maneras de organizarse política, social, económica y culturalmente. El marco constitucional de autonomía permitirá alcanzar la efectividad de los derechos sociales, económicos, culturales y políticos con respeto a su identidad.

2. Ampliar participación y representación políticas. El Estado debe impulsar cambios jurídicos y legislativos que amplíen la participación y representación políticas local y nacional de los pueblos indígenas, respetando sus diversas situaciones y tradiciones, y fortaleciendo un nuevo federalismo en la República mexicana. El reclamo de que las voces y demandas de los indígenas sean escuchadas y atendidas debe llevar al reconocimiento de derechos políticos, económicos, sociales y culturales de los pueblos indígenas, dentro del marco de la nación mexicana, y a una decisiva reforma del Estado en materia de prácticas institucionales. El Gobierno Federal promoverá las reformas constitucionales y legales que correspondan a los acuerdos y consensos alcanzados.

3. Garantizar acceso pleno a la justicia. El Estado debe garantizar el acceso pleno de los pueblos a la jurisdicción del Estado mexicano, con reconocimiento y respeto a especificidades culturales y a sus sistemas normativos internos, garantizando el pleno respeto a los derechos humanos. Promoverá que el derecho positivo mexicano reconozca las autoridades, normas y procedimientos de resolución de conflictos internos a los pueblos y comunidades indígenas, para aplicar justicia sobre

la base de sus sistemas normativos internos, y que mediante procedimientos simples, sus juicios y decisiones sean convalidados por las autoridades jurisdiccionales del Estado.

4. Promover las manifestaciones culturales de los pueblos indígenas. El Estado debe impulsar políticas culturales nacionales y locales de reconocimiento y ampliación de los espacios de los pueblos indígenas para la producción, recreación y difusión de sus culturas; de promoción y coordinación de las actividades e instituciones dedicadas al desarrollo de las culturas indígenas, con la participación activa de los pueblos indígenas; y de incorporación del conocimiento de las diversas prácticas culturales en los planes y programas de estudio de las instituciones educativas públicas y privadas. El conocimiento de las culturas indígenas es enriquecimiento nacional y un paso necesario para eliminar incompresiones y discriminaciones hacia los indígenas.

5. Asegurar educación y capacitación. El Estado debe asegurar a los indígenas una educación que respete y aproveche sus saberes, tradiciones y formas de organización. Con procesos de educación integral en las comunidades que les amplíen su acceso a la cultura, la ciencia y la tecnología; educación profesional que mejore sus perspectivas de desarrollo; capacitación y asistencia técnica que mejore los procesos productivos y calidad de sus bienes; y capacitación para la organización que eleve la capacidad de gestión de las comunidades. El Estado deberá respetar el que hacer educativo de los pueblos indígenas dentro de su propio espacio cultural. La educación que imparta el Estado debe ser intercultural. Se impulsará la integración de redes educativas regionales que ofrezcan a las comunidades la posibilidad de acceder a los distintos niveles de educación.

6. Garantizar la satisfacción de necesidades básicas. El Estado debe garantizar a los pueblos indígenas condiciones que les permitan ocuparse de su alimentación, salud y servicios de vivienda en forma satisfactoria y por lo menos un nivel de bienestar aceptable. La política social impulsará programas prioritarios para que la población infantil de los pueblos indígenas mejore sus niveles de salud y alimentación, y de apoyo a la actividad y capacitación de las mujeres indígenas.

7. Impulsar la producción y el empleo. El Estado debe impulsar la base económica de los pueblos indígenas con estrategias específicas de desarrollo acordadas con ellos, que aprovechen sus potencialidades humanas mediante actividades industriales y agroindustriales que cubran sus necesidades y produzcan excedentes para los mercados; que coadyuven a generar empleo a través de procesos productivos que incrementen el valor agregado de sus recursos; y que mejoren la dotación de servicios básicos de las comunidades y su entorno regional. Los programas de

desarrollo rural de las comunidades indígenas se sustentarán en procesos de planeación en los que el papel de sus representantes será central desde el diseño hasta la ejecución.

8. Proteger a los indígenas migrantes. El Estado debe impulsar políticas sociales específicas para proteger a los indígenas migrantes, tanto en el territorio nacional como más allá de las fronteras, con acciones interinstitucionales de apoyo al trabajo y educación de las mujeres, y de salud y educación de niños y jóvenes, las que en las regiones rurales deberán estar coordinadas en las zonas de aportación y en las de atracción de jornaleros agrícolas.

PRINCIPIOS DE LA NUEVA RELACIÓN

4. El Gobierno Federal asume el compromiso de que los Principios que deben normar la acción del Estado en su nueva relación con los pueblos indígenas son:

1. Pluralismo. El trato entre los pueblos y culturas que forman la sociedad mexicana ha de basarse en el respeto a sus diferencias, bajo el supuesto de su igualdad fundamental. Como consecuencia, ha de ser política del Estado normar su propia acción y fomentar en la sociedad una orientación pluralista, que combata activamente toda forma de discriminación y corrija las desigualdades económicas y sociales. Igualmente, será necesario avanzar hacia la conformación de un orden jurídico nutrido por la pluriculturalidad, que refleje el diálogo intercultural, con normas comunes para todos los mexicanos y respeto a los sistemas normativos internos de los pueblos indígenas. El reconocimiento y promoción de la naturaleza pluricultural de la nación significa que, con el propósito de fortalecer la cultura de la diversidad y la tolerancia en un marco de unidad nacional, la acción del Estado y sus instituciones debe realizarse sin hacer distinciones entre indígenas y no indígenas o ante cualquier opción sociocultural colectiva. El desarrollo de la nación debe sustentarse en la pluralidad, entendida como convivencia pacífica, productiva, respetuosa y equitativa de lo diverso.

2. Sustentabilidad. Es indispensable y urgente asegurar la perduración de la naturaleza y la cultura en los territorios que ocupan y utilizan de alguna manera los pueblos indígenas, según los define el artículo 13.2. del Convenio 169 de la OIT. Respetando la diversidad cultural de los pueblos indígenas, las acciones de los niveles de gobierno y las instituciones del Estado mexicano deben considerar criterios de sustentabilidad. Las modalidades tradicionales de aprovechamiento de los recursos naturales que ponen en práctica los pueblos y comunidades indígenas, forman parte de sus estrategias de persistencia cultural y de nivel de vida. Se impulsará el reconocimiento, en la

legislación, del derecho de los pueblos y comunidades indígenas a recibir la indemnización correspondiente cuando la explotación de los recursos naturales, que el Estado realice, ocasione daños en su hábitat que vulneren su reproducción cultural. Para los casos en los que el daño ya se hubiere causado, y los pueblos demuestren que las compensaciones otorgadas no permiten su reproducción cultural, se promoverá el establecimiento de mecanismos de revisión que permitan que, de manera conjunta, el Estado y los afectados analicen el caso concreto. En ambos casos, los mecanismos compensatorios buscarán asegurar el desarrollo sustentable de los pueblos y comunidades indígenas. De común acuerdo con los pueblos indígenas, el Estado impulsará acciones de rehabilitación de esos territorios según lo define el artículo 13.2. del Convenio 169 de la OIT, y respaldará sus iniciativas para crear condiciones que aseguren la sustentabilidad de sus prácticas de producción y de vida.

3. **Integralidad.** El Estado debe impulsar la acción integral y concurrente de las instituciones y niveles de gobierno que inciden en la vida de los pueblos indígenas, evitando las prácticas parciales que fraccionen las políticas públicas. Debe, asimismo, propiciar el manejo honesto y transparente de los recursos públicos destinados al desarrollo de los pueblos indígenas, a través de una mayor participación indígena en la toma de decisiones y en la contraloría social del gasto público.

4. **Participación.** El Estado debe favorecer que la acción institucional impulse la participación de los pueblos y comunidades indígenas y respete sus formas de organización interna, para alcanzar el propósito de fortalecer su capacidad de ser los actores decisivos de su propio desarrollo. Debe promover, en colaboración con las expresiones organizativas de los pueblos indígenas, que estos vigoricen sus capacidades de decisión y gestión. Y debe asegurar la adecuada corresponsabilidad del gobierno y los pueblos indígenas en la concepción, planeación, ejecución y evaluación de acciones que actúan sobre los indígenas. Puesto que las políticas en las áreas indígenas no sólo deben ser concebidas con los propios pueblos, sino implementadas con ellos, las actuales instituciones indigenistas y de desarrollo social que operan en ellas deben ser transformadas en otras que conciban y operen conjunta y concertadamente con el Estado los propios pueblos indígenas.

5. **Libre determinación.** El Estado respetará el ejercicio de la libre determinación de los pueblos indígenas, en cada uno de los ámbitos y niveles en que harán valer y practicarán su autonomía diferenciada, sin menoscabo de la soberanía nacional y dentro del nuevo marco normativo para los pueblos indígenas. Esto implica respetar sus identidades, culturas y formas de organización social. Respetará, asimismo, las capacidades de los pueblos y comunidades indígenas para determinar sus propios desarrollos. Y en tanto se respeten el interés nacional y público, los distintos niveles de

gobierno e instituciones del Estado mexicano no intervendrán unilateralmente en los asuntos y decisiones de los pueblos y comunidades indígenas, en sus organizaciones y formas de representación, y en sus estrategias vigentes de aprovechamiento de los recursos naturales.

NUEVO MARCO JURÍDICO

5. El establecimiento de la nueva relación entre los pueblos indígenas y el Estado, tiene como un punto de partida necesario la edificación de un nuevo marco jurídico nacional y en las entidades federativas. El Gobierno Federal asume el compromiso de impulsar las siguientes acciones:

1. El reconocimiento en la Constitución Política nacional de demandas indígenas que deben quedar consagradas como derechos legítimos.

a) Derechos políticos. Para fortalecer su representación política y participación en las legislaturas y en el gobierno, con respeto a sus tradiciones y para garantizar la vigencia de sus formas propias de gobierno interno.

b) Derechos de jurisdicción. Para que se acepten sus propios procedimientos para designar sus autoridades y sus sistemas normativos para la resolución de conflictos internos, con respeto a los derechos humanos.

c) Derechos sociales. Para que se garanticen sus formas de organización social, la satisfacción de sus necesidades humanas fundamentales y sus instituciones internas.

d) Derechos económicos. Para que se desarrollen sus esquemas y alternativas de organización para el trabajo y de mejora de la eficiencia de la producción.

e) Derechos culturales. Para que desarrollen su creatividad y diversidad cultural y la persistencia de sus identidades.

2. El reconocimiento en la legislación nacional de las comunidades como entidades de derecho público, el derecho a asociarse libremente en municipios con población mayoritariamente indígena, así como el derecho de varios municipios para asociarse, a fin de coordinar sus acciones como pueblos indígenas. Las autoridades competentes realizarán la transferencia ordenada y paulatina de recursos, para que ellos mismos administren los fondos públicos que se les asignen, y para fortalecer la participación indígena en el gobierno, gestión y administración en sus diferentes

ámbitos y niveles. Corresponderá a las Legislaturas estatales determinar, en su caso, las funciones y facultades que pudieran transferírseles.

3. El reconocimiento de que en las legislaciones de los estados de la República, deben quedar establecidas las características de libre determinación y autonomía que mejor expresen las situaciones y aspiraciones diversas y legítimas de los pueblos indígenas.

En la determinación del marco jurídico y en la definición de las particularidades de la nueva relación del Estado con los indígenas, el Poder Legislativo será decisivo. El Gobierno Federal propondrá al Congreso de la Unión que establezca un nuevo marco jurídico nacional para los pueblos indígenas, y a los Congresos de los estados que consagren legalmente las especificidades que mejor reflejen las diversas situaciones y aspiraciones de los pueblos indígenas del país.

4. En la Constitución de la República deberán reformarse varios artículos. El Gobierno Federal se compromete a impulsar las siguientes reformas:

a) Artículo 4°. Para que las demandas arriba señaladas (puntos 1. y 2.) queden consagradas como derechos legítimos.

b) Artículo 115. Para que se fortalezca el pacto federal y se garantice la participación de las comunidades indígenas en la integración de los ayuntamientos y de los municipios mayoritariamente indígenas en los asuntos públicos.

c) Otros artículos derivados de las anteriores reformas y para expresar en la Carta Magna los contenidos de la nueva relación del Estado con los pueblos indígenas.

5. En las leyes reglamentarias e instrumentos jurídicos de carácter federal que correspondan, deberán asentarse las disposiciones que las hagan compatibles con las reformas constitucionales sobre nuevos derechos indígenas.

Al respecto, el Gobierno Federal se compromete a impulsar que, a partir de las reformas constitucionales, se emita la legislación general que permita contar de inmediato con mecanismos y procedimientos jurídicos para,

a) que se inicie la revisión y modificación de las diversas leyes federales;

b) que se legisle en los estados de la República.

6. En la legislación de los estados de la República relativa a las características de libre determinación y autonomía indígena, el Gobierno Federal reconoce que se deben tomar en consideración los siguientes elementos:

a) En donde coexistan diversos pueblos indígenas, con diferentes culturas y situaciones geográficas, con distintos tipos de asentamiento y organización política, no cabría adoptar un criterio uniforme sobre las características de autonomía indígena a legislar.

b) Las modalidades concretas de autonomía deberán definirse con los propios indígenas.

c) Para determinar de manera flexible las modalidades concretas de libre determinación y autonomía en la que cada pueblo indígena encuentre mejor reflejada su situación y sus aspiraciones, deberán considerarse diversos criterios como: la vigencia de sus sistemas normativos internos y sus instituciones comunitarias; los grados de relación intercomunitaria, intermunicipal y estatal; la presencia y relación entre indígenas y no indígenas; el patrón de asentamiento poblacional y la situación geográfica, los grados de participación en las instancias de representación política y niveles de gobierno, entre otros.

El Gobierno Federal se compromete, en un marco de pleno respeto republicano, a impulsar que los Gobiernos y las legislaturas de los estados de la República consideren, entre otros, estos elementos como criterios en la legislación para construir las características de libre determinación y autonomía indígena.

CONCLUSIÓN

1. El conflicto que se inició el 1º de enero de 1994 en Chiapas, produjo en la sociedad mexicana el sentimiento de que es necesaria una nueva relación del Estado y la sociedad con los pueblos indígenas del país.

2. El Gobierno Federal asume el compromiso de construir, con los diferentes sectores de la sociedad y en un nuevo federalismo, un nuevo pacto social que modifique de raíz las relaciones sociales, políticas, económicas y culturales con los pueblos indígenas. El pacto debe erradicar las formas cotidianas y de vida pública que generan y reproducen la subordinación, desigualdad y discriminación, y debe hacer efectivos los derechos y garantías que les corresponden: derecho a su diferencia cultural; derecho a su hábitat: uso y disfrute del territorio, conforme al artículo 13.2. del Convenio 169 de la OIT; derecho a su autogestión política comunitaria; derecho al desarrollo de su

cultura; derecho a sus sistemas de producción tradicionales; derecho a la gestión y ejecución de sus propios proyectos de desarrollo.

3. La nueva relación entre el Estado mexicano y los pueblos indígenas se basa en el respeto a la diferencia, en el reconocimiento de las identidades indígenas como componentes intrínsecos de nuestra nacionalidad, y en la aceptación de sus particularidades como elementos básicos consustanciales a nuestro orden jurídico, basado en la pluriculturalidad.

La nueva relación entre los pueblos indígenas y el Estado mexicano debe garantizar inclusión, diálogo permanente y consensos para el desarrollo en todos sus aspectos. No serán, ni la unilateralidad ni la subestimación sobre las capacidades indígenas para construir su futuro, las que definan las políticas del Estado. Todo lo contrario, serán los indígenas quienes dentro del marco constitucional y en el ejercicio pleno de sus derechos, decidan los medios y formas en que habrán de conducir sus propios procesos de transformación.

ANEXO II: REFORMA CONSTITUCIONAL FORMULADA PELA COCOPA

REFORMAS CONSTITUCIONALES

PROPUESTA DE LA COMISION DE CONCORDIA Y PACIFICACION

29 de noviembre de 1996

ARTICULO 4.- La Nación mexicana tiene una composición pluricultural sustentada originalmente en sus pueblos indígenas, que son aquéllos que descienden de poblaciones que habitaban en el país al iniciarse la colonización y antes de que se establecieran las fronteras de los Estados Unidos Mexicanos, y que cualquiera que sea su situación jurídica, conservan sus propias instituciones sociales, económicos, culturales y políticas, o parte de ellas.

Los pueblos indígenas tienen el derecho a la libre determinación y, como expresión de ésta, a la autonomía como parte del Estado mexicano, para:

I.-Decidir sus formas internas de convivencia y de organización social, económica, política, y cultural;

II.-Aplicar sus sistemas normativos en la regulación y solución de conflictos internos, respetando las garantías individuales, los derechos humanos y, en particular, la dignidad e integridad de las mujeres; sus procedimientos, juicios y decisiones serán convalidados por las autoridades jurisdiccionales del Estado;

III.-Elegir a sus autoridades y ejercer sus formas de gobierno interno de acuerdo a sus normas en los ámbitos de su autonomía, garantizando la participación de las mujeres en condiciones de equidad;

IV.-Fortalecer su participación y representación política de acuerdo con sus especificidades culturales;

V.-Acceder de manera colectiva al uso y disfrute de los recursos naturales de sus tierras y territorios, entendidos éstos como la totalidad del hábitat que los pueblos indígenas usan u ocupan, salvo aquellos cuyo dominio directo corresponde a la Nación;

VI.-Preservar y enriquecer sus lenguas, conocimientos y todos los elementos que configuren su cultura e identidad, y

VII.-Adquirir, operar y administrar sus propios medios de la comunicación.

La Federación, los estados y los municipios deberán, en el ámbito de sus respectivas competencias, y con el concurso de los pueblos indígenas, promover su desarrollo equitativo y sustentable y la educación bilingüe e intercultural. Asimismo, deberán impulsar el respeto y conocimiento de las diversas culturas existentes en la Nación y combatir toda forma de discriminación.

Las autoridades educativas federales, estatales y municipales, en consulta con los pueblos indígenas, definirán y desarrollarán programas educativos de contenido regional, en los que reconocerán su herencia cultural.

El Estado impulsará también programas específicos de protección de los derechos de los indígenas migrantes, tanto en el territorio nacional como en el extranjero.

Para garantizar el acceso pleno de los pueblos indígenas a la jurisdicción del Estado, en todos los juicios y procedimientos que involucren individual y colectivamente a indígenas, se tomarán en cuenta sus prácticas jurídicas y especificidades culturales, respetando los preceptos de esta Constitución. Los indígenas tendrán en todo tiempo el derecho a ser asistidos por intérpretes y defensores, particulares o de oficio, que tengan conocimiento de sus lenguas y culturas.

El Estado establecerá las instituciones y políticas necesarias para garantizar la vigencia de los derechos de los pueblos indígenas y su desarrollo integral, las cuales deberán ser diseñadas y operadas conjuntamente con dichos pueblos.

Las Constituciones y las leyes de los Estados de la República, conforme a sus particulares características, establecerán las modalidades pertinentes para la aplicación de los principios señalados, garantizando los derechos que esta Constitución reconoce a los pueblos indígenas.

El varón y la mujer son iguales ante la ley...

ARTICULO 115.- Los Estados adoptarán...

I. Cada municipio...

II. Los municipios.

III. Los municipios, con el concurso de los estados...

IV. Los municipios administrarán libremente...

V. Los municipios...

En los planes de desarrollo municipal y en los programas que de ellos se deriven, los ayuntamientos le darán participación a los núcleos de población ubicados dentro de la circunscripción municipal, en los términos que establezca la legislación local. En cada municipio se establecerán mecanismos de participación ciudadana para coadyuvar con los ayuntamientos en la programación, ejercicio, evaluación y control de los recursos, incluidos los federales, que se destinen al desarrollo social.

VI. Cuando dos o más centros urbanos...

VII. El Ejecutivo Federal y los gobernadores...

VIII. Las leyes de los estados...

IX. Se respetará el ejercicio de la libre determinación de los pueblos indígenas en cada uno de los ámbitos y niveles en que hagan valer su autonomía, pudiendo abarcar uno o más pueblos indígenas, de acuerdo a las circunstancias particulares y específicas de cada entidad federativa.

Las comunidades indígenas como entidades de derecho público y los municipios que reconozcan su pertenencia a un pueblo indígena tendrán la facultad de asociarse libremente a fin de coordinar sus acciones. Las autoridades competentes realizarán la transferencia ordenada y paulatina de recursos, para que ellos mismos administren los fondos públicos que se les asignen. Corresponderá a las Legislaturas estatales determinar, en su caso, las funciones y facultades que pudieran transferírseles, y

X. En los municipios, comunidades, organismos auxiliares del ayuntamiento e instancias afines que asuman su pertenencia a un pueblo indígena, se reconocerá a sus habitantes el derecho para que definan, de acuerdo con las prácticas políticas propias de la tradición de cada uno de ellos, los procedimientos para la elección de sus autoridades o representantes y para el ejercicio de sus formas propias de gobierno interno, en un marco que asegure la unidad del Estado nacional. La legislación local establecerá las bases y modalidades para asegurar el ejercicio pleno de este derecho.

Las Legislaturas de los Estados podrán proceder a la remunicipalización de los territorios en que estén asentados los pueblos indígenas, la cual deberá realizarse en consulta con las poblaciones involucradas.

ARTICULO 18.- Sólo por delito que merezca...

Los gobiernos...

Los gobernadores...

La Federación...

Los reos de nacionalidad...

Los indígenas podrán compurgar sus penas preferentemente en los establecimientos más cercanos a su domicilio, de modo que se propicie su reintegración a la comunidad como mecanismo esencial de readaptación social.

ARTICULO 26.- El Estado organizará...

Los fines del proyecto...

La ley facultará al Ejecutivo...

La legislación correspondiente establecerá los mecanismos necesarios para que en los planes y programas de desarrollo se tomen en cuenta a las comunidades y pueblos indígenas en sus necesidades y sus especificidades culturales. El Estado les garantizará su acceso equitativo a la distribución de la riqueza nacional....

En el sistema...

ARTICULO 53.- La demarcación territorial...

Para establecer la demarcación territorial de los distritos uninominales y las circunscripciones electorales plurinominales, deberá tomarse en cuenta la ubicación de los pueblos indígenas, a fin de asegurar su participación y representación políticas en el ámbito nacional....

Para la elección...

ARTICULO 73.- El Congreso tiene facultad:

I... XXVII

XXVIII.- Para expedir las leyes que establezcan la concurrencia del gobierno federal, de los estados y de los municipios en el ámbito de sus respectivas competencias, respecto de los pueblos y comunidades indígenas, con el objeto de cumplir los fines previstos en los artículos 4o. y 115 de esta Constitución;

ARTICULO 116.- El poder público de los estados...

I.-...

II. El número de representantes...

Los diputados de las legislaturas...

En la legislación electoral...

Para garantizar la representación de los pueblos indígenas en las legislaturas de los estados por el principio de mayoría relativa, los distritos electorales deberán ajustarse conforme a la distribución geográfica de dichos pueblos.